

Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Filosofia, Política e Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política



**Relações de poder nas ações de responsabilidade social do
setor elétrico**

Ísis Oliveira Bastos Matos

Orientador Dr. Hemerson Luiz Pase

Pelotas, fevereiro de 2014.

Ísis Oliveira Bastos Matos

**Relações de poder nas ações de responsabilidade social do
setor elétrico**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós Graduação em Ciência Política
da Universidade Federal de Pelotas,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador Dr. Hemerson Luiz Pase

Pelotas, fevereiro de 2014.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M425r Matos, Ísis Oliveira Bastos

Relações de poder nas ações de responsabilidade social do setor elétrico / Ísis Oliveira Bastos Matos ; Hemerson Luiz Pase, orientador. — Pelotas, 2014.

111 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Responsabilidade social. 2. Legitimidade. 3. Marketing. I. Pase, Hemerson Luiz, orient. II. Título.

CDD : 320.9

Banca examinadora:

Prof. Dr. Hemerson Luiz Pase – UFPel (orientador)

Prof. Dr. Humberto José da Rocha - UNIPAMPA

Prof. Dr. Marcello Baquero - UFRGS

Prof.^a Dr.^a Bianca de Freitas Linhares – UFPel

Prof.^a Dr.^a Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha - UFPel

Para os meus avós Maria da Silva Oliveira e Manoel Paes de Oliveira (*in memoriam*), que mesmo analfabetos reconheciam a importância do estudo. Dedico este trabalho a eles que sempre acreditaram em mim apesar das minhas dificuldades.

Agradecimentos

Este trabalho é fruto de uma longa caminhada que se iniciou no momento que decidir retornar aos estudos mesmo em situações adversas. No decorrer desse caminho encontrei algumas dificuldades e muitas alegrias e por isso gostaria de agradecer a todas as pessoas que me deram crédito e possibilitaram que eu estudasse mesmo em horário de trabalho.

Agradeço à CAPES e à BAESA, pelo apoio material que viabilizou os dois anos estudos e pesquisas. Da mesma forma agradeço ao Programa de Pós-graduação e aos professores que muito contribuíram para o meu crescimento acadêmico.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas do P & D Remanejamento e do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas pelo esforço na pesquisa de campo, em especial a Édna Alice Duarte da Rocha, Jennifer Azambuja de Moraes e Matheus Müller Schawnz.

Agradeço ao conjunto de cidadãos atingidos e entidades que se dispuseram a receber os pesquisadores e esclarecer as nossas dúvidas possibilitando a construção desse estudo.

Agradeço aos meus pais Ivone de Oliveira Bastos Matos e Earle Bastos Matos por me instigarem a seguir em frente mesmo em momentos adversos e a minha tia Ivete Paes de Oliveira por vibrar a cada conquista.

Aos colegas da turma PPGCPOL 2012 que através de várias conversas, na maioria das vezes não consensuais, contribuíram para a solidificação ou, por que não, mudança de ideias.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Dr. Hemerson Luiz Pase, que sempre me incentivou e confiou no meu trabalho. Seus esclarecimentos e conselhos em muito me ajudaram para na realização desse trabalho. Obrigada por acreditar no meu potencial mesmo em momentos que demonstrei dificuldades. Grata pela consideração e, sobretudo, carinho.

Sumário

Resumo	07
Abstract	08
Lista de figuras	09
Lista de tabelas	09
Lista de abreviações	10
Apresentação	11
Capítulo 1 - A responsabilidade social e suas variáveis	16
<hr/>	
Trajetória da responsabilidade social	16
Pressupostos estratégicos da responsabilidade social	23
“Ah isso é Marketing!”	28
Contexto da manifestação da responsabilidade social no Brasil	30
Terceiro setor no Brasil	36
Capítulo 2 – Reforma do Estado e Setor Elétrico	40
<hr/>	
Dinâmicas do Estado brasileiro	40
Desenvolvimento e democracia	45
Desenvolvimento sustentável	47
Energia e desenvolvimento	50
Setor Elétrico	51
O setor elétrico brasileiro	51
A Bacia do Rio Uruguai	55
UHE Itá	58
UHE Machadinho	59
UHE Barra Grande	59
UHE Campos Novos	60
UHE Fóz do Chapecó	60
Capítulo 3 – Metodologia e relatório de campo	61
<hr/>	
Metodologia	61
Relatório de Campo	62
Capítulo 4 – Análise dos dados	69
<hr/>	
Responsabilidade ou Marketing?	69
Considerações finais	91
Referencial bibliográfico	94
Glossário	100
Anexos	109

RESUMO

Esta dissertação trata de examinar as percepções das relações de poder nas ações de responsabilidade social do setor elétrico. Para isso, situa a responsabilidade social a partir da diminuição da atuação do Estado brasileiro e a partir das características do setor elétrico brasileiro, com especial atenção a bacia do Rio Uruguai. Parte-se da premissa de que as ações de responsabilidade social legitimam o empreendimento hidrelétrico. O trabalho constatou que num primeiro momento há uma resistência para a instalação do empreendimento hidrelétrico motivado pela recusa da população em se deslocar de um ambiente no qual possui laços culturais fortes. Além disso, tornou-se clara a relevância da mobilização social para barganhar com o empreendedor diante da inevitabilidade da construção da hidrelétrica.

Palavras-Chave: responsabilidade social, legitimidade, marketing.

ABSTRACT

This dissertation is to examine the perceptions of power relations in the social responsibility of the electricity sector. For this, situates social responsibility from the decreased activity of the Brazilian state and from the characteristics of the Brazilian electricity sector, with special attention to the Uruguay River basin. Part of the premise that the social responsibility actions legitimize the hydroelectric project. The study found that at first there is resistance to the installation of the hydroelectric project motivated by the refusal of the population to move from an environment which has strong cultural ties. Moreover, it became clear the relevance of social mobilization to bargain with the entrepreneur on the inevitability of the dam construction.

Key words: social responsibility, legitimacy, marketing.

Lista de figuras

Figura 1 – Círculos Concêntricos.....	19
---------------------------------------	----

Lista de tabelas

Tabela 1 – Principais UHEs em operação da bacia do rio Uruguai.....	56
Tabela 2 – Quadro de acionistas das principais hidrelétricas da bacia do Rio Uruguai.....	73
Tabela 3 – Resumo das percepções dos entrevistados.....	89

Lista de siglas e abreviaturas

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BAESA	Consórcio Barra Grande
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CC	Carta de Crédito
CED	<i>Committee for Economic Development</i>
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CMMA	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente
CRAB	Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e relatório de Impacto Ambiental
ELETRORBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
ELETROSUL	Eletrosul Centrais Elétricas do Sul S.A
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ID	Indenização em Dinheiro
IIRSA	Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sulamericana
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PRR	Pequenos Reassentamentos Rurais
RRC	Reassentamento Rural Coletivo
TAC	Termo de Acordo de Conduta
UHE	Usina Hidrelétrica

Apresentação

Uma das áreas sensíveis para o desenvolvimento de um país é a infraestrutura, pois propicia possibilidades simples como o deslocamento e acesso a bens de consumo, como outros bastante complexos como a circulação da informação e a distribuição da riqueza. Em razão disso a Ciência Política não pode se furtar de discutir temas ligados às políticas públicas de infraestrutura tanto no aspecto das opções teóricas e tecnológicas que o país desenvolve, quanto nos impactos que essa ação do Estado produz.

Entende-se por infraestrutura um conjunto de atividades e estruturas fundamentais para o desenvolvimento econômico do país. Logo, investir em energia além de proporcionar desenvolvimento social é indispensável para impulsionar crescimento econômico do Brasil (GONÇALVES 2007).

No que tange a estrutura econômica, ao longo da história, o Estado brasileiro assumiu as mais variadas formas para se adequar a dinâmica social. Em meados do século XX, o Poder Público teve papel preponderante no desenvolvimento social e econômico do país. Naquele modelo, de cunho intervencionista, o Estado trazia para si as responsabilidades por prestações de serviços sociais fundamentais, além de intervenções econômicas a fim de compatibilizar com interesses coletivos, tais como concessão de apoio financeiro e investimento direto em setores industriais e de infraestrutura, dentre eles o energético.

No final da década de 1970 o Estado brasileiro enfrenta uma crise financeira importante, reflexo da crise mundial. Assim, frente ao novo contexto caracterizado pela intensa competição e reorganização da produção em escala global, o Estado intervencionista brasileiro, que já havia sido destacado como modelo de desenvolvimento no início do século XX, aos poucos, foi impelido a deixar de sê-lo para adotar uma postura mais liberal (BRESSER PEREIRA, 1997).

Assim, um novo papel político começa a ser desenhado para o Estado a partir de sua retirada da gestão de diversos segmentos produtores de bens e serviços. Um exemplo disso, a indústria da eletricidade, que antes era de gestão estatal, começa um longo processo de transferência de capital para a iniciativa privada (GONÇALVES, 2007).

As políticas de infraestrutura produzem inúmeras externalidades, resultados não esperados, impactos econômicos, culturais, sociais e ambientais causando prejuízos para alguns segmentos sociais. Situação análoga ocorre no setor elétrico e, principalmente, hidrelétrico, responsável pela maior parte da produção de energia elétrica¹ no país. A construção de usinas hidrelétricas (UHEs) ocasiona problemas ambientais advindos, entre outros, da grande extensão de terra devastada para instalação de canteiros de obras e formação de reservatórios, bem como problemas sociais devido à necessidade de realocação das famílias atingidas pela barragem além da perda de patrimônio histórico e cultural local.

Consoante ao novo papel atribuído ao Estado, proporcionar a geração um mercado competitivo, atraindo investimentos privados, esse novo cenário implica numa completa redefinição das finalidades sociais, econômicas e políticas desse ramo de produção (GONÇALVES, 2007). Ou seja, na nova concepção de gestão do Estado, as políticas de “bem estar social” foram, paulatinamente, retiradas da gestão estatal para submissão na gerência do mercado. De modo semelhante, as indenizações, compensações e medidas mitigatórias de impactos oriundas da construção de UHEs fica a cargo dos empreendedores.

As reformas ocorridas no final do século XX, principalmente as realizadas pelos países em desenvolvimento, cristalizam-se em torno das transformações de natureza político-econômicas e institucionais em constante debate com os interesses das elites locais/globais.

Esse processo de reforma está intimamente ligado à concepção de Estado mínimo. Esta imposição segue a cartilha de organismos econômicos internacionais, como contrapartida de apoio financeiro a países em crise econômica, que abarca as seguintes áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual (MONTAÑO, 2010:29 apud CARCANHOLO, in MALAGUTI et alii, 1998:25).

¹ A energia hidrelétrica é gerada pelo aproveitamento do fluxo das águas em uma usina (ANEEL, 2008, p. 53).

Por esta razão, em substituição ao modelo universal de atendimento das necessidades sociais, constitui-se uma modalidade de resposta às demandas sociais baseadas na solidariedade e na responsabilidade social. A busca da garantia universal dos direitos sociais cede lugar a ações setorializadas, ou seja, repassadas para o mercado ou sociedade civil, a resposta às necessidades sociais deixa de ser responsabilidade de todos para ser responsabilidade dos próprios indivíduos portadores de necessidades.

Para tanto, segundo Montañó (2010), para encobrir a veracidade do processo de transferência de responsabilidade, constitui-se uma imagem de protagonismo individual e/ou corporativista pela conquista de direitos como sinônimo de cidadania.

Assim, neste trabalho, a problemática central procura responder a seguinte questão: quais são as percepções dos envolvidos quando da instalação de uma hidrelétrica sobre as ações de responsabilidade social? Mais especificamente, este trabalho pretende lançar luz sobre os elementos que influenciam adoção de responsabilidade social pelas empresas. Para tanto, a pesquisa considera os elementos políticos e ideológicos relacionado com a emergência da categoria de responsabilidade social para abordar as questões sociais. Assim, o debate deste trabalho versará sobre os processos reais de transformação social que se desenvolveram no Estado brasileiro fortemente influenciado pela teoria neoliberal.

O processo de reforma do Estado ocorrido no final do século XX está intimamente ligado à concepção de Estado mínimo, restringindo-o a manutenção de serviços públicos, deixando aos demais a aquisição de serviços de agentes econômicos de mercado. No Brasil, observa-se que a atuação da responsabilidade social cresce ou estabiliza de acordo com o contexto socioeconômico.

As alterações sofridas pela sociedade frente à intensificação da globalização, o maior envolvimento das organizações com as causas socioambientais, o agravamento das questões ambientais, o engajamento da sociedade civil em âmbito global, a reforma do Estado e a disseminação da pobreza certamente são fatores que corroboram com a postura das empresas no contexto atual (BEGHIN, 2005).

Nesse sentido, como hipótese de pesquisa deste trabalho o esforço direciona-se para a compreensão da posição estratégica das ações de responsabilidade social, mais especificamente no setor elétrico, para a legitimação de um empreendimento. E como hipótese secundária, procura-se averiguar a influência dos movimentos sociais sobre as ações de responsabilidade social das empresas.

Para atenção ao objetivo da pesquisa os recursos metodológicos recorrem à pesquisa bibliográfica e à entrevista do tipo semiestruturada. Ao que se refere à pesquisa bibliográfica, empenhou-se esforços na coleta, análise, descrição, interpretação e comparação de dados bibliográficos dispostos em livros de diversas áreas do conhecimento, bem como em periódicos eletrônicos referentes às temáticas de estudo. Quanto à entrevista, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada devido ao seu caráter aberto que permite o entrevistado responder as questões segundo as suas percepções. Gil (1999, p. 120) explica que nesse tipo de entrevista “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, valorizando o relato oral dos envolvidos, valorizando as experiências vividas, além de demonstrar seu envolvimento no processo da instalação das hidrelétricas da bacia do Rio Uruguai. As gravações foram consentidas pelos entrevistados e aplicadas de forma individual, seguindo um roteiro de questões guias (em anexo).

Foram realizadas 23 entrevistas concedidas, e outras tantas conversas que não foram permitidas a gravação, entre os dias 01 de julho de 2013 a 06 de julho de 2013 nas cidades catarinense de Florianópolis, Campos Novos, Abdom Batista e Anita Garibaldi e nas cidades gaúchas de Pinhal da Serra, Machadinho e Erechim. A pesquisa foi realizada com gestores públicos, representante do empreendedor, sindicalistas, representante do Movimento de Atingido por Barragem (MAB), representante de associação de atingidos, advogados que estiveram em disputa nas questões judiciais e atingidos pelo empreendimento.

Os resultados obtidos na pesquisa de campo e na pesquisa bibliográfica esperam responder os seguintes objetivos específicos: conhecer as posições do público alvo (stakeholders), empreendedor e Estado sobre as políticas de responsabilidade social da empresa; perceber a influência da participação dos atingidos na formatação das políticas de responsabilidade social dos empreendimentos hidrelétricos; verificar a relação entre ações de responsabilidade social e marketing social, e, identificar os diferentes interesses envolvidos na proposição e implementação de ações de responsabilidade social.

Este trabalho está estruturado em três capítulos além dessa apresentação e das considerações finais. O primeiro capítulo busca delimitar o conceito de responsabilidade social e as conseqüentes oscilações que o mesmo adquire em relação às transformações sociopolíticas brasileiras. Em seguida buscou-se dimensionar quais os pressupostos para a adoção de responsabilidade social por parte das empresas, além de destacar a importância do marketing para a divulgação de tais ações e expor o contexto de manifestação da responsabilidade social no Brasil. No capítulo 2 foi abordada a questão da reforma do Estado brasileiro e suas conseqüentes mudanças no setor elétrico do país. A primeira sessão tratou da dinâmica do Estado brasileiro e sua relação com o modelo de desenvolvimento adotado. A sequência considerou as mudanças de legislação no setor elétrico com especial atenção à bacia do Rio Uruguai e, por fim, fez-se necessário um apanhado geral sobre as principais hidrelétricas da bacia do Rio Uruguai.

O capítulo 3 tratou de evidenciar a metodologia usada no trabalho bem como o respectivo relatório de campo elaborado ao fim de cada dia de pesquisa para que nenhum aspecto fosse negligenciado. No mesmo capítulo foi realizada a análise dos dados da pesquisa com a coleta de material bibliográfico necessário para embasar posteriores considerações finais.

Por fim, as considerações finais apuradas nessa dissertação e limitações encontradas para a confecção deste trabalho.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUAS VARIÁVEIS

A trajetória da responsabilidade social

Até o século XIX o empresariado atuava na sociedade de forma individual e voluntária. Exemplo disso, o primeiro registro histórico de atuação de responsabilidade social por grandes corporações foi desenvolvido pelo empresário Andrew Carnegie (1835-1919), fundador do conglomerado *U. S. Steel Corporation*. Carnegie desenvolveu um ativo programa de filantropia tendo por base dois princípios: o da caridade e o da custódia. As preocupações sociais do empresário, consideradas inovadoras no seu tempo, foram sintetizadas no livro publicado em 1899, *The gospel of wealth*² (ASHLEY, 2003; STONER e FREEMAN, 1999).

Já nas décadas de 1950 e 1960, embora os princípios da caridade e da custódia fossem amplamente aceitos nas organizações americanas, a preocupação com a responsabilidade social começou a ser posta em dúvida. Um dos problemas era o significado da expressão responsabilidade social. “[O conceito de responsabilidade social] não indicava um envolvimento empresarial de magnitude apropriada, nem sugeria como uma empresa deveria avaliar suas responsabilidades sociais em relação às suas outras responsabilidades” (STONER & FREEMAN, 1999, p.73).

A ideia de voluntariedade da responsabilidade social foi desenvolvida por Howard Bowen (1908-1989). Para Bowen (1957, p.14-15 apud DIAS, 2012, p.27), a expressão responsabilidade social “se refere às obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade”. E, considerava que “pode-se pensar em uma grande empresa como um centro de que irradiam influências em círculos cada vez maiores”, fazendo referência a teoria dos *stakeholders*³.

² O Evangelho da riqueza (tradução livre).

³ Bowen em seu livro, na versão em português, Responsabilidades sociais do homem de negócio (1957) faz alusão a teoria dos stakeholders quando afirma que se o negócio da

O livro de Bowen (1953) é um divisor de águas no debate sobre responsabilidade social justamente por causa da forma ampla que o autor tratou o tema antecipando várias discussões que ainda estariam por vir. Segundo Carroll, Bowen é o “pai da responsabilidade social corporativa” (CARROLL, 1999, p.270).

Se na década de 1950 havia poucas evidências de definições sobre a responsabilidade social, a década de 1960 marcou um crescimento significativo nas tentativas de formalizar ou, mais precisamente, delimitar o significado de responsabilidade social. Neste sentido, destacam-se as contribuições de Keith Davis (1960), William Frederick (1960), Joseph W. McGuire (1963) e Clarence C. Walton (1967) (CARROLL, 1999, p.270-273).

Segundo Carroll (1999), as contribuições de Davis (1960) destacam-se por sua análise relacional entre responsabilidade social e o poder empresarial. Davis tornou-se conhecido por lançar a Lei de Ferro da Responsabilidade Social, que considerava que "responsabilidade social dos empresários precisa ser compatível com o seu poder social" (DAVIS, 1960, p.71 apud CARROLL, 1999, p. 271). Contudo, na primeira versão do livro *Business and its Environment*, Keith Davis e Robert Blomstrom (1966) definem responsabilidade social:

*Social responsibility, therefore, refers to a person's obligation to consider the effects of his decisions and actions on the whole social system. Businessmen apply social responsibility when they consider the needs and interest of others who may be affected by business actions. In so doing, they look beyond their firm's narrow economic and technical interests*⁴ (DAVIS e BLOMSTROM, 1966, p.12 apud CARROLL, 1999, p. 272).

empresa for mal orientado vários “círculos” sofreram as resultantes da orientação da empresa. O autor divide os círculos da seguinte forma: no círculo interno da empresa encontram-se os empregados, no círculo seguinte os acionistas, clientes e fornecedores que são diretamente afetados, no outro círculo estão os cidadãos da comunidade onde está inserida a empresa, no próximo círculo estão os concorrentes e, finalmente no círculo externo está o público em geral.

⁴ Minha tradução: Responsabilidade social, portanto, refere-se a obrigação de uma pessoa a considerar os efeitos de suas decisões e ações em todo o sistema social. Empresários aplicam a responsabilidade social quando consideram as necessidades e interesses de outras pessoas que possam ser afetadas por ações empresariais. Ao fazê-lo, eles vão além dos interesses econômicos e técnicos ligados a sua empresa.

No mesmo período William Frederick contribuiu para a definição do conceito de responsabilidade social, o autor escreveu:

[Social responsibilities] mean that businessmen should oversee the operation of an economic system that fulfills the expectations of the public. And this means in turn that the economy's means of production should be employed in such a way that production and distribution should enhance total socio-economic welfare.

Social responsibility in the final analysis implies a public posture toward society's economic and human resources and a willingness to see that those resources are used for broad social ends and not simply for the narrowly circumscribed interests of private persons and firms⁵ (FREDERICK, 1960, p. 60 apud CARROL, 1999, p. 271).

Joseph W. McGuire vai além e assevera que *“the idea of social responsibilities supposes that the corporation has not only economic and legal obligations but also certain responsibilities to society which extend beyond these obligations⁶”* (McGUIRE, 1963, p. 144 apud CARROLL, 1999, p.271). Embora McGuire não esclareça quais sejam essas obrigações, na sua definição a empresa deve ter interesse na política, no bem-estar da comunidade, na educação e na "felicidade" de seus funcionários. Resumidamente, na visão de McGuire as empresas devem agir, nas palavras do próprio autor, "com justiça", assim como todo bom cidadão deve agir.

No final da década de 1960, Clarence Walton contribui com a discussão sobre responsabilidade social e condensa, na sua publicação *Corporate social responsibilities* (1967), os diferentes modelos de responsabilidade social, incluindo sua definição fundamental:

⁵ Minha tradução: [Responsabilidade social] significa que os empresários devem supervisionar a operação de um sistema econômico que atenda as expectativas do público. E isso significa que, por sua vez, os meios de produção da economia devem ser empregados de tal forma que a produção e distribuição devem aumentar de forma ampla o bem-estar socioeconômico.

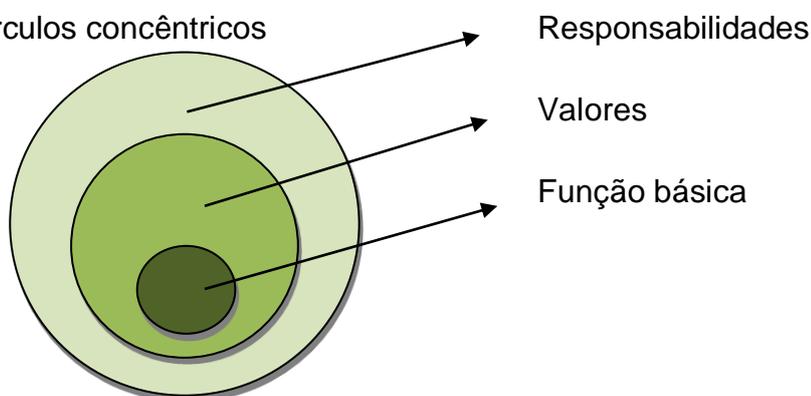
Responsabilidade social, em última análise implica numa postura pública em relação recursos econômicos e humanos da sociedade e numa vontade de ver que esses recursos sejam utilizados para fins sociais amplos e não apenas para os interesses estritos da empresa.

⁶ Minha tradução: A ideia de responsabilidade social supõe que a corporação não tem apenas obrigações econômicas e legais, mas também certas responsabilidades para com a sociedade que vão além dessas obrigações.

*In short, the new concept of social responsibility recognizes the intimacy of the relationships between the corporation and society and realizes that such relationships must be kept in mind by top managers as the corporation and the related groups pursue their respective goals*⁷ (WALTON, 1967, p. 18 apud CARROLL, 1999, p. 272).

Na década seguinte, o entendimento sobre Responsabilidade social foi na mesma linha de definições apresentadas na década de 1960. Em 1971, o *US Committee for Economic Development (CED)* define a responsabilidade social a partir do que se convencionou círculos concêntricos. O círculo interior incluiria as funções econômicas básicas das empresas ligadas a crescimento, produção e emprego, o círculo intermediário percebe funções econômicas que deveriam ser exercitadas pelas empresas a partir de valores e prioridades sociais e, por fim, o círculo externo abrangeria as responsabilidades que as empresas deveriam assumir para estar intimamente ligada a melhoria do social. Dito de outra forma, o CED descreve a responsabilidade social relacionada a partir da própria função empresarial. Esta intimamente ligada às expectativas que a sociedade tem sobre a empresa e com as atividades que a empresa desempenha com vistas a melhorar o ambiente na qual ela está inserida (DIAS, 2012).

Figura 1 – Círculos concêntricos



Fonte: elaborado pela autora a partir de *US Committee for Economic Development (CED)*.

Para Carroll (1999, p.274) o CED percebeu que as relações entre empresa e sociedade estavam mudando de forma substancial. O período que emerge no final dos anos 1960 e início de 1970 é de transição. Movimentos

⁷ Minha tradução: Em resumo, o novo conceito de responsabilidade social reconhece a intimidade das relações entre a corporação e a sociedade e percebe que tais relações devem ser mantidas em mente por gestores de topo como a corporação e com os grupos relacionados para perseguir suas respectivas metas.

sociais com respeito ao meio ambiente, maior atenção à segurança do trabalhador, respeito ao direito dos consumidores e funcionários estavam prontos para a transição de interesse especial para regulamentação do Estado. Por este motivo,

*Business is being asked to assume broader responsibilities to society than ever before and to serve a wider range of human values. Business enterprises, in effect, are being asked to contribute more to the quality of American life than just supplying quantities of goods and services. Inasmuch as business exists to serve society, its future will depend on the quality of management's response to the changing expectations of the public*⁸ (CED, 1971, p. 16 apud CARROLL, 1999, p. 274-275).

Henry G. Manne e Henry C. Wallich (1972) dão fôlego à discussão sobre responsabilidade social e apresentam três elementos para caracterizar a responsabilidade social das empresas, sejam eles:

*To qualify as socially responsible corporate action, a business expenditure or activity must be one for which the marginal returns to the corporation are less than the returns available from some alternative expenditure, must be purely voluntary, and must be an actual corporate expenditure rather than a conduit for individual largesse*⁹ (MANNE e WALLICH, 1972, p. 4-6 apud CARROLL, 1999, p.276).

E Manne acrescenta “na prática, é muitas vezes extremamente difícil, se não impossível, distinguir as despesas próprias do negócio que apenas alegou-se ter sido feito para o bem do público a partir de uma intenção de caridade real¹⁰” (MANNE, 1972, p. 8 apud CARROLL, 1999, p.276). A partir disso, percebe-se que o investimento que as empresas fazem no campo social pode não ser uma boa variável de análise. De modo semelhante, o elemento

⁸ Minha tradução: As empresas são convidadas a assumir responsabilidades mais amplas para a sociedade através de uma vasta gama de valores humanos. As Empresas, na verdade, estão sendo convidadas a contribuir mais para a qualidade de vida americana do que apenas fornecer quantidades de bens e serviços. Na medida em que existem negócios para servir a sociedade, o seu futuro vai depender da qualidade da resposta da administração às novas expectativas do público.

⁹ Tradução nossa: Para se qualificar como ação empresarial socialmente responsável, uma despesa de negócio ou atividade deve ser aquele para o qual os retornos marginais para a corporação são menos do que os retornos disponíveis de algumas das despesas alternativa, deve ser puramente voluntária, e deve ser incorporado um dispêndio real em vez de um conduto para a generosidade individual.

¹⁰ Versão original: “in practice it is often extremely difficult if not impossible to distinguish a purely business expenditure only alleged to have been made for the public's good from one actually made with real charitable intent” (MANNE, 1972, p. 8 apud CARROL, 1999, p. 276).

de voluntariado tem sido considerado para definir responsabilidade social, mas isso também é difícil julgar. Ou seja, é difícil distinguir entre o que é "puramente voluntário" e o que está em resposta a normas sociais.

Manne e Wallich, dessa forma, definem responsabilidade social:

*I take responsibility to mean a condition in which the corporation is at least in some measure a free agent. To the extent that any of the foregoing social objectives are imposed on the corporation by law, the corporation exercises no responsibility when it implements them*¹¹ (MANNE e WALLICH, 1972, p. 40 apud CARROLL, 1999, p. 276).

No final da década de 1970, Archie Carroll (1979) propõe um modelo de análise de responsabilidade das empresas de acordo com quatro obrigações que são expressas na responsabilidade econômica, legal, ética e voluntária. A autora notou que as definições anteriores tinha aludido à responsabilidade das empresas para fazer lucro, obedecer à lei e "ir além" dessas atividades. Por este motivo, a autora pondera que para a definição ser completa, deve abraçar uma gama completa de responsabilidades de negócio para sociedade. Portanto, oferece a seguinte definição: "a responsabilidade social dos negócios abrange os campos econômico, legal, ético e expectativas discricionárias que a sociedade tem das organizações em um determinado ponto no tempo" (CARROLL, 1979, p.500).

Na década de 1980 o interesse em responsabilidade social não arrefeceu, e o núcleo do conceito incorporou conceitos alternativos, teorias e modelos. Exemplo disso, uma interessante definição de responsabilidade social foi cunhada por Thomas M. Jones (1980).

*Corporate social responsibility is the notion that corporations have an obligation to constituent groups in society other than stockholders and beyond that prescribed by law and union contract. Two facets of this definition are critical. First, the obligation must be voluntarily adopted; behavior influenced by the coercive forces of law or union contract is not voluntary. Second, the obligation is a broad one, extending beyond the traditional duty to shareholders to other societal groups such as customers, employees, suppliers, and neighboring communities*¹² (JONES, 1980, p. 59-60 apud CARROLL, 1999, p.284).

¹¹ Minha tradução: Eu assumo que responsabilidade [social] significa uma condição na qual a empresa é, no mínimo, em certa medida, um agente livre. Na medida em que um dos objetivos sociais são impostos sobre a corporação por lei, a empresa não exerce nenhuma responsabilidade [social] quando a implementa.

¹² Minha tradução: A responsabilidade social corporativa é a noção de que as empresas têm a obrigação para com os grupos constituintes da sociedade, além do previsto em lei e contrato

Portanto, Jones (1980) concluiu que é muito difícil chegar a um consenso quanto ao que constitui um comportamento socialmente responsável. Dessa forma, o autor postula que a responsabilidade social deve ser vista não como um conjunto de resultados, mas como um processo (CARROL, 1999, p.284 apud JONES, 1980. p. 65). A contribuição foi importante, no entanto, não cessou o debate.

Embora Peter Drucker tivesse uma definição anterior de responsabilidade social (1954), importa destacar que, em 1984, ele tomou sobre si um "novo significado" de responsabilidade social. Drucker, na década de 1950, aparentemente, se atinha às definições de responsabilidade social que excluía a importância da empresa ter lucro. Assim, com o "novo significado" ele apresentou a ideia de que a rentabilidade e responsabilidade eram noções compatíveis (CARROL, 1999, p.286).

Portanto, na perspectiva de Ducker (1984), o que há de novo não é simplesmente a compatibilidade entre rentabilidade e responsabilidade, mas a ideia de que as empresas devem "converter" sua responsabilidade na função social em oportunidades de negócios. Segundo o autor: "(...) o bom do negócio é domar o dragão, que é transformar um problema social em oportunidades econômicas e beneficiar o econômico (...)" (DRUCKER, 1984, p. 62 apud CARROL, 1999, p.286). A partir dessa definição observa-se um aumento de estudos comparando se as empresas socialmente responsáveis também eram empresas rentáveis.

Na década de subsequente, mais do que qualquer outra coisa, o conceito de responsabilidade social serviu como ponto base para a construção de bloco, ou ponto de partida para outros conceitos e temas relacionados. Os grandes temas que tomaram o centro do palco na década de 1990 foram os

de união. Duas facetas desta definição são críticas. Em primeiro lugar, a obrigação deve ser adotada voluntariamente, comportamento influenciado pelas forças coercitivas de lei ou de contrato de união não é voluntária. Em segundo lugar, a obrigação é ampla, estendendo-se para além do dever tradicional, acionistas de outros grupos sociais, tais como clientes, funcionários, fornecedores, e comunidades vizinhas.

enfoques relacionados ao desenvolvimento sustentável e a teoria das partes interessadas (ou teoria dos *stakeholders*)¹³.

Durante a década de 1990, uma das contribuições mais importantes para a delimitação do termo responsabilidade social é a de Donna J. Wood (1991). Wood revisitou o modelo de responsabilidade social que se baseia principalmente no modelo de responsabilidade social tridimensional proposto por Carroll (1979) e no modelo de Wartick e Cochran (1985). O modelo tridimensional de Carroll (1979) propõem princípios, processos, e políticas no âmbito da formulação de Wartick e Cochran (1985) (CARROL, 1999).

Wood (1991), por sua vez, reformulada estes princípios e considera três relações diferentes. No nível institucional (i) as funções das empresas se relacionam com os princípios de responsabilidade social e da legitimidade social. Este princípio impele as empresas a se organizarem de maneira responsável socialmente e com o máximo de respeito às leis, às regulamentações econômicas e às normas éticas existente na sociedade. No nível organizacional ou corporativo (ii) rege o princípio da responsabilidade pública. Inspirado nas responsabilidades que o setor econômico privado tem para com a sociedade onde estão inseridos. As empresas são responsáveis pelos resultados e impactos econômicos, sociais e ecológicos de sua atividade. De modo que os critérios gerenciais das empresas são de responsabilidade dos indivíduos da organização, portanto, encontram-se num nível individual (iii), os indivíduos das empresas são “agentes morais” e por isso também são obrigados pelos princípios de responsabilidade.

Pressupostos estratégicos da responsabilidade social

De modo geral, o conceito de responsabilidade social não sofreu mudanças significativas na sua definição desde a década de 1950, porém, isso não significa que o conceito seja estanque. De acordo com a breve evolução histórica apresentada no item anterior, o conceito de responsabilidade social é moldado a partir do contexto político, econômico e social e, por este motivo, as

¹³ Estes enfoques não serão abordados neste estudo.

transformações ocorridas no século XX contribuíram para a mutação do conceito ao longo dos anos.

As organizações mudam quando o ambiente, o mercado e as tecnologias mudam. Da mesma maneira que as organizações transformam o ambiente em que atuam o impacto dos negócios na sociedade se fez presente com o aparecimento das grandes empresas. Atualmente é inegável que as atividades e as operações das empresas afetam a sociedade como um todo. O público começou a expressar suas preocupações com o comportamento social das empresas em relação aos problemas sociais e ambientais exigindo maior envolvimento delas na solução destes. Mais que isso, passou a questionar o papel das empresas na sociedade (BORGES, 2001, p. 17).

No Brasil, observa-se que a atuação da responsabilidade social cresce ou estabiliza de acordo com o contexto socioeconômico. As alterações sofridas pela sociedade frente à intensificação da globalização, o maior envolvimento das organizações com as causas socioambientais, o agravamento das questões ambientais, o surgimento da sociedade civil¹⁴ em âmbito global, a reforma do Estado e a disseminação da pobreza certamente são fatores que corroboram com a postura das empresas no contexto atual (BEGHIN, 2005).

A partir dos anos 90, momento de ebulição do projeto de responsabilidade social, frente à incapacidade fiscal e financeira brasileira para a manutenção das políticas públicas sociais, abriu-se espaço para a ascensão de novos atores no cenário social e político do Brasil, dentre eles o empresariado.

Tenório (2004, p.33) afirma que são várias as justificativas para as empresas adotarem uma postura mais responsável frente à questão social, dentre elas o autor destaca as pressões externas e a instrumentalidade.

As pressões externas são inerentes às imposições postas pelos consumidores, pelos reclamos das comunidades impactadas pela ação empresarial e pelos códigos de conduta internacional que coíbem a atuação irresponsável das empresas. No que diz respeito à instrumentalidade do comportamento socialmente responsável, as empresas são beneficiadas pelo

¹⁴ Para a definição desse conceito tomo emprestada a definição de Boaventura de Sousa Santos (1999) que define a sociedade civil como um vasto conjunto de organizações que não são nem estatais e nem mercantis.

retorno de marketing e isenções fiscais concedidas pelo governo pelo desenvolvimento de projetos sociais nas comunidades, por este viés, o principal motivador para a ação social advém do interesse econômico para a garantia de competitividade no mercado (TENÓRIO, 2004).

A perspectiva neoliberal enfatiza os aspectos mercadológicos, valoriza a competição entre as pessoas e defendem o ideal de um mercado o mais amplo possível. Assim, a sociedade é quem decidiria o seu nível de consumo e a competição econômica, em escala mundial, onde todos os países teriam idêntica liberdade de comércio, seriam elementos reguladores e promotores de eficiência global (*Short History and Statement of Aims. Mont Pelerin Society*, 2014). Em boa medida, essa ideologia se fortaleceu a partir da década de 1990 tendo como foco a independência dos papéis das dimensões que compõem a sociedade.

Os economistas organizam a sociedade em três esferas independentes: o mercado, o Estado e a sociedade civil e pressupõe competências exclusivas a cada uma dessas dimensões. Por esse viés, à sociedade caberia o papel de decisão racional de compra, ou seja, transformação dos cidadãos em consumidores. O Estado deveria se encarregar de proporcionar bem-estar geral sem interferência na economia e, finalmente, o mercado deve limitar-se a maximização dos lucros e obediência às leis, como defende Friedman (1970).

As questões morais e éticas ficariam restritas à ordem individual e, nas sociedades, seriam expressas através de normas e condutas sociais cristalizadas no arcabouço legal e jurídico. Assim, uma vez violada as normas cabe à sociedade, via instituições legais, coagir o infrator a cumprir as regras (BORGER, 2001). Considerando a perspectiva neoliberal, não caberia ao mercado nenhuma responsabilidade além da legislação sob pena de ineficiência econômica e prejuízo para toda a sociedade.

Ultimamente um ponto de vista específico tem obtido cada vez maior aceitação – o de que os altos funcionários das grandes empresas e os líderes trabalhistas têm uma responsabilidade social além dos serviços que devem prestar aos interesses de seus acionistas ou de seus membros. Este ponto de vista mostra uma concepção fundamentalmente errada do caráter da natureza de uma economia livre. Em tal economia só há uma responsabilidade social do capital –

usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraude (FRIEDMAN, 1985, p.23).

Seja qual for a justificativa para uma postura responsável das empresas o fato é que o conceito de responsabilidade social é permeado por diversos discursos políticos-ideológicos, o que contribui para a sua diversificação de definições. Entretanto, atualmente há consenso que as empresas têm como obrigação avaliar os impactos de suas práticas sobre o ambiente externo, no intuito de minimizá-los e de agregar benefícios sociais, além de seus ganhos econômicos (CARROLL, 1999; BORGER, 2001).

A literatura da gestão empresarial, em geral, aponta para o período pós-guerra o momento ápice dos debates que deram origem aos conceitos de responsabilidade social e outros conceitos agregados, tais como: desenvolvimento social, ética nos negócios e sustentabilidade (MAY et al, 2007, MELO NETO e FROES, 2002). Embora, até início da década de 1970, as empresas tenham encontrado na filantropia¹⁵ o meio para cumprir com a responsabilidade social, foi na segunda metade da referida década, devido às transformações sociopolíticas¹⁶, que as ações de responsabilidade social passaram a ser regulados por organismos do Estado e/ou grupos de pressão (CARROLL, 1999).

Neste sentido, Ducker (1984) apontava para a necessidade de conversão das responsabilidades na função social das empresas em oportunidade de negócio, pois é preciso se adaptar as novas exigências, mas sem perder de vista a finalidade da empresa que é obter lucros (DUCKER 1984 apud CARROLL, 1999). Assim, a partir de 1980, tendo como pano de fundo a

¹⁵ Segundo Garcia (2004, p.12-13) a definição mais corrente de filantropia está alinhada a sentimentos de amor à humanidade, altruísmo e humanitarismo e possui forte apelo agregador a quem se dispõe a fazer o bem.

¹⁶ Foi nesse período que o modelo de desenvolvimento que prioriza somente a questão econômica começou a ser questionado. Os debates sobre o tipo de desenvolvimento ideal incluiria as dimensões sociais e ambientais

discussão sobre a contribuição das empresas para a melhoria de vida num ambiente onde predomina o mercado de livre concorrência pode-se dizer que as ações de responsabilidade social foram convertidas em estratégias de sobrevivência da marca ou empresa, ou se preferir, a empresa socialmente responsável assume um diferencial que permite a empresa se manter no mercado competitivo.

Por estratégia podemos considerar a “técnica utilizada para alcançar um objetivo (individual ou coletivo, privado ou público, pacífico ou bélico-militar) (...) a estratégia é concebida num campo vasto e complexo que se apoia num conjunto de princípios de caráter geral e de propósitos diretamente operativos” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2004, p. 431).

Bourdieu (2012) destaca que a estratégia é produto de um senso prático típico de um jogo, um *habitus*¹⁷, um jogo incorporado na sociedade, um domínio adquirido com a experiência. Ou seja, a estratégia utilizada faz parte de um jogo que leva as empresas a escolherem a melhor forma de atuação dentre as opções dispostas no jogo. Neste estudo, poderíamos dizer que o jogo o qual se refere Bourdieu são as ações de responsabilidade social que a empresa tem que assumir¹⁸.

Longe de esgotar o assunto, embora sejam notáveis os esforços empreendidos nas ações de responsabilidade social, foram apontadas algumas considerações que levam a crer que as ações de responsabilidade social são, antes de tudo, uma técnica utilizada pela gestão empresarial para posicionar a empresa no mercado. As estratégias de sobrevivência das empresas, através

¹⁷ Sistema de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais (nas dimensões culturais, econômicas, sociais, materiais, entre outras). O *habitus* diz respeito às estruturas relacionais nas quais o indivíduo está inserido, possibilitando a compreensão tanto de sua posição num campo quanto seu conjunto de capitais (para Bourdieu capital é todo recurso ou poder transmitidos nas relações sociais). Assim, o *habitus* se refere aos estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos das pessoas.

¹⁸ Seja qual for a justificativa para assumir as responsabilidades sociais. Seja pela sua postura ética ou por estar inserida num contexto de desenvolvimento sustentável ou ainda porque a responsabilidade social é item indispensável para a sua atuação.

das práticas de responsabilidade social, se aproximam do que Bourdieu chamou de jogo duplo que consiste em jogar em conformidade com as regras do jogo, assegurando que o Direito esteja ao seu lado, ou fazendo parecer que está, mas agindo conforme seus próprios interesses.

Como parte da estratégia de sobrevivência das empresas, para dar maior visibilidade às ações de responsabilidade social são empregadas práticas inerentes ao *marketing*. Dentre as inúmeras finalidades do *marketing* este modelo de gestão, além de proporcionar visibilidade à empresa, possibilita uma utilidade acima das expectativas quando as práticas responsáveis realizadas pela empresa junto à sociedade são reconhecidas.

“Ahhh isso é marketing!¹⁹”

Marketing é um novo campo de estudo, mas é também um apanhado de conceitos e técnicas, oriundas principalmente da administração e publicidade humano. A expressão *Marketing*, de um modo geral, virou um bordão que abarca os mais variados modelos de gestão. E quando o conceito compreende quase tudo, corre um grande risco de significar nada. Assim quando não há uma unicidade na aplicação do termo, “Ahhh isso é marketing!”. Diante da panaceia de definições que o Marketing atualmente pode se inserir, para este estudo, importa destacar a sua relação com outro conceito correlato, a responsabilidade social.

O termo responsabilidade social traz a tona uma série de outros termos agregados, intimamente ligados entre si, tais como: marketing, terceiro setor, comportamento ético entre outros. A nova postura das empresas frente à questão social enseja o desenvolvimento de estratégias de marketing para a divulgação do ativismo social empresarial.

¹⁹ Durante uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Celso Ramos, o senhor Jeoldenir de Nez, quando questionado sobre as ações realizadas pela hidrelétrica que atingiu a cidade (UHE Campos Novos) o entrevistado exclamou “Ahhh isso é marketing”.

O termo marketing está amplamente difundido não apenas no campo dos negócios, mas também na área social. Dentre as várias definições, vinculadas à propaganda e venda pessoal, o marketing deve ser entendido dentro de um processo de trocas visando objetivos específicos. Essa troca é necessariamente intencional e voltada para o atendimento à expectativa de um grupo (ZENONE, 2006).

De acordo com Kotler (2004) o marketing está intimamente ligado à tarefa de promover bens e serviços a clientes, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas. E, dentre as inúmeras definições existentes, pode-se estabelecer distinções entre o marketing com finalidade gerencial e social.

Nesse sentido, por um viés social, o objetivo do marketing é promover uma mudança de comportamento com vistas a promover o bem comum. Por outro lado, por um viés gerencial, o marketing está relacionado ao conhecimento do público alvo para oferecer um produto ou serviço que atenda às suas necessidades de tal modo que o produto se venda por si só, isto é, tornando a venda supérflua. (DUCKER, 1984 apud KOTLER e ZALTMAN, 1971).

Cobra (1986) define o marketing social como um mecanismo capaz de gerar intercâmbio de valores sociais, morais e políticos com a finalidade de vender ideias que proporcionem bem estar geral. De modo semelhante Araújo (2001) entende o marketing social como uma estratégia de mudança comportamental com o objetivo de produzir impacto social.

Melo Neto e Fróes (2002) apontam que a divulgação das ações sociais empresariais, a médio e longo prazo, garantem vantagens através da maior aceitabilidade, respeito e visibilidade da empresa. Portanto, o marketing social e a responsabilidade social dependem intrinsecamente um do outro. A valorização do conceito de responsabilidade social e as recentes mudanças no comportamento dos consumidores estimulam as empresas a conferir contornos mais éticos às práticas de marketing.

O marketing social enquanto estratégia de divulgação das ações sociais empresariais fortalece a marca da empresa e a colocar num patamar

competitivo perante a comunidade empresarial. Por este motivo Garcia (2002) e Beghin (2005) afirmam que é a racionalidade econômica que comanda o ativismo social empresarial ao invés da adoção de um comportamento ético.

(...) Para enfrentar a concorrência de mercado cada vez mais globalizado e competitivo, as elites empresariais passam a introduzir novos elementos de diferenciação para as suas marcas. Esse é o papel do marketing social: trata-se de uma estratégia de negócios que busca criar uma imagem positiva da empresa por intermédio da defesa de causas sociais, culturais ou ambientais. Diante de um modo de produção altamente fragmentado e internacionalizado e de um mercado consumidor globalizado, o marketing passa a se construir e a se fortalecer não em torno de produtos, mas de uma reputação: ou seja, as marcas não se referem diretamente a um produto, mas a um conjunto de valores, os quais são veiculados por meio do ativismo social empresarial (BEGHIN, 2005, p. 30-31 apud GARCIA, 2002).

Assim, a partir do incremento de um consumo consciente dos cidadãos há um aumento das ações de responsabilidade social. Para Kotler (2004), atualmente, é grande a expectativa que as empresas tenham ações sociais no sentido mais ético/moral e o *marketing* ocupa um lugar de destaque para essa função.

As pressões exercidas por governos e/ou organismos internacionais tencionam para que as de práticas levadas a cabo pelas empresas sejam ética e socialmente responsáveis. Por isso, o marketing adotado para a divulgação das ações de responsabilidade social das empresas precisa ter por finalidade uma mudança de postura com vistas ao bem comum (COBRA, 1986). De outro modo, a simples divulgação das práticas empresariais para venda de um produto ou serviço são percebidas pelas pessoas como algo negativo, “só *marketing*.”

Contexto da manifestação da responsabilidade social no Brasil

No Brasil, com o final do período autoritário, a preocupação em reestabelecer as liberdades individuais e o Estado de Direito se tornou predominante entre os diversos segmentos sociais. A questão social se tornou tema principal entre as várias identidades coletivas que estreitaram vínculos justamente pelo seu desejo de modificação social e particular de interesses na agenda de transição democrática.

Naquele momento, acreditava-se que o estabelecimento de instituições democráticas, por si só, modificariam a realidade do país que até a década de 1980 encontra-se sob o domínio de governos autoritários²⁰. A Constituição de 1988 cristaliza as demandas dos diversos setores da sociedade. No plano social a Carta Magna conferiu universalização das políticas sociais. E no plano institucional as propostas seguiam a direção da descentralização política, conferindo maior poder aos estados e municípios, além de maior participação política da sociedade nos processos decisórios com objetivo de atribuir mais transparência ao processo político, ou seja, *accountability* (DRAIBE, 2001).

No entanto, a conciliação das metas de institucionalização da democracia, de ampliação dos direitos sociais, de estabilização econômica e da reinserção internacional não se revelou tarefa simples. De um lado, o esforço em direção à mudança esbarrou nos resistentes mecanismos do clientelismo e dos fortes privilégios corporativos encastelados no sistema de políticas; ou seja, esbarrou exatamente nas forças próprias daquele padrão conservador que se queria superar. De outro lado, a prioridade atribuída aos programas de estabilização econômica e o acirramento dos conflitos em torno da distribuição de recursos escassos terminaram por esvaziar as reformas sociais. O resultado concreto foi à ênfase em uma agenda em franco descompasso com a diversificação das demandas oriundas da cidadania social (BEGHIN, 2005, p. 33-34).

O descompasso entre as atitudes do Estado democrático e o anseio da sociedade e a ineficácia do poder público na gestão dos problemas mais proeminentes (inflação, corrupção, deterioração social e criminalidade) levam a cabo a crise de governabilidade do Estado brasileiro durante a década de 1980 (BRESSER-PEREIRA, 1998; DINIZ, 1997).

Tanto na mídia, como no meio acadêmico, esta crise tem sido recorrentemente atribuída a fatores externos ao próprio Estado. As análises mais correntes apontam a ingovernabilidade do país como um dos grandes desafios da atualidade brasileira, oferecendo explicações que enfatizam os efeitos negativos decorrentes da democratização crescente da ordem social e política. Excesso de pressões produzidas pelo aumento desordenado da participação, explosão de demandas, interferência excessiva do Congresso, expansão exagerada do quadro partidário, saturação da agenda, defasagem entre as capacidades de resposta do governo e de pressão da sociedade seriam os aspectos mais destacados pelos vários enfoques (DINIZ, 1997, p. 116-117).

²⁰ Baquero (2007) aponta que restringir a democracia a medidas processuais aumenta sobremaneira o descontentamento com o sistema político.

No mesmo período observou-se o esgotamento da estratégia de industrialização por substituição de importações diante da pressão externa para o alinhamento às diretrizes neoliberais. Temas ligados à redução do Estado, privatização, abertura externa da economia, desregulamentação, a reinserção no sistema internacional tornaram-se preponderantes em diferentes países latino-americanos (DINIZ, 2000).

Ainda que a adoção de uma políticas de liberalização tenha iniciado com o governo Sarney foi no governo Collor que a liberalização comercial se tornou um dos principais eixos da ação política. As medidas adotadas após 1990 tinham por objetivo expor gradativamente o comércio exterior através de medidas de desregulamentação e redução de alíquotas. Essa prática continua no governo seguinte sendo mais intensificada na gestão de Fernando Henrique Cardoso (DINIZ, 2000).

O governo Collor, iniciou o seu mandato com discurso de defesa aos “descamisados” ainda que no tocante às políticas públicas tenha havido pelo menos três dimensões de retrocesso: (i) diminuição do gasto social federal via ajuste econômico, (ii) corte de programas sociais de natureza assistencial e (iii) mecanismos arbitrários de concessão de benefícios sociais ao molde clientelista (BEGHIN, 2005, p. 35-36).

À luz dos preceitos neoliberais o que prevaleceu foi à concepção de Estado mínimo. A redução do Estado se daria através de cortes de gastos e redução do déficit público, num esforço de abreviar a máquina estatal. Na década de 1990 a questão social assumiria ênfase na redução da dívida pública e no estímulo à participação do mercado na promoção de serviços sociais. A pobreza passa a ser percebida como uma característica intrínseca, quase natural, de sociedade em processo de desenvolvimento, portanto, é preciso amenizar as consequências desse fenômeno, pois a sua eliminação é impossível.

No governo de Fernando Henrique Cardoso verificou-se a configuração de uma nova agenda pública, caracterizada pela prioridade atribuída à estabilização e às reformas liberais, para tanto, o caminho seria nem por um viés estatal e nem de mercado. No entendimento de Bresser-Pereira, ex-

ministro da Administração e Reforma do Estado do governo FHC, a saída seria através de um redimensionamento da atividade produtiva do Estado e na abertura comercial do país (BEGHIN, 2005; THEODORO, 2002).

No entanto, ainda que pesquisas demonstrem que alguns indicadores sociais melhoraram nas últimas décadas (IPEA, 2003), o Brasil ainda apresenta profundos contrastes nas dimensões sociais, raciais, regionais, de gênero e entre o campo e a cidade. Além da pobreza e desigualdade social a informalidade no mercado de trabalho e o aumento da criminalidade preocupam sobremaneira a população brasileira (PELIANO, BEGHIN e NETO, 2002).

O quadro de contrastes que se apresenta, num país que apresenta avanços, mas que ainda é marcado por assimetrias abissais, vem produzindo segmentos sociais sem acesso aos bens materiais e simbólicos além da impossibilidade de encontrar um lugar no mundo do trabalho, no espaço público e nas instituições, ficando privado de qualquer possibilidade de inserção social (BEGHIN, 2005, p. 25).

Em termos normativos, as elites (...) tendem a acreditar que a melhor opção para se combater a pobreza seria o Estado prover as condições necessárias para que o setor privado gere mais riquezas, o que naturalmente criaria oportunidades de melhoria para os setores mais pobres da população. Em termos ideais, essa opção tornaria a política social apenas um complemento do dinamismo natural do mercado. Entretanto, em ambos os contextos nacionais as elites acreditam que não se podem esperar altas taxas de crescimento econômico em curto prazo. Daí reconhecerem a necessidade de alternativas mais diretas para combater a pobreza (REIS, 2000, p. 149).

A alternativa para combater a pobreza, a partir de 1990, veio na esteira da ideologia neoliberal através de uma reestruturação produtiva e na crítica cada vez mais generalizada ao Estado no cumprimento da sua responsabilidade na questão social. Além disso, o processo de globalização, intensificado nas últimas décadas, redefiniu o papel das nações enfraquecendo-as como unidades decisórias. “É a primazia total das empresas multinacionais, enquanto agentes de ‘mercado global’” (SANTOS, 2000, p. 290).

Neste contexto o ativismo social empresarial se insere num movimento de captura de subjetividades dos trabalhadores após sucessivas derrotas políticas da classe trabalhadora²¹ (BEGHIN, 2005, p.29-30). Essa estratégia de negócios visa diluir conflitos resultantes da relação capital/trabalho além de introduzir elementos de diferenciação das marcas no mercado. Cria-se uma imagem positiva da empresa, por intermédio do *marketing*, que passa a se preocupar com questões sociais, culturais ou ambientais.

A ampliação das atividades empresariais para o campo social como estratégia de *marketing* é oportuna para quem a pratica, pois focaliza dois problemas que mobilizam o debate político: a discussão sobre as funções e o desempenho do Estado e as ações de enfrentamento a temas de interesse social (pobreza, ambientalismo, políticas afirmativas em relação às mulheres, negros, homossexuais, portadores de necessidade especiais). Por isso a associação entre a marca e a ação social desenvolvida por uma empresa tem se mostrado uma estratégia de mercado muito eficaz para influenciar a escolha e a fidelidade do produto. Este se torna mais atraente, pois soma aos seus atributos de mercado (qualidade, preço, originalidade) um conteúdo valorativo que favorece a imagem da empresa, além de funcionar como um apelo de mobilização ao consumo mais seletivo e qualificado. Se a adesão a uma campanha social estiver associada à satisfação de uma necessidade de consumo, o custo de participação é baixo e altamente compensador. É uma lógica de envolvimento à distância que, sem onerar os colaboradores, os credencia como cidadãos conscientes, solidários, participantes. (GARCIA, 2004, p. 32).

Neste processo de humanização das relações capital/trabalho há uma campanha para tornar a ação estatal desnecessária. Para liberar o mercado das amarras que dificultam o seu funcionamento (os direitos sociais). A intervenção do capital será no sentido de esvaziar o Estado Social para adequá-lo as necessidades do mercado (MONTAÑO, 2011).

De maneira geral, a Responsabilidade Social das Empresas pode ser entendida como uma forma que o setor privado têm de se relacionar com os diversos grupos de interesses e indivíduos, que de alguma forma, são afetados por sua atividade. Entretanto, por entender que não há homogeneidade no termo é preciso compreendê-lo em interface com o contexto de mudanças econômicas, políticas e sociais.

Desde a década de 1980, emerge no Brasil novas organizações (associações, fundações, institutos e comitês) e práticas (concessão de

²¹ A autora aponta a derrubada do socialismo real, a reestruturação produtiva que resulta no isolamento das classes trabalhadoras e a perda de espaço no campo político nas eleições de 1989, 1994, 1998.

prêmios ou selos, organizações de rede) de origem empresarial com o objetivo de promover o ativismo social do setor privado (BEGHIN, 2005, p.66).

Ao que se refere ao plano político, a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, que orientou as reformas gerenciais na década de 1990, estabelece-se a reforma do Estado em três dimensões: (i) institucional-legal baseada na criação de instituições normativas e organizacionais para a descentralização da gestão, (ii) cultural que corresponde a mudança de valores burocráticos para os gerenciais e, por fim, (iii) a dimensão gerencial que concerne em por em prática a reforma, propriamente dita, com vista ao atendimento de qualidade para o cidadão-cliente com o menor custo possível (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Bresser-Pereira (1998) considera que um dos maiores problemas do Estado brasileiro é a falta de governança²² que está diretamente ligado à crise fiscal dos anos 1980 e à inoperância do Estado em face da burocratização. Por esse motivo, de modo a dotar de maior eficiência e governança o aparelho estatal, transforma-se os serviços não exclusivos do Estado em propriedade pública não estatal e declara-os organização social. Ou como define Bresser-Pereira, é preciso publicizar²³ a gestão dos serviços sociais. Assim, a lógica que se segue é uma gradual transferência da responsabilização do Estado pelas questões sociais para o solidarismo da sociedade civil.

O recurso à parceria público-privada é uma estratégia que vai à mesma direção. Encontra respaldo no âmbito dos defensores do Estado gerencial e no espaço das organizações da sociedade que defendem um novo modelo para a resolução da questão social com ênfase no ativismo civil descentralizado a fim de revitaliza-las com vistas à eficiência e eficácia. Sintetizar as várias dimensões da discussão sobre responsabilidade social no Brasil constitui-se tarefa árdua, haja vista sua ampla atuação.

²² Coloca aqui a diferença entre governança e governabilidade

²³ Bresser-Pereira (1998) difere publicização de privatização. A distinção serve para salientar que, além da propriedade privada e da propriedade estatal existe uma terceira forma de propriedade relevante no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública não estatal.

Assim, sob a justificativa de inoperância do Estado, transfere-se a responsabilidade das ações estatais para o mercado. Nesse contexto, a sobrevivência das empresas brasileiras depende de sua capacidade de atender as demandas de vários públicos específicos, colocando em cheque a criatividade e os modelos de gestão empresarial. Dessa forma, o terceiro setor, responsável pelas ações de responsabilidade social, têm organizado suas ações com foco em áreas bem definidas. Essa estratégia é orientada por uma perspectiva de responsabilizar o indivíduo pelas suas carências desabonando, assim, todo um histórico de lutas pelos direitos sociais adquiridos.

Na década de noventa, o terceiro setor surge como portador de uma nova e grande promessa: a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização do capitalismo e, se possível, a superação da pobreza. Uma promessa realizada através de atos simples e fórmulas antigas, como o voluntariado e filantropia, revestidas de uma roupagem mais empresarial. Promete-nos, implicitamente, um mundo onde são deixados para trás os antagonismos e conflitos entre classes e, se quisermos acreditar, promete-nos muito mais (FALCONER, 1999, p. 2-3).

Terceiro Setor no Brasil

O conceito de terceiro setor está diretamente relacionado à noção de associativismo, ONGs, voluntariado e sociedade civil. Ou como bem define Santos:

“Terceiro setor” é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. Entre tais organizações podem mencionar-se cooperativas, associações mutualistas, associações não lucrativas, organizações não governamentais, organizações quase não governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base, etc. As designações vernáculas do terceiro sector variam de país para país e as variações, longe de serem meramente terminológicas, refletem histórias e tradições diferentes, diferentes culturas e contextos políticos (SANTOS, 1999, p.14-15).

O uso do termo abarca um conjunto de entidades da sociedade civil com finalidade pública e sem fins lucrativos. O terceiro setor coexiste com o primeiro setor, que é o Estado, e com o segundo setor, que é o mercado. É designado terceiro setor, pois difere das duas outras esferas; primeiro porque suas entidades são de natureza privada, ainda que se dedique a atividade de natureza pública, e segundo porque não visa ao lucro.

As organizações do terceiro setor expressam uma nova institucionalidade e uma nova configuração sociopolítica de caráter global. A escassez de recursos da cooperação internacional, o aumento do escopo de atuação das ONGS e o movimento por eleições diretas, e posterior *impeachment* do presidente Collor, oportunizaram o estabelecimento de novas alianças para os setores sem fins lucrativos a partir da mobilização empresarial em parceria com o setor governamental (MENDES, 1999; FERRAREZZI, 2007).

A partir da década de 1990 muitas ONGs passaram do campo de resistência e oposição ao Estado para assumirem um papel pró-ativo, seja autonomamente, seja em parceria com o Estado. O terceiro setor brasileiro, desde a sua origem, teve na parceria com outras entidades a sua característica principal. Vários atores contribuíram para formar a identidade do terceiro setor no Brasil, entre eles destacam-se: as organizações sem fins lucrativos vinculadas às entidades multilaterais, com destaque para o Banco Mundial, as empresas privadas e o governo federal (FALCONER, 1999).

As organizações não governamentais que compõe o terceiro setor foram as primeiras a se organizar coletivamente e apresentar a sua identidade para a sociedade. No final da década de 1980, as organizações sociais, ampliam o seu espaço de atuação e, no processo de redemocratização, assumem como bandeira de luta o estabelecimento dos direitos do cidadão. E, por esse motivo, passaram a atuar em setores diversos, inclusive, em parceria com o Estado.

As entidades internacionais e multilaterais também tiveram um papel significativo para a disseminação do conceito do terceiro setor. O apoio financeiro da Fundação Ford e da Fundação W. K. Kellogg, com destaque para o Banco Mundial, às organizações comunitárias e movimentos populares nos países em desenvolvimento tinham por objetivo a (re) construção das sociedades civis nesses países e conseqüente expansão do conceito do terceiro setor (FALCONER, 1999).

No âmbito do governo federal o marco legal que regulamentou o terceiro setor foi a Lei 9.790²⁴, 23 de março de 1999, discutida e elaborada no âmbito do Conselho da Comunidade Solidária²⁵ inserido num processo de reforma política da década de 1990. O novo marco legal introduz uma qualificação jurídica específica e regula as formas de interação²⁶ deste setor com o Estado. A figura da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é criada, então, para diferenciar as organizações privadas de interesse público e as de interesse privado.

Por fim, o setor empresarial foi um dos grandes responsáveis por disseminar o conceito do terceiro setor. A responsabilidade social e ambiental das empresas é revestida de uma Cidadania empresarial que não se trata exclusivamente de caridade, mas de um investimento estratégico.

(...) Um comportamento de aparência altruísta, como a doação a uma organização sem fins lucrativos, que atende também a interesses (mesmo que indiretos) da empresa, como a contribuição à formação de uma imagem institucional positiva ou o fortalecimento de mercados consumidores futuros. Na defesa de seu próprio interesse de longo prazo, empresas adotam a prática de apoiar atividades como projetos de proteção ambiental, promoção social no campo da educação e saúde, dentre outros. O envolvimento de empresas se realiza tipicamente através de doações de recursos, da operação direta de programas, ou através de relações genericamente denominadas "parcerias" com organizações da sociedade civil (SMITH 1994 apud FALCONER, 1999, p.6).

²⁴ A lei 9.790/99 regulamenta, entre outros os novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público, inclusive reconhecendo outras áreas de atuação social antes não contempladas legalmente; as novas possibilidades no sistema de articulação entre as instituições de direito privado e público; e, a possibilidade de remuneração dos dirigentes das instituições sem fins lucrativos são algumas das normas estabelecidas no marco legal do terceiro setor.

²⁵ O Conselho da Comunidade Solidária iniciou um processo de negociação sobre o marco legal do terceiro setor, envolvendo representantes do Governo Federal e das organizações civis sem fins lucrativos. Foi criado em 1995 e atua basicamente sob três formas distintas: fortalecimento da sociedade civil, interlocução política e realização de programas inovadores, dentre os quais se destacam os programas de alfabetização de jovens e adultos e de capacitação de jovens.

²⁶ As formas de interação entre a sociedade civil e o Estado são reguladas pelo Termo de Parceria instituído no âmbito da lei 9.790/99 que estabelece objetivos, metas, resultados a serem atingido, cronograma de execução, critérios de avaliação de desempenho. O objetivo desse termo é conferir maior transparência aos processos de negociação, facilitar o controle administrativo e a avaliação da utilização dos recursos públicos, além de proporcionar uma melhoria na qualidade dos serviços oferecidos.

Assim, a entrada organizada do setor empresarial em programas e projetos sociais representou a inserção da visão de mercado neste setor. O aumento da consciência global sobre o impacto da atividade econômica das empresas, tanto no aspecto social quanto no aspecto ambiental, têm levado os diversos atores que compõem o terceiro setor a terem preocupações com o desenvolvimento sustentável que acaba por conduzir a uma atitude socialmente responsável das empresas, ou seja, responsabilidade social.

Reforma do Estado e o Setor Elétrico

Dinâmicas do Estado brasileiro

Observando as relações entre Estado, sociedade civil e setor produtivo privado notam-se gradativas e constantes alterações em suas formas e no papel de cada um ao longo do tempo. No que tange a estrutura econômica, ao longo da história, o Estado brasileiro assumiu as mais variadas formas para se adequar a dinâmica social.

Em meados do século XX, o Estado teve papel preponderante no desenvolvimento social e econômico do país. Naquele modelo, de cunho intervencionista, o Estado trazia para si as responsabilidades por prestações de serviços sociais fundamentais além de intervenções econômicas a fim de compatibilizar com interesses coletivos, tais como concessão de apoio financeiro e abertura de setores industriais e de infraestrutura, dentre eles o energético. A limitada infraestrutura energética era um problema importante na década de 1950, quando a CEPAL articula-o com o tema do desenvolvimento, principalmente em relação aos países da América Latina (BIELSCHOWSKY, 2000).

Este processo teve início no ambiente pós-guerra, momento em que ocorre um rearranjo da correlação de forças mundiais e dos países que detinham certa hegemonia no cenário internacional. Neste sentido, propõem-se novos alicerces para a ordem econômica mundial ao mesmo tempo em que se perpetuaria o modelo capitalista. Neste processo, as instituições internacionais passam a postular mudanças políticas e institucionais necessárias para garantia de desenvolvimento.

Porém o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina como um todo seguiu caminhos diferentes do caso europeu, por exemplo. O capitalismo implantado na América Latina e Brasil não foi mediante a uma revolução democrático-burguesa, mas ao contrário, com características oligárquicas e dependentes, constituído a partir de um sistema desindustrializado e com forte apelo extrativista (MONTAÑO, 2010).

O processo de desenvolvimento da industrialização capitalista na América Latina, na sua situação de países dependentes, exigiu, portanto, a constituição de alianças entre o capital nacional, o Estado, e frações da classe trabalhadora (...). Desenvolve-se no Brasil, como em outros países da região, a industrialização por substituição de importações, o que demandava forte intervenção estatal, participação engajada de trabalhadores, enquanto produtores e enquanto consumidores, e a transferência de tecnologias produzidas nos países centrais. (MONTAÑO, 2010, p. 31-32).

Neste sentido, se existiu algum tipo de Estado de Bem-Estar Social no Brasil ele foi conformado dentro de um regime autoritário, dentro dos limites de um modelo econômico centralizador e socialmente excludente (SOARES, 2001). Por outro lado, o esgotamento e a crise do padrão de intervenção estatal acabaram por introduzir um conjunto de transformações políticas sociais e econômicas a partir de 1980, sejam elas:

O advento do governo da Nova República no bojo do movimento de redemocratização nacional; a possibilidade de ocupação de postos estratégicos nesse governo por pessoas e grupos políticos identificados até então como oposição (...); a organização de movimentos sociais (...) que pressionavam por mudanças efetivas; e a mudança na política econômica, comprometida com a retomada imediata do crescimento (SOARES, 2001, p.210).

No final da década de 70, com a redução do custo de transporte e comunicação uma economia mais competitiva e integrada transforma profundamente o sistema econômico mundial. Assim, frente ao novo contexto caracterizado pela intensa competição e reorganização da produção em escala global, o Estado intervencionista brasileiro, que já havia sido destacado como modelo de desenvolvimento no início do século XX, aos poucos, foi impelido a deixar de sê-lo para adotar uma postura mais (neo) liberal (BRESSER PEREIRA, 1997).

O esgotamento do modelo intervencionista contribuiu para que o papel do Estado fosse repensado. Nessa perspectiva, atribuiu-se ao Estado o papel de regulador e mobilizador dos agentes econômicos e sociais, cuja principal função seria promover a coordenação estratégica do desenvolvimento, da integração regional e da inserção no mercado internacional, objetivando a eficiência da prestação dos serviços públicos.

Por este motivo, “a corrente neoliberal consolidada nos países capitalistas centrais na década de 80, com ampla hegemonia internacional (...),

sob uma forma mais 'adocicada', centra-se no ataque feroz aos elementos de conquista sociais e trabalhistas que continha o chamado 'pacto keynesiano', no Estado de Bem-Estar Social" (MONTAÑO, 2010, p. 35).

Assim, a partir da década de 80, o novo modelo político-econômico, caracterizado pela globalização²⁷ da economia e das políticas de abertura de mercados, descentralização política e pela multiplicação de demandas sociais heterogêneas articuladas ao crescente aumento da complexidade dos negócios, principalmente em decorrência da internacionalização do mercado e da velocidade das inovações tecnológicas, impõe aos Estados Nacionais alcançar um novo patamar em suas relações (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Assim, para o autor,

Torna-se (...) essencial dotar o Estado de condições para que seus governos enfrentem com êxito as falhas do mercado. Para isso, é necessário dotar o Estado de mais governabilidade e governança; é preciso, além de garantir condições cada vez mais democráticas de governa-lo, torna-lo mais eficiente, de forma a atender as demandas dos cidadãos com melhor qualidade e a um custo menor (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 32-33)

Por conseguinte Netto (1999) sustenta que havia uma evidente assincronia entre os postulados que orientam a Constituição de 1988 e as tendências neoliberalizantes nos países centrais. O autor pondera que "levar à prática o pacto social plasmado na Constituição de 1988 equivalia, no plano econômico, à redução das taxas de exploração e, no plano político, à construção de mecanismos democráticos de controle social" (NETTO, 1999, p. 78).

Por sua vez, conforme Bresser-Pereira (1998), a Constituição de 1988 condenou o Brasil a uma "volta ao passado", uma vez que "[num] momento em que o país necessitava urgentemente reformar a sua administração pública, de forma a torná-la mais eficiente e de melhor qualidade, aproximando-a do mercado privado de trabalho, o inverso foi realizado." Ainda segundo o autor, a Constituição de 1988 seria a responsável

²⁷ No escopo desse trabalho adota-se a perspectiva de Giddens (1990, p. 64 apud 2005, p.26) que define por globalização "a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice versa".

pela burocratização e ineficiência da atividade estatal e por uma crise de governança.

Pelo exposto acima, Bresser-Pereira argumenta sobre a necessidade de definir uma “Reforma Gerencial” visando garantir o caráter democrático da administração pública, através de da constituição de um serviço público orientado para “cidadãos-usuários” (àqueles que não pagam pelo serviço) ou para “cidadãos-clientes” (àqueles que sim pagam pelo serviço) – ainda que para o autor seja o cidadão cliente o que deve ser considerado cidadão (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 111-119).

Nestas circunstâncias, foram três as dimensões que compunham a reforma em questão: 1) aspecto institucional legal – baseada a criação de agências executivas e organizações sociais com a finalidade de constituírem unidades descentralizadoras de gestão, 2) aspecto cultural – baseada na mudança de valores burocráticos para valores gerenciais, e 3) aspecto de gestão – baseado no critério de eficiência ao menor custo. Logo, para dotar de eficiência e governança o Estado, Bresser-Pereira sugere transformar os serviços não-exclusivos do Estado em propriedade pública não-estatal, tornando-o uma “organização social”, dito de outra forma, “publicização” do aparelho estatal (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Entretanto, Montaño (2010) aponta outra direção ao que se refere à reforma gerencial proposta por Bresser-Pereira, “longe de se tratar de uma ‘reforma técnica’, ela é política e subordinada às questões econômicas”. Significa readequar a Constituição de 1988 aos postulados do Consenso de Washington.

Sob o pretexto de chamar a sociedade à participação em torno do ‘controle social’ e da ‘gestão de serviços sociais e científicos’, desenvolvendo a democracia e a cidadania, a dita ‘publicização’ é, na verdade a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado ‘terceiro setor’ (conjunto de ‘entidades públicas não-estatais’ mas regido pelo direito civil privado) e ao repasse de recursos públicos para o âmbito privado. Isto é uma verdadeira privatização de serviços sociais e de parte dos fundos públicos. Esta estratégia de ‘publicização’, orienta-se numa perspectiva, na verdade, desuniversalizante, contributivista e não constitutiva de direito das políticas sociais. (MONTAÑO, 2010, p. 45-46).

Pela perspectiva de Bresser-Pereira, três conceitos eram fundamentais para por em funcionamento esta “publicização”, são eles: descentralização, organização social e parceria.

A descentralização consiste numa transferência de decisões, delegação de autoridade a administradores de nível mais baixo. Por exemplo: as atividades sociais, como educação básica e saúde, e as atividades de segurança local podem ter um controle maior da população se as decisões partirem da esfera municipal ao invés de uma esfera estadual ou nacional.

Organizações sociais são as instituições centrais para o desenvolvimento de atividades sociais. No contexto da reforma gerencial, organizações sociais são tidas tanto como um instrumento de controle social quanto formas de produção de bens e serviços sociais. Aqui desponta o termo terceiro setor. A parceria que surge entre o terceiro setor e o Estado, mais que um estímulo para a ação cidadão, desresponsabiliza o Estado de respostas às questões sociais.

Montaño (2010, p.47-48) sustenta que,

A verdadeira motivação desta (contra) reforma o que está por trás de tudo isto, no que refere à chamada “publicização”, é, por um lado, a diminuição dos custos desta atividade social – não pela maior eficiência destas entidades, mas pela verdadeira precarização, focalização e localização destes serviços, pela perda das suas dimensões de universalidade, de não-contratualidade e de direito do cidadão -, desonerando o capital; por outro lado, o retiro destas atividades do âmbito democrático-estatal e da regência conforme o direito público, e sua transferência para o âmbito e direito privados (independentemente de os fins serem privados ou públicos), e seu controle seguindo os critérios gerenciais das empresas, e não uma lógica de prestação de serviços e assistência conforme um nível de solidariedade e responsabilidade social (MONTAÑO, 2010, p.47-48).

Netto (1999) vai à mesma direção ao afirmar que o governo tem deteriorado as políticas sociais estatais, mas não exclui a sua vigência. “O que ele exclui é uma articulação de política social, pública e imperativa, cujo formato tenha como suposto um Estado que ponha limites políticos e democráticos à lógica do capital” (NETTO, 1999, p.86-87).

Desenvolvimento e Democracia

Segundo Páez, Muller e Matos (2013) o conceito de desenvolvimento surge no século XIX e está atrelado aos princípios liberais cujo conteúdo sinaliza a possibilidade de progresso humano e material ilimitado. A discussão sobre o conceito de desenvolvimento começa a ganhar contornos mais nítidos a partir do final da 2ª Guerra Mundial e permaneceu com enfoque liberal até a década de 1970.

A Segunda Guerra Mundial abala a Europa e inicia-se uma disputa polarizada pela hegemonia entre o bloco capitalista, representado pelos Estados Unidos e o bloco socialista, representado pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os dois blocos disputam a hegemonia política e econômica mundial através de modelos de desenvolvimento que privilegiavam a noção de crescimento econômico e progresso. Para tanto, identifica-se o estágio particular de cada país e são elaboradas políticas necessárias para se alcançar um estágio superior de desenvolvimento.

Na América Latina a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) desenvolve um papel determinante para a construção do modelo a ser seguido para se alcançar um estágio superior de desenvolvimento, pois identifica que as relações entre centro-periferia²⁸ beneficiam prioritariamente o centro.

As análises estatísticas desenvolvidas pela CEPAL demonstram, no entanto, que os resultados do crescimento econômico não são repassados à periferia e que isso ocorre por duas razões principais: (i) a formação de monopólios que, dominando uma determinada área econômica ou setor comercial, dita os preços; e (ii) não redução dos salários nos países centrais em razão da forte e crescente presença dos sindicatos. Essa situação é agravada pelo fato de a demanda por produtos industrializados ser superior aos produtos agrícolas, bem como pelo fato de seus termos de troca também serem assimétricos (GONZÁLES e PASE, 2012, p. 65-66).

Diante desse diagnóstico a CEPAL elabora propostas para a superação da condição de dependência da América Latina. A principal orientação é de investimentos maciços em industrialização, principalmente de produtos que sejam frequentemente importados. O Brasil segue a orientação e

²⁸ Por periferia a CEPAL entende todos os países que estão fora dos grandes centros de decisão político, econômico e social.

programa um modelo de desenvolvimento via substituição das importações e, para tanto, fortalece o Estado nacional. Porém, essa redefinição política não conseguiu sanar as finanças nacionais e agravaram-se os aspectos sociais e econômicos, pois se verificou uma ampliação do processo de concentração de renda no país (GONZÁLES e PASE, 2012).

Tomando por verdade que a concepção de desenvolvimento afeta diretamente a concepção de democracia, a orientação neoliberal possibilitou que a democracia e a desigualdade social caminhassem juntas, inibindo o processo de democratização e instauração de um desenvolvimento que integrasse os fatores econômicos, políticos, culturais e sociais.

Com isso não se sugere que a democracia seja a responsável pelas desigualdades sociais, mas sim que a maneira de implementação de um regime conduz a um estado de inércia em relação aos avanços nas dimensões básicas de qualidade de vida (saúde, educação, moradia, transporte e segurança, para citar as principais). Pode-se atribuir ao elevado grau de concentração de renda e poder na América Latina uma das razões essenciais para esse estado de inércia que acaba por possibilitar a concepção de um tipo de desenvolvimento que beneficia uma pequena parte da população em detrimento da maioria (BAQUERO, 2007).

A ausência de políticas públicas para a redução das desigualdades sociais na América Latina tem contribuído para o aumento de protestos sociais que, por sua vez, colocam em cheque a capacidade de governança dos Estados nacionais latino-americanos. Esses movimentos de protestos tem sua origem no descontentamento com o Legislativo ao que se refere o atendimento às demandas da sociedade e a desconfiança nos partidos políticos como entidades eficazes na mediação entre Estado e sociedade. Além disso, há um sistema internacional que induz a promoção de políticas de ajuste deletérias ao desenvolvimento social eticamente aceitável (FREY, 2001).

Assim, o Estado, de maneira geral, na América Latina mostra-se débil e frágil frente às exigências externas para a adoção de medidas neoliberais e às demandas internas de justiça social, não conseguindo satisfazer nenhuma das exigências (BAQUERO, 2007, p.20).

Nessas circunstâncias, a democracia não pode ser reduzida a aspectos procedimentais o que significa a urgência de mudanças estruturais. Portanto, torna-se imperativo criar mecanismos de inclusão dos cidadãos e das

comunidades locais nos processos de participação em decisões relacionadas ao meio ambiente e desenvolvimento, bem como encontrar mecanismos viáveis de fiscalização dos gestores públicos (BAQUERO, 2007, p. 28).

Dessa forma, a expressão desenvolvimento sustentável vem sendo debatida, e ao mesmo tempo construída, por diferentes setores da sociedade, colocando-se como condição essencial à manutenção do equilíbrio econômico e social.

Desenvolvimento Sustentável

Embora a sustentabilidade não seja um tema atual foi no século XX que os temas associados ao meio ambiente começaram a integrar a teoria econômica. Em 1980 a *World Conservation Strategy* (1980) declara que “para o desenvolvimento ser sustentável tem que ter em consideração os fatores sociais e ecológicos, bem como os econômicos, os recursos vivos e não vivos, além de vantagens de longo e curto prazo de uma ação alternativa”.

Então, falar de desenvolvimento sustentável significa prestar atenção a uma série de iniciativas que em "longo prazo geram desenvolvimento econômico, social, cultural, político e ambiental para as comunidades humanas" (AECAE, 2006). A necessidade de conciliar crescimento econômico com a preservação do meio ambiente foi sendo modificada ao longo do tempo.

O marco inicial da discussão sobre o desenvolvimento sustentável, o chamado Clube de Roma, inicia os estudos sobre o impacto global da produção industrial (AMARAL e COSAC, 2009, p. 94). A partir dessa baliza os estudos sobre desenvolvimento sustentável foram se atualizando.

A questão ambiental torna-se visível mundialmente a partir da década de 1970, contribuindo para o surgimento de associações ambientais e a criação de agências estatais (BAQUERO, 2007). Na mesma época ocorria a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente que reuniu cerca de 110 representantes de vários países, 250 organizações não governamentais e vários organismos da ONU em Estocolmo.

Em 1983 é formada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CMMA) que avalia a deterioração do meio ambiente em certas áreas da América Latina, Ásia, Oriente Médio e África. A partir dessa avaliação é publicado o relatório intitulado “Nosso futuro comum”, também conhecido por Relatório Bruntland numa homenagem a ex-primeira ministra na Noruega que presidia Comissão. Este documento aponta a desigualdade entre os países e a pobreza como as principais causas de problemas ambientais, só resolvidas mediante mudanças na política internas e externas das nações, preocupando gerações futuras (BAQUERO, 2007).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92, reuniu no Rio de Janeiro mais de 100 chefes de Estado com o objetivo de discutir a erradicação da pobreza e definição de padrões de produção e consumo dos recursos naturais do planeta. Nesta reunião foram elaborados diversos documentos, entre eles se destacam: a resolução da Agenda 21 que estabelece os pilares da estratégia de desenvolvimento sustentável “equidade social, ambiental e econômica”; declaração de 27 princípios com vistas a ampliar as decisões do Relatório Bruntland no qual se traduzirá a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável; e, por fim, a assinatura de convenções internacionais com especial atenção às alterações climáticas e biodiversidade, além de diversos compromissos de financiamento e colaboração a questão ambiental (DELGADO, 2012).

No mesmo período estabelece-se a norma internacional 14.000 elaborada pela ISO²⁹ (*International Organization for Standardization*) que cria referências no processo de gestão ambiental na mesma direção das normas da série ISO 9.000³⁰.

Estes dois temas colocaram definitivamente o universo das empresas no bojo da discussão sobre a questão ambiental, coroando outros tantos esforços que foram protagonizados nas últimas décadas

²⁹ A ISO 14.000 é uma série de normas que estabelece diretrizes sobre a área de gestão ambiental das empresas com o intuito de padronizar os processos das empresas que utilizam recursos extraídos da natureza e/ou causem danos ambientais decorrentes de suas atividades.

³⁰ A expressão ISO 9000 designa um grupo de normas técnicas que estabelecem um modelo de gestão de qualidade para organizações em geral, qualquer que seja sua natureza.

visando por um lado responsabilizar as empresas e por outro sensibilizá-las para a importância deste tema (AMARAL e COSAC, 2009, p.95).

O século XX assiste a um progressivo agravamento das questões ambientais, econômicas e sociais. Para Scherer e Palazzo (2011) ao que se refere à questão ambiental, as progressivas mudanças climáticas e a gestão inadequada dos recursos naturais acabam por aumentar os problemas ambientais. Por outro lado, os problemas econômicos estão ligados a um conjunto de desigualdade de condições, oportunidades e distribuição da riqueza que fomenta diferenças entre países e/ou regiões. E, por fim, a questão social está intimamente relacionada às desigualdades do acesso à saúde, coesão social, saneamento básico, segurança e mortalidade.

Esses conjuntos de questões afetam todo um conjunto de pessoas e, “ciente dos prejuízos causados ao meio ambiente pelo desenvolvimento econômico atual, [o desenvolvimento econômico] busca conciliar a continuação do processo de desenvolvimento de nossa cidade com a manutenção do equilíbrio ambiental planetário” (MILANEZ, 2003, p. 76 apud BAQUERO, 2007, p.75).

A compreensão tradicional de desenvolvimento motivava os gestores públicos a enfatizar somente aqueles problemas passíveis de serem solucionados. Dessa maneira, a dimensão social sempre ficou relegada, da perspectiva das políticas públicas, a posição secundária. Foi somente na última década que houve uma concordância global a respeito da importância do desenvolvimento sustentável, principalmente por ele deslocar a atenção da dimensão meramente econômico-formal para uma noção do desenvolvimento definido em termos do equilíbrio entre as relações das dimensões econômica, social, política, ambiental e cultural (BAQUERO, 2007, p. 74).

Para tanto, são cinco as dimensões que precisam ser consideradas quando se pensa em desenvolvimento sustentável: (i) sustentabilidade social que estabelece parâmetros sobre de equidade na distribuição de renda de modo a reduzir as disparidades sociais, (ii) sustentabilidade econômica que disserta sobre o gerenciamento eficiente dos recursos públicos e privados, (iii) sustentabilidade ecológica que propõe a normas adequadas de proteção ambiental, (iv) sustentabilidade espacial inclui uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuída e, por fim, (v) sustentabilidade cultural que busca a mudança do processo de modernização através do conceito de

eco-desenvolvimento (SACHS, 2002 apud AMARAL e COSAC, 2009, p. 95-96).

Por este motivo justifica-se a adoção de um tipo desenvolvimento que pressuponha um conjunto de medidas adotado por todos (Estado, mercado e cidadão), que integre fatores econômicos, políticos, culturais, ecológicos e sociais (DELGADO, 2012). De modo semelhante, as premissas do desenvolvimento sustentável faz coro ao modelo de *Triple Bottom Line* de John Elkington (1994). Os três pilares da sustentabilidade a partir do modelo *Triple Bottom Line*, remetem a três dimensões de uma empresa: econômico ambiental e social; por esse motivo, pensar em desenvolvimento sustentável a partir do tripé da sustentabilidade requer considerar os esforços de todos os setores da sociedade (CREDIDIO, 2008).

Neste sentido, “o progresso econômico, social, cultural, político e ambiental da sociedade serão alcançados através de um comportamento socialmente responsável” (AECAB, 2006, p. 28). Dito de outra forma, por essa perspectiva, a responsabilidade social é obtida a partir da criação de valores sustentáveis econômico, social e ambiental das empresas.

Energia e Desenvolvimento

A energia é um insumo indispensável para qualquer tipo de desenvolvimento. O processo de uso das energias se intensificou consideravelmente até o advento da segunda revolução industrial, iniciada na segunda metade do século XIX, que trouxe, em seu bojo, o uso de novas fontes de energia tais como: o gás natural e a hidroeletricidade; o uso de novas formas de energia tais como a energia elétrica; o uso de novos conversores de energia entre os quais se destacam o motor a explosão interna e o motor elétrico; assim como de novos materiais, principalmente os produtos químicos, o aço e o cimento (FURTADO, 2004).

Nas sociedades modernas são muitos os desafios colocados pelas necessidades de abastecimento energético. O desenvolvimento está cada vez

mais baseado no uso intensivo de energia. E os empreendimentos de geração, transmissão ou de distribuição de qualquer tipo de produção de energia causam impacto ao meio ambiente, seja em maior ou menor grau. Assim, a expansão da oferta de energia, necessariamente acarreta em maior interferência no meio ambiente.

A geração de energia elétrica no Brasil é calcada predominantemente na hidreletricidade³¹. E tendo por base a importância da energia para o desenvolvimento, desde a segunda década de 1990, período inicial de instalação do modelo de privatização do setor elétrico brasileiro, a oferta de eletricidade não acompanhou a demanda associada ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (FURTADO, 2004).

Dessa forma, nota-se uma correlação entre infraestrutura e crescimento econômico. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um plano do governo federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira através do investimento em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, etc.). Por isso, o governo federal justifica a ampliação do aproveitamento do potencial hidráulico para a garantia do desenvolvimento econômico-social, pode certamente ser feita de forma ambientalmente sustentável, respeitando a biodiversidade.

SETOR ELÉTRICO

Setor elétrico brasileiro

No que tange ao setor elétrico brasileiro, o alinhamento à ideologia neoliberal inicia-se a partir de 1993, com a promulgação da Lei nº 8.631³² de 4

³¹ ANEEL (2014)

³² Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8631.htm>

de março de 1993 que aponta a fixação das tarifas de fornecimento de energia elétrica e passam a serem cobradas pelo concessionário. Até então, o setor elétrico era caracterizado pela equalização tarifária do preço de custo de produção da energia elétrica pelo Estado. A partir daí a fixação de tarifas passa a ser incumbência do concessionário transformando a energia elétrica em mercadoria, o que impediria o controle do preço que seria estabelecido pelo mercado (GONÇALVES, 2007).

Filgueiras (2005) afirma que foi a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso que ficou cristalizado a evolução do projeto neoliberal no Brasil, através da institucionalização de um conjunto de normas que possibilitaram a transferência da indústria elétrica brasileira à iniciativa privada. A criação de agências reguladoras tinha o objetivo de garantir a competição embora, em alguns momentos, também produziram a limitação do poder de interferência do Estado. Esse conjunto de normas são as leis 8.987³³ de 13 de fevereiro de 1995 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no artigo 175 da Constituição Federal e dá outras providências e 9.074³⁴ de 7 de Julho de 1995 que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

Gonçalves (2007) destaca que a legitimação das reformas de acordo com o mercado extrapolava o campo político e econômico. A estratégia de legitimação também previa o emprego de uma “competência técnica e científica”. Para o autor o financiamento do Banco Mundial à Secretária Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia ³⁵ exerceu,

³³ Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8987cons.htm>

³⁴ Fonte:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9074cons.htm>

³⁵ Gonçalves (2007) aponta a importância da Secretária Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia para a promoção da difusão das ideias de reformas entre os profissionais de energia elétrica e entre os grupos acadêmicos para a defesa do ambiente de reformas que estava se estruturando no setor elétrico.

predominantemente, um papel “científico” de conteúdo ideológico para legitimação das reformas no âmbito das estruturas de poder constituídas no período Estatal.

Este processo de reforma foi efetuado de modo a parecer que a prática de transformações foram decisões políticas inevitáveis, tomadas sob o respaldo de uma nova concepção “científica” de organização destas estruturas de produção. Desse modo, torna-se indispensável para implantação do novo quadro institucional organizativo da produção: (i) a privatização; (ii) a (des) regulamentação e a (iii) criação de um ambiente de competição em todos os segmentos da indústria elétrica. (GONÇALVES, 2007).

Importa destacar que embora tenha preponderado no governo FHC à mudança do papel do Estado que, entre outros, impunha uma série de ajustes, acima citados, no sentido de relegar ao Estado um papel de regulador, deixando os setores produtivos para à iniciativa privada, essa forma de organização empresarial se mantém nos governos subsequentes. O governo LULA mesmo utilizando uma retórica fortemente contrária às privatizações e ao neoliberalismo e fazendo algumas alterações na legislação, não põe em marcha nenhuma mudança substantiva na política para o setor elétrico.

A energia elétrica tem papel fundamental e estratégico para a sociedade, pois é elemento chave para a inclusão social e o desenvolvimento econômico, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população.

A predominância da geração hidrelétrica no Brasil traz implicações adicionais ao exigir que se leve em consideração um horizonte de médio e longo prazo, tanto para a operação do sistema, quanto para a sua expansão. Esses aspectos devem ser considerados na formulação de qualquer arranjo institucional que se pretenda estável e duradouro para o setor elétrico brasileiro. Foi o que fez o Ministério de Minas e Energia.

O novo modelo para o setor está desenhado para promover uma importante melhoria na segurança do suprimento de energia. O modelo permite chegar a uma matriz energética que aproveite melhor as vantagens da hidroeletricidade e da energia térmica ao estabelecer uma competição por preços no processo de comercialização da energia. Em termos técnicos, ele permite que se aumente o grau de confiabilidade do sistema, favorecendo a modicidade tarifária, ou seja, o menor custo possível para o consumidor (ROUSSEF, D. Cartilha sobre o setor elétrico s/n).

A atual legislação, a saber, as leis 10.847/04³⁶ e 10.848/04³⁷, constituem as bases legais do denominado novo modelo do setor elétrico. No

³⁶ Lei 10.847, de 15 de Março de 2004; Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências, entre elas prestar serviços de estudos e pesquisas para

que tange à comercialização da eletricidade, ficam estabelecidos o ambiente de contratação livre e o regulado. Esta legislação, de um lado, privilegia a compra de eletricidade para os grandes consumidores³⁸ criando o ambiente de contratação livre. Do outro lado, no ambiente de contratação regulada, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), realiza o levantamento da demanda junto às distribuidoras e planeja a expansão da indústria de geração considerando as características físicas do sistema elétrico nacional.

As grandes obras de infraestrutura produzem inúmeras externalidades, ou seja, resultados e impactos econômicos, culturais, sociais e ambientais não esperados. Isto também ocorre no setor elétrico e, principalmente, hidrelétrico, responsável pela maior parte da produção no país. A construção de usinas hidrelétricas (UHEs) ocasiona problemas ambientais advindos, entre outros, da grande extensão de terra devastada para instalação de canteiros de obras e formação de reservatórios, bem como problemas sociais devido à necessidade de realocação das famílias atingidas pela barragem além da perda de patrimônio histórico e cultural local.

Os empreendedores do setor elétrico brasileiro possui uma história em relação ao enfrentamento da questão social dentro de ações caracterizadas como responsabilidade social que vai se modificando no contexto político, econômico e social que foi se desenvolvendo a partir dos anos 80. Dito isto, Garcia (1997) pondera:

Os discursos são geralmente convergentes em relação a uma “nova postura”, nova consciência, “novo modo de ser”, que se expressa por uma redefinição da função social que as empresas passaram a incorporar. Essa redefinição está de acordo com mudanças em

subsidiar o planejamento energético. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.847.htm

³⁷ Lei 10.848 de 15 de Março de 2004; Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as leis e dá outras providências. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.848.htm>

³⁸ Os grandes consumidores são, em geral, aqueles que podem escolher o seu fornecedor de energia elétrica, é aquele que pertence ao denominado ambiente de contratação livre.

relação à: ordem social, presença do Estado e expectativa por parte da sociedade em relação às atribuições de quem detém o poder econômico. Se tradicionalmente as empresas construíram sua identidade e legitimidade sociais baseadas na função estritamente econômica: gerar empregos, produzir mercadorias, primar pela qualidade dos produtos – as empresas contemporâneas alegam ter ampliado esse receituário, agregando valores de responsabilidades sociais, antes inexistentes como um imperativo ético.

Pode-se concluir, a partir de Garcia (1997), que a responsabilidade social passa a ser mais um item num conjunto de deliberações que pautam relações mercantis, no caso, as empresas do setor elétrico. Neste setor, as ações de responsabilidade social representam um referencial no negócio pela excelência da gestão e integração com a sociedade nos marcos do novo modelo do setor elétrico no Brasil e sua atual fase de expansão da oferta de energia.

Bacia do Rio Uruguai

Da fusão dos rios Pelotas e Canoas surge o Rio Uruguai que divide os estados brasileiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Delimita território entre Brasil e Argentina após a sua confluência com o rio Peperi-Guaçu e, mais ao sul, demarca divisas entre Uruguai e Argentina após receber a afluência do rio Quaraí. A bacia do Rio Uruguai se constitui em importante afluente da bacia hidrográfica do Prata, constituído pela junção das bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai.

A bacia do Rio Uruguai encontra-se totalmente localizada na região sul do Brasil. O rio possui 2.200 km de extensão e clima predominantemente subtropical com maior concentração de chuvas entre os meses de maio e setembro ainda que a precipitação seja regular durante todo o ano.

Historicamente, a bacia do Rio Uruguai teve sua população formada por índios Tupiguarani e Kaingang, seguidos da chegada de imigrantes europeus (principalmente alemães e italianos) e caboclos. Os imigrantes europeus e caboclos chegaram à região basicamente em decorrência das revoltas ocorridas a partir do século XIX (Farroupilha-1845, Federalista-1893, Contestado-1916) e da própria expansão da imigração que ocorria naquele período (TEDESCO e VANIN, 2013).

Geograficamente, o Rio Uruguai apresenta boa declividade e barrancas íngremes contribuindo para a sua “vocação hidrelétrica” (ROCHA, 2013 p. 84). Essa voca o alia o aproveitamento da cadência natural do rio para produ o de energia e a redu o de gastos na constru o de reservatórios por se tratar de uma região de vales o que possibilita o melhor aproveitamento a partir de reservatórios menores.

Diante dessa “voca o hidrelétrica” já foram inventariadas mais de vinte UHES na bacia do Rio Uruguai, algumas concluídas e outras em processo de licenciamento. A bacia do rio Uruguai transformou-se no final do século XX e início do século XXI em um imenso canteiro de obras (BOAMAR, 2003). Entre elas destaque cinco devido a sua potência e impacto ambiental, sejam elas:

Tabela 1: principais UHEs em opera o da bacia do rio Uruguai

UHE	Potência	Reservatório	Localiza�o	Situa�o	Consórcio
It�	1450 MW	141 Km2	Rio Uruguai, entre os municípios de It� (SC) e Aratiba (RS).	LI em 1978 e LO em 2000	Tractebel Energia
Machadinho	1060 MW	56,7 Km2	Rio Pelotas, entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS).	LI em 1978 e LO em 2000	Consórcio Machadinho
Barra Grande	690 MW	77,3 Km2	Rio Pelotas, entre os municípios de Pinhal da Serra (RS) e Anita Garibaldi (SC)	LI em 2001 e LO em 2005	Baesa
Campos Novos	880 MW	34,6 Km2	Rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos (SC).	LI em 2001 e LO em 2006	Enercan

Foz do Chapecó	855 MW	79,9 Km ²	Rio Uruguai, entre os municípios de Alpestre (RS) e Águas de Chapecó (SC).	LI em 2002 e LO em 2010	Foz do Chapecó
----------------	--------	----------------------	--	-------------------------	----------------

FONTE: adaptado pela autora a partir de ROCHA (2013, p.82).

Atualmente cerca de 3,9 milhões de pessoas vivem na parte brasileira da bacia do Rio Uruguai. A região possui um total de 384 municípios com maior concentração nas unidades hidrográficas de Chapecó, Canoas, Ibicuí e Turvo. A região possui um total de 384 municípios, dos quais merecem destaque Lages e Chapecó, em Santa Catarina; Erechim, Ijuí, Uruguaiana, Santana do Livramento e Bagé, no Rio Grande do Sul (ANA, 2013).

Os primeiros levantamentos dos recursos energéticos da bacia do rio Uruguai foram realizados em meados de 1960, numa parceria entre o Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul (ENERSUL), responsável pelo inventário da região, e o consórcio Canadense-Americano-Brasileiro (CANAMBRA *Engineering Consultants Limited*) responsável pela supervisão técnica dos estudos. Na década de 1970 a Eletrosul Centrais Elétricas do Sul S.A. (Eletrosul), companhia estatal responsável pelo setor de produção energética do Sul do país, realizou o estudo sobre a possibilidade de construção de UHEs nessa região, e em 1979, publicou a revisão do inventário hidroelétrico da bacia do Rio Uruguai, que apresentava a possibilidade de construção de 22 UHEs nacionais nessa bacia (MORAIS, 2013).

As duas primeiras hidrelétricas a serem construídas como resultado desse inventário foram Itá e Machadinho. A UHE de Itá, por exemplo, pode ser considerada um marco para análise das negociações sobre as barragens por ter passado por toda sorte de acontecimentos. Já na década de 1970 os rumores da construção de uma hidrelétrica na região fez com que os atingidos se organizassem em torno de um movimento social que tomou frente das negociações e passou a representar os atingidos. Resultado disso o proponente da obra passou a dar mais atenção à questão do remanejamento

cristalizado no acordo assinado em 29 de outubro de 1987 entre a ELETROSUL e a CRAB (REIS, 2007).

Este acordo assegurava que nenhuma obra seria realizada sem considerar a indenização ou reassentamento dos atingidos de cada uma das barragens, Itá e Machadinho. Neste acordo estabelecia-se que as famílias atingidas seriam compensadas mediante três alternativas: 1) terra por terra; 2) indenização por dinheiro; e 3) garantia de participação em projetos de reassentamento para todos os sem-terra atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho.

Essas compensações passaram a ser incorporados nos processos de instalação de hidrelétricas subsequentes. Assim, o processo de instalação da UHE Itá, acabou norteando os demais empreendimentos na bacia do Rio Uruguai, pois a cada novo Termo de Acordo repete-se basicamente a cartilha aplicada em Itá que nos últimos anos não sofreu alterações contundentes.

1.1 UHE Itá

A UHE Itá está localizada no rio Uruguai, na divisa dos municípios Itá, Santa Catarina, e Aratiba, Rio Grande do Sul. Seu reservatório inunda aproximadamente 103 km² e possui uma capacidade de geração de energia na marca dos 1450MW. O consórcio Itá é composto pela associação de auto-produtores formados pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), PPH, Poliolefinas (ambas pertencentes à Odebrecht Química) e Cia de Cimento Itambé (MORAIS, 2013).

A história da UHE Itá passou por toda sorte de acontecimento desde os primeiros estudos realizados pela Eletrosul para mensurar o potencial energético da região. Os primeiros estudos foram realizados entre as décadas de 1960 e 1970. A primeira fase de construção iniciou na década de 1980, porém a obra não chegou a ser concluída. Naquele momento o país atravessava uma crise econômica de grandes proporções e boa parte das obras públicas ficou parada.

Em 1993 a Eletrosul reativou a construção de Itá em parceria com o setor privado que possibilitou o término da construção. Diacronicamente as negociações para a relocação dos atingidos contou com a participação do MAB que resultou em um acordo em outubro de 1987 que estabeleceu as formas de

remanejamento das populações rurais atingidas pela UHE de Itá; formas estas que estão presentes até hoje nas questões de remanejamento (MORAIS, 2013).

1.2 UHE Machadinho

UHE Machadinho está situada entre os municípios de Piratuba, em Santa Catarina e Maximiliano de Almeida, no Rio Grande do Sul. Seu reservatório inunda 78 km² de terras nos dois estados. A ideia de construir a UHE Machadinho data da década de 1970, mas só tomou contornos mais nítidos a partir da década de 1990 quando a Eletrosul promoveu uma licitação para buscar parceiro e viabilizar a conclusão da obra (MORAIS, 2013).

O consórcio formado para a construção da UHE Machadinho é composto por oito grandes empresas, sejam elas: a Alcoa, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), a Votorantim Cimentos Brasil Ltda., a Tractebel Energia S/A, a Vale S/A, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE), a InterCement e a DME Distribuição S/A (DMED).

1.3 UHE Barra Grande

A UHE Barra Grande está localizada na divisa do município catarinense de Anita Garibaldi e o município gaúcho de Pinhal da Serra. A potência máxima instalada da UHE é de 708MW e seu reservatório ocupa 95 km² entre cinco municípios de Santa Catarina e três do Rio Grande do Sul. O consórcio ganhador da licitação para a construção da obra formados pelas empresas Alcoa Alumínio S/a, Camargo Corrêa Cimentos S/A, Companhia Brasileira de Alumínio, Companhia Paulista de Força e Luz (Geração) e DME Energética Ltda iniciou as obras em 2001 (MORAIS, 2013).

Um fato que merece destaque na construção desse empreendimento foi à discussão acerca da licença prévia que permitiu o início da construção da barragem em 1999. Um equivocado Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima), elaborado pela empresa de consultoria Engevix, omitiu a existência de dois mil hectares de florestas virgens de araucária e mais outros quatro mil hectares de florestas em estágio avançado de regeneração, o que representa 2/3 da área total do reservatório. Esse fato só foi descoberto num momento de finalização

do empreendimento e, portanto, foi dada a licença de operação a despeito dos impactos causados (VALLE, 2005).

1.4 UHE Campos Novos

A UHE Campos Novos está localizada entre as cidades Campos Novos e Celso Ramos, no estado de Santa Catarina. Seu reservatório inunda uma área de 25,9km² e possui a potência instalada de 880MW. O consórcio que construiu a hidrelétrica é formado pelas empresas CPFL Geração, Companhia Brasileira de Alumínio, Votorantim Metais e CEEE Geração e Transmissão (MORAIS, 2013).

A construção começou da UHE iniciou em 2001, mas a barragem teve problemas sérios desde outubro de 2005, enquanto ainda estava sendo construída. Um vazamento na estrutura da barragem obrigou a empresa a esvaziar o reservatório para concertar o problema. Esse fato causou desespero na população vizinha à hidrelétrica com medo da inundação e obrigou a empresa a postergar o início da operação (GÖRGEN, 2006).

1.5 UHE Foz do Chapecó

A UHE Foz do Chapecó está localizada no Rio Uruguai entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O seu reservatório inunda aproximadamente 79, 2 Km² abrangendo um total de doze municípios entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A obra da UHE foi realizada pelo Consórcio Energético Foz do Chapecó formado pelas empresas Companhia Paulista Força e Luz (CPFL), Furnas Centrais Elétricas (FURNAS) e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE) (MORAIS, 2013).

A população residente na região diretamente atingida era reduzida e envelhecida. A notícia de a região seria inundada por conta da instalação de uma hidrelétrica fez com que houvesse uma migração intensificada para a cidade. Ainda que não cultivasse efetivamente a terra os proprietários nunca se desfizeram dela, pois vislumbravam uma possível indenização futura, por esse motivo, talvez, não tenha havido fortes reações contrárias à construção da

UHE, embora tenham ocorrido conflitos pontuais ao longo do processo, mas de intensidade muito menor em relação aos das outras grandes hidrelétricas do Rio Uruguai (LOCATELLI, 2011, p.148).

Metodologia e relatório de campo.

Metodologia

A pesquisa se materializa quando é identificado um problema e buscam-se soluções para o mesmo (BAQUERO, 2009). Esse estudo se enquadra na abordagem da pesquisa qualitativa, pois abrange um universo de significados, valores, atitudes e motivações individuais.

Foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada devido ao seu caráter aberto que permite o entrevistado responder as questões segundo as suas percepções. Gil (1999, p. 120) explica que nesse tipo de entrevista “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, valorizando o relato oral dos envolvidos, valorizando as experiências vividas, além de demonstrar seu envolvimento no processo da instalação das hidrelétricas da bacia do Rio Uruguai. As gravações foram consentidas pelos entrevistados e aplicadas de forma individual, seguindo um roteiro de questões guias (em anexo).

Foram realizadas 31 entrevistas entre os dias 01 de julho de 2013 a 06 de julho de 2013 nas cidades catarinense de Florianópolis, Campos Novos, Abdom Batista e Anita Garibaldi e nas cidades gaúchas de Pinhal da Serra, Machadinho e Erechim. A amostra compreendeu gestores públicos, representante do empreendedor, sindicalistas, representante do Movimento de Atingido por Barragem (MAB), representante de associação de atingidos, advogados que estiveram em disputa nas questões judiciais e atingidos pelo empreendimento.

Relatório de Campo

Essa pesquisa faz parte de um dos objetivos proposto pelo projeto P&D Remanejamento - Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos – com os atingidos pelas hidrelétricas situadas na bacia do Rio Uruguai entre os estados brasileiros de Santa Catarina/ SC e Rio Grande do Sul/RS. As hidrelétricas em questão, em ordem cronológica, são: Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó (PASE, 2012).

Entre os objetivos do projeto P&D Remanejamento destacam-se:

1. Fazer um levantamento do arcabouço legal, científico e histórico;
2. Avaliar a qualidade de vida da população antes, durante e após o empreendimento hidrelétrico;
3. Avaliar os movimentos migratórios anteriores e posteriores aos empreendimentos;
4. Comparar a qualidade de vida da população diretamente atingida com a população circunvizinha;
5. Elaborar Indicadores para aferição dos resultados dos programas de remanejamento da população;
6. Avaliar a sustentabilidade econômica das famílias remanejadas nas áreas de locação;
7. Avaliar a efetividade das ações implementadas pelos empreendedores;
8. Avaliar as interferências do Movimento dos Atingidos por Barragem e sua efetividade;
9. Avaliar o atual modelo de elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos programas de remanejamento das populações;
10. Propor novo modelo de elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos programas de remanejamento das populações;
11. Avaliar as ações de responsabilidade social dos empreendedores e do Movimento dos Atingidos por Barragens;
12. Avaliar as ações dos projetos de desenvolvimento regional dos empreendimentos;

Para contemplar um dos principais objetivos do projeto P&D Remanejamento, avaliar a qualidade de vida da população antes, durante e após o empreendimento hidrelétrico, em janeiro de 2012 foi aplicado *surveys* junto a uma amostra de 632 famílias atingidas. As primeiras pesquisas de campo exploratórias demonstraram a falta de estudos relacionados às relações de poder no uso do conceito de responsabilidade social, tão difundido pelas empresas do setor.

Embora a esteja entre os objetivos gerais do projeto P&D Remanejamento, a questão da responsabilidade social não foi abordada no *survey* aplicado em janeiro de 2012 (em anexo). O ponto 11 não foi contemplado pela pesquisa quantitativa, talvez, pelo “engessamento” que questões do tipo fechadas, como as de um *survey*, produzam na captação da percepção as pessoas envolvidas (QUARESMA, 2005). Portanto, a partir da definição do meu papel no projeto e delimitações sobre o tema foi pensado como metodologia de pesquisa entrevistas do tipo semi-estruturada para abranger os questionamentos desse estudo.

O roteiro de questões que nortearia a entrevista começou a ser pensado dois meses antes da ida a campo. A orientação do Dr. Hemerson Pase, as contribuições dos professores Dr. Humberto Rocha (UNIPAMPA), Dr. Marcello Baquero (UFRGS) e dos doutorandos em Ciência Política (UFRGS) Jennifer Azambuja de Moraes e Matheus Müller contribuíram sobremaneira para a finalização do roteiro da entrevista.

Tendo em mãos o roteiro de questões comecei a montar o roteiro da viagem de campo. Num primeiro momento, fiz contato com os prefeitos das cidades de Campos Novos, Abdom Batista, Anita Garibaldi e Pinhal da Serra bem como com o empreendedor responsável pelo setor de sustentabilidade e responsabilidade social dos empreendimentos de Barra Grande e Campos Novos. Membros integrantes de sindicatos e atingidos seriam contatados durante a pesquisa de campo. O contato telefônico tinha por objetivo marcar uma data para entrevistar os prefeitos das respectivas cidades. Identifiquei-me como estudante de mestrado da Universidade Federal de Pelotas e não tive nenhum problema para marcar a entrevista.

A equipe da pesquisa de campo era composta por membros integrantes do projeto P&D Remanejamento, entre eles: Matheus Müller Schawnz, Jennifer Azambuja de Moraes e Édna Alice Duarte Rocha (que naquela ocasião era graduanda em Ciências Sociais pela UFPel e atualmente encontra-se na condição de mestranda em Ciências Sociais UNICAMP). Saímos de Pelotas dia 30/06/2013 por volta das 14h00min horas. A partir daquele momento ficaríamos durante uma semana nos deslocando pelas estradas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Num primeiro momento fomos em direção a Florianópolis onde entrevistaria o representante do setor de sustentabilidade e responsabilidade social dos consórcios BAESA (Barra Grande) e ENERCAN (Campos Novos), o senhor Paulo César Ribeiro. Devido a sua agenda cheia a entrevista que estava marcada para as 14h00min horas precisou ser adiada para às 16h00min horas do mesmo dia. O coordenador me atendeu muito gentilmente em sua sala num prédio que abriga a administração de outros grandes consórcios. A sala é revestida com vidros transparentes para “que todos vejam o que todos estão fazendo”, segundo as palavras do próprio entrevistado, afim de dinamizar o ambiente de trabalho.

O senhor Paulo César me relatou em um pouco mais de uma hora de conversa que é um homem experiente no trato das questões do setor elétrico. Conhece as instalações das hidrelétricas de Itá a Foz do Chapecó. Trabalhou durante sete anos diretamente no campo e somente em 2008 assumiu a atual posição de coordenação de sustentabilidade.

No mesmo dia rumamos em direção a Anita Garibaldi. E no dia 02/07 entrevistei o prefeito da cidade, o senhor Ivonir Silva. Sentado em sua espaçosa mesa numa sala antiga da prefeitura o senhor Ivonir me atendeu gentilmente mostrando curioso sobre as perguntas que eu poderia fazer sobre um município tão pequeno, nas palavras dele. Porém mostrou-se intimidado com o gravador (que pedi autorização para usar), mas não se recusou a conceder as entrevistas. Enquanto eu entrevistava o prefeito os meus colegas tentavam encontrar os atingidos (esse fato merece ser explorado).

Na primeira pesquisa realizada pelo Projeto P&D Remanejamento eu não estava presente e, por esse motivo, o campo era novo pra mim. Porém, na ocasião da pesquisa o Matheus elaborou um mapa com a localização dos atingidos entrevistados naquela ocasião uma vez que ele era o responsável por deixar e buscar os entrevistadores. A ideia de confeccionar o mapa partiu da necessidade de saber voltar ao local onde fora deixado um entrevistador aplicando o *survey*. A pesquisa de campo em lugares desconhecidos tem algumas dificuldades, entre elas o deslocamento. É grande possibilidade de se perder em meio a uma paisagem e as casas parecidas. Não há ruas, não sinal de celular, o GPS não indica o local certo e quando perguntamos à direção da cidade a indicação mais precisa é: “segue os fio que vão dá na cidade”.

Retomando o raciocínio cronológico do roteiro de campo, o prefeito Ivonir é natural de Anita Garibaldi. A sua função antes da cadeira no executivo municipal era escriturário do Banco do Brasil e, naquela época, começou a participar das atividades sociais da comunidade que ao longo da sua trajetória política permitiu ser vereador duas vezes, secretário de finanças do município, presidente da Câmara Municipal e atualmente prefeito. A entrevista durou um pouco menos de uma hora e sem interrupções.

Como não foram encontrados atingidos na cidade de Anita Garibaldi, pelo menos não através dos mapas do Matheus, fomos em seguida para a cidade de Abdon Batista. Como não há acesso terrestre de Anita Garibaldi para Abdon Batista, o deslocamento ocorreu por uma balsa através do lago da UHE Campos Novos, a travessia dura um pouco mais de 10 minutos. A cidade de um pouco mais de dois mil habitantes estranhou a movimentação de pessoas de fora do município, porém a receptividade do prefeito e do secretário de turismo foi impressionante.

Antes mesmo da visita à cidade, já tinha percebido a receptividade dos gestores. Enquanto eu estava agendando as visitas sempre tive retorno do secretário de turismo, o senhor João Hermes (acesso direto do prefeito), inclusive se disponibilizando para orientar sobre a chegada à cidade. A prefeitura de Abdom Batista está localizada numa casa antiga que antes

abrigava uma escola (onde o secretário de turismo deu aulas, inclusive para o prefeito).

Por esse motivo as divisões administrativas da prefeitura são um pouco confusas, mas esse transtorno é por tempo limitado. Tudo isso porque está sendo construído um prédio novo para a prefeitura, um prédio de três andares. “A prefeitura de Abdon Batista sempre inova e aplica bem o investimento das hidrelétricas, prova disso que a prefeitura vai ser o primeiro prédio da cidade e mais... Vai abrigar o primeiro elevador da cidade” brincou o prefeito Lucimar Salmória. A entrevista ocorreu sem transtorno, na sala do prefeito estávamos todos os membros do projeto, o prefeito e o secretário de turismo, o senhor João Hemes.

Por ocasião da instalação de uma hidrelétrica na bacia do Rio Canoas (afluente do rio Uruguai) fomos a escritório do consórcio responsável pela instalação da hidrelétrica (Consórcio Triunfo) para perguntar sobre o andamento da hidrelétrica em questão a UHE Garibaldi. E durante aproximadamente uma hora conversei com o senhor Pedro Paulo Voltolini Junior, diretor presidente e sócio-fundador de uma consultoria especializada em estudos energéticos que tem entre os seus clientes os consórcios BAESA e MAESA, entre outros tais como CPFL, Consórcio Triunfo, Companhia Energética Chapecó e etc. O senhor em questão possui 41 anos de experiência no setor elétrico, foi funcionário da extinta e conhece todos os meandros do setor energético.

Durante a entrevista falamos sobre o processo cronológico de mudanças no setor elétrico brasileiro e sobre como se dá a instalação de hidrelétricas. Muito curioso pela pesquisa ele me perguntou com quem eu havia falado e todas as pessoas que citei ele conhecia. Inclusive, no último dia de pesquisa, já em Erechim para entrevistar o coordenador do MAB, o senhor Marco Antônio Trierveiler, soube que são conhecidos de longa data. Entre as pessoas que o senhor Pedro Paulo conhecia ele sugeriu que conversasse com o advogado Almo Jorge Brandão (que fui conversar dias depois).

Assim que o restante da equipe terminou as entrevistas com os atingidos da hidrelétrica de Campos Novos e que seriam novamente atingidos,

dessa vez pela hidrelétrica de Garibaldi, fomos à busca das lideranças no MAB na cidade de Cerro Negro, porém, sem sucesso. Foram algumas horas perdidos nas estradas estreitas e sem asfalto para chegar à cidade onde mora a liderança. Ainda que tenhamos marcado um conversa com o integrante do MAB ele não apareceu e não deu justificativa. No dia seguinte não atendeu aos meus telefonemas.

Após um longo dia de deslocamento e entrevistas fomos em direção a Campos Novos para entrevistar o prefeito da cidade. No dia seguinte, adotamos a mesma tática para aproveitar o tempo, enquanto eu entrevistava o prefeito a equipe se mobilizava para encontrar atingidos, membros de sindicatos e etc.

Porém, ao chegar à prefeitura de Campos Novos no horário combinado a entrevista não pode ser realizada porque o prefeito da cidade, o senhor Nelson Cruz, se recusou a responder qualquer coisa sobre os impactos causados pela hidrelétrica que leva o mesmo nome da cidade. A justificativa dada foi a briga judicial que o município travou com a hidrelétrica em decorrência da sonegação de impostos municipais.

Tentei argumentar sobre os objetivos da pesquisa e no momento que pedi a permissão para gravar os argumentos dados que impedem a pesquisa o prefeito mostrou-se extremamente arredio, inclusive tirou o gravador das minhas mãos. A partir daquele momento não consegui mais manter nenhum contato com o senhor Nelson. Saí da sua sala e pedi desculpas pelo transtorno. Os funcionários da prefeitura vendo a situação se aproximaram e quando comecei a perguntar sobre a instalação da hidrelétrica o vice-prefeito Jairo Luft veio imediatamente em nossa direção e alertou aos funcionários de que não é desejo do prefeito que seja dada entrevistas para mim. A visita a prefeitura de Campos Novos não durou mais que 40 minutos.

Mesmo não conseguindo uma entrevista de fato com o prefeito, nos poucos minutos que consegui conversar com um funcionário da secretaria de meio ambiente do município pude perceber que os nomes dos principais envolvidos na instalação de hidrelétricas se repetiam. O funcionário citou o nome do advogado Almo Jorge Brandão (sugestão de entrevista do senhor

Pedro Paulo Voltolini Junior), citou o nome do próprio Pedro Paulo, falou sobre o papel importante que o MAB exerceu para a luta dos direitos dos atingidos tendo como ator principal o senhor Marco Antônio Trierveiler entre outros.

Naquele dia, após a saída da prefeitura de Campos Novos, nos centramos na busca de atingidos e membros de sindicatos e ou do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). O dia foi produtivo, encontramos várias pessoas com o auxílio dos conhecimentos prévios da região e do mapa do Matheus Müller. E, no final do dia, seguimos em direção ao estado do Rio Grande do Sul. A penúltima entrevista agendada era com o vice-prefeito de Pinhal da Serra, o senhor Delmar Jaguszewski.

A entrevista transcorreu normalmente durante um pouco menos de uma hora. O vice-prefeito se mostrou bastante desconfiado e tive que explicar várias vezes o objetivo da pesquisa. Suas respostas foram, de modo geral, muito evasivas. E quando perguntei se poderia gravar a entrevista ele se mostrou desconfortável com a situação, porém não negou a gravação. Enquanto eu o entrevistava os meus colegas se dividiam entre a entrevista com um integrante do Sindicato dos trabalhadores rurais da cidade e a busca e entrevista dos atingidos da região.

Por fim, a última entrevista a ser realizada era com o coordenador do MAB. O senhor Marco Antônio concedeu a entrevista na sede do movimento na cidade de Erechim. A sua única exigência foi que se tratando de uma pesquisa acadêmica o meu orientador entrasse em contato com ele para explicar os objetivos da pesquisa. Ele mesmo justificou a sua conduta por ter sido vítima de “pessoas de má fé que distorcem o que eu digo” nas palavras dele. Prontamente entrei em contato com o meu orientador que mandou um e-mail explicando o projeto e dando as minhas credenciais.

No momento da entrevista o coordenador do MAB se mostrou uma pessoa muito disposta a responder todas as questões. A conversa de cerca de duas horas foi acompanhada por uma integrante do MAB que está na liderança local do movimento na hidrelétrica binacional Guarabi-Panambi.

Ao final do 7º dia de pesquisa de campo rodamos cerca de 2.000 km, e entrevistamos 31 pessoas, entre elas: três prefeitos e um vice-prefeito; um representante do empreendedor, três militantes de sindicatos/ movimentos sociais/ associação, um advogado que atuou a favor e contra o empreendimento e 18 atingidos.

Responsabilidade ou Marketing?

Ao entrevistar os envolvidos na construção de hidrelétricas encontraram-se diversas percepções sobre o mesmo fenômeno. Ainda que todas as vozes façam coro sobre a melhora do aspecto econômico tanto da região como do próprio atingido, de modo geral, os atingidos se sentem lesados por terem que abandonar a terra onde viveram toda a vida; os representantes públicos percebem que a hidrelétrica poderia contribuir mais e, por outro lado, o empreendedor acredita que todos os impactos causados em decorrência da obra foram mitigados.

Quando questionada sobre os impactos causados pela hidrelétrica e a mitigação dos impactos por parte a empresa a atingida pela hidrelétrica de Campos Novos responde:

Nem todos [os impactos são mitigados]. Nem todos porque, por exemplo, muita gente sai do lugar da gente. Por exemplo, nós não *saímos*, *saímos* só dali de baixo, ali onde forma o lago, onde era a igreja, por ali assim, onde tem uma marca ali. E *viemo praqui*. Mas teve gente que saiu de... Já digamos, mais pra baixo do que nós, saiu *dos local* aqui e se mudaram e daí a pessoa sofre, né? O impacto emocional, o impacto psicológico e mesmo social, o jeito deles morarem ali, de conviverem era um, pra onde vão já é outro (...). Então, essa parte psicológica, emocional, não tem quem pague. Não tem quem pague a mudança que a pessoa sente, principalmente as pessoas de idade que saem da comunidade, sentem muito a mudança (MENEZES, 2013).

Por outro lado o responsável pelo setor de sustentabilidade e responsabilidade social dos consórcios BAESA e ENERCAN, consórcios que deram origem a construção das hidrelétricas de Barra Grande e Campos Novos respectivamente, afirma que as ações da empresa foram totalmente eficazes na mitigação dos impactos oriundos da instalação da hidrelétrica.

Primeiro assim: hoje eu não considero que você tenha mais algum impacto nesse sentido [decorrente da instalação das hidrelétricas]. Eu

acredito que aqueles impactos que foram causados pela implementação do empreendimento, eles já foram mitigados. O que você tá fazendo hoje, são contribuições para a melhoria de uma determinada situação que é uma conjuntura econômica, ou social, da região. Então acredito que você não vai, com essas ações, você não vai resolver 100% daquelas ações que são conjunturais, ou seja, elas já existiam antes do empreendimento chegar, né? [Até porque] elas vão continuar existindo, muitas delas em níveis menores né? Mas vão continuar existindo, mas eu acho que assim: as ações que o empreendedor desenvolve, elas realmente tem um impacto muito mais no cunho de crescimento, desenvolvimento, do que mitigação do impacto. Agora vou ter que frisar: eu não acredito que hoje existam impactos negativos a serem mitigados. Eu entendo que esses impactos negativos já foram mitigados, suplantados, e hoje, o que a empresa tem é um conjunto de contribuições para o desenvolvimento da região (RIBEIRO, 2013).

Por outro lado, o coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) chama atenção para o “discurso fácil” do desenvolvimento.

(...) O processo assim de desinformação, o discurso das empresas, do desenvolvimento, que vai gerar trabalho e coisa né? Digamos assim, aí o MAB tem que reconhecer, digamos, que no censo-comum acaba, se você não agir, se você não tiver lá, né? [A população acaba] a favor da barragem! Você vai ter muitos a favor da barragem e alguns muito contra a barragem, mas no censo-comum, é aquela ideia de que energia é preciso, de que energia é desenvolvimento. É fácil esse discurso de dizer “bom, tu é contra a barragem, tu é contra a energia”, é um discurso muito fácil. Isso [o atual modo de vida] vai precisar de energia porque *tu não quer* ficar sem tua novela, tu não quer ficar sem alguma coisa gelada na geladeira. Eu vi até o Lula falando isso, né? Então as barragens acabam, no censo-comum, tendo uma posição favorável, que se reverte, né? Quando tu consegue fazer o que a gente tá fazendo, assim, conversar com as famílias, explicar e mostrar o que já aconteceu e não falar só em teoria, e “oh, *vamô* lá ver o que aconteceu, pra onde tá indo essa energia, *vamô* compreender quem que tem interesse nessa barragem, o que ela vai deixar aqui na região, né? (TRIERVEILER, 2013).

E o gestor público considera que embora o município perceba as boas consequências da instalação da hidrelétrica no município, o valor repassado poderia ser maior, e explica:

Bom, a avaliação da comunidade, quero crer, que comunguem com a nossa avaliação. Entendemos que ela é positiva [a avaliação sobre a instalação da hidrelétrica], em decorrência das atividades que ela vem desenvolvendo, ou seja, nós não estamos falando isso por mera *rasgação de seda*. Nós estamos falando isso porque efetivamente nós estamos sentindo as consequências das ações que a ENERCAN vem desenvolvendo e que o povo tem sido beneficiado (...). Agora, é claro que nós, como nunca ganhamos nada, nós nos contentamos com isso, mas se formos olhar a fundo o potencial que nós temos, que eles estão absorvendo e explorando e em decorrência desta exploração, a lucratividade que eles tão tendo, é muito superior ao retorno que eles tão dando [ao município] (SALMÓRIA, 2013).

Porém, embora a notícia da instalação de uma grande obra como uma hidrelétrica cause comoção local e desperte várias percepções sobre o tema, é preciso compreender como se dá o nascimento desse projeto a fim de visualizar as possibilidades de sua realização.

Conforme mencionado em capítulos anteriores, o primado do mercado enquanto organizador da construção de hidrelétricas está presente em todas as etapas do empreendimento, ou seja, desde a concepção e se estende ao tratamento das questões sociais. Gonçalves (2007) explica que a ideia de desenvolvimento social a partir da ótica do mercado e a importância da energia para a manutenção de um padrão de vida garantem a continuidade e o avanço do setor elétrico que, no limite, significa a instalação de mais hidrelétricas.

Rocha (2013, p. 128) aponta que o avanço do setor hidrelétrico deve ser compreendido pelo viés de uma motivação do mercado, segundo o qual a demanda de energia é alimentada e alimenta o mesmo mercado³⁹. No Brasil, a crescente demanda por energia está atrelada a estratégias de desenvolvimento relacionadas à superação de tendências isolacionistas que contribuem para políticas territoriais integradas (VERDUM, 2007; ROCHA, 2013).

Atualmente, percebe-se que os recentes esforços das políticas brasileiras no sentido da ampliação, conexão e modernização das infraestruturas de transporte, energia e comunicação se dão a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴⁰.

O Programa de Aceleração do Crescimento tem por objetivo estimular os principais setores da economia. Desde 2007, ano de sua criação, o PAC “promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”. Para tanto, são previsto cinco

³⁹ Neste aspecto o autor faz referência às empresas que são grandes consumidoras de energia elétrica e, por sua vez, são acionistas dos consórcios para a construção de hidrelétricas.

⁴⁰ O PAC se organiza para a promoção de obras de grande escala dentre as quais as hidrelétricas assumem um papel estratégico. Este programa de governo está integrado aos preceitos da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Tanto o PAC quanto a IIRSA partem da premissa da urgência de integrar as infraestruturas, tanto em nível nacional quanto em nível continental, para fomentar o desenvolvimento na região

bloco de medidas (1) investimento em infraestrutura; (2) estímulo ao crédito e ao financiamento investimento em infraestrutura; (3) melhora do ambiente de investimento; (4) medidas fiscais de longo prazo e (5) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário (PAC, 2014).

A bacia do rio Uruguai por sua vazão e declividade natural possibilitou a instalação de vários empreendimentos hidrelétricos e entre eles destaco os de maior capacidade de geração de energia, sejam eles: Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Fóz do Chapecó. Neste estudo demos especial atenção às hidrelétricas de Barra Grande e Campos Novos, ambas instaladas no período de primazia da iniciativa privada na construção de hidrelétricas.

Ao que se refere aos agentes sociais envolvidos na construção de hidrelétricas há uma repetição dos consórcios em diferentes usinas espalhadas pela bacia do Rio Uruguai. A expansão do setor elétrico e o Sistema Interligado Nacional são fatores que podem contribuem para a repetição de alianças entre os acionistas que compõem os consórcios das barragens do rio Uruguai (tabela 2). O mesmo argumento serve para a participação dos principais acionistas em outros consórcios com empresas diferentes para a construção de novas obras, conferindo um *know-how* para a construção de hidrelétricas (ROCHA, 2013, p.132).

Tabela 2 – Quadro de acionistas das principais hidrelétricas da bacia do Rio Uruguai

Itá		 69%	 29,5%	 1,5%			
Machadinho		 19,74%	 33,13%	 30,99%	 9,98%	 6,35%	 3,28%
Barra Grande		 42,2%	 25,1%	 15%	 9%	 8,8%	
Campos Novos		 48,7%	 24,7%	 20%	 6,5%		
Foz do Chapecó		 51%	 40%	 9%			

Fonte: Rocha (2013)

Os projetos de grandes obras, como as hidrelétricas, fazem parte de um projeto ainda maior de inserção na lógica do capital global (VERDUM, 2007; ROCHA, 2013; GONÇALVES, 2007), de modo que a concepção de um projeto hidrelétrico extrapola os limites de sua instalação. Deslocando o olhar da concepção de um projeto hidrelétrico, pretendo lançar luz sobre a inserção da hidrelétrica pela ótica social.

A atuação de empreendedores na instalação de um empreendimento hidrelétrico é guiada por um conjunto de estratégias reunidas em torno do que se denomina “aproveitamento ótimo”. Trata-se de uma ferramenta de planejamento, baseado num projeto de desenvolvimento, que se restringe ao conceito de eficiência energética e pormenoriza os aspectos sociais e ambientais (ROCHA, 2013).

Por “aproveitamento ótimo” a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, especialmente no Artigo 5, § 3º considera “(...) todo potencial definido em sua concepção global pelo melhor eixo do barramento, arranjo físico geral, níveis d’água operativos, reservatório e potência, integrante da alternativa escolhida para divisão de quedas de uma bacia hidrográfica.”

Qualquer empreendimento de grande porte causa impactos sociais e ambientais. A vocação brasileira para a hidreletricidade contribui para o aumento do número de hidrelétricas instaladas ou em processo de instalação. Como mencionado anteriormente, as grandes obras de infraestrutura faz parte de um projeto maior que tem na lógica do mercado a sua base mais sólida. A justificativa para grandes empreendimentos, com especial atenção para as hidrelétricas, parte da necessidade de energia para fomentar o desenvolvimento nacional.

Sem entrar no mérito do que é supérfluo ou necessário o fato é que considerando o modo de vida das sociedades em geral não se pode desconsiderar a importância da energia, porém, é preciso avaliar a que interesse a instalação de hidrelétrica realmente beneficia. Segundo o coordenador do MAB, Marco Antônio Trierveiler, atualmente, a energia se transformou em mercadoria.

(...) Então a primeira coisa que eu queria te dizer é isso, é reafirmar, a energia ela é essencial `vida, ela molda uma sociedade, mas ela se transformou numa mercadoria pra esse negócio. Então, quem tá controlando hoje as *barragem*, principalmente a construção de barragem e a disputa por todas as energias, mas principalmente a energia, são as empresas [se referindo às empresas acionistas dos consórcios das hidrelétricas da Bacia do Rio Uruguai]. Por quê? Pra questão do lucro. Não se tá pensando energia pro desenvolvimento, energia pro povo, né? Tá se pensando energia pro negócio, pro modelo que eles defendem, que é esse modelo né? (...) Das grande empresas, dos grandes negócios. Então pra nós, assim, voltando pra coisa, pra nós já é uma irresponsabilidade construir barragem pra esse modelo né? (...) Pra que tipo de desenvolvimento? Pra uso de quem? (TRIERVEILER, 2013)

A experiência mostra que uma vez projetada, as hidrelétricas tendem a ser instaladas, apesar das resistências por motivos sociais ou ambientais. Nas palavras de Trierveiler (2013) “(...) muitas vezes eles cuidam mais de uma árvore do que dos atingidos. É... eu já vi parar barragem por causa de uma bromélia, e não vi parar a barragem por causa do... Da questão social, seja dos indígenas ou dos quilombolas”. Além dos impactos significativos que processo de instalação de uma hidrelétrica implica, tais como as grandes áreas atingidas

pela formação dos reservatórios e canteiros de obras, o deslocamento compulsório de pessoas, muitas vezes pessoas simples e alijadas de políticas públicas, predominantemente do meio rural, muitas vezes são privadas do acesso aos recursos naturais e afetam drasticamente seu modo de vida. Por isso tudo importa saber de que forma se dá o trato com a questão social.

Ao que se refere ao deslocamento compulsório das pessoas atingidas por empreendimentos hidrelétricos, apesar de ainda não existir uma legislação específica referente ao remanejamento populacional no Brasil, existe uma prática realizada pelos empreendedores, na qual em cada hidrelétrica a ser instalada é previsto o estabelecimento de um Termo de Ajustamento de Conduta, entre os agentes sociais envolvidos, que norteia as negociações sobre o remanejamento populacional. Existem, basicamente, duas modalidades de remanejamento, indenização em dinheiro e reassentamento, esta última se subdivide em reassentamento rural coletivo (RRC), pequeno reassentamento rural (PRR), carta de crédito (CC), reassentamento em área remanescente (RAR) e reassentamento urbano (RU) (ROCHA, 2009).

Nesse processo de remanejamento populacional o acesso à informação torna-se um elemento indispensável no processo de tomada de decisão dos atingidos sobre qual modalidade de remanejamento escolher. Neste sentido, Morais (2013) chama a atenção para o fato de o empreendedor ter maior responsabilidade na divulgação das informações sobre o remanejamento por ser o responsável direto pela hidrelétrica.

Olha, eu acho que a empresa não tem uma preferência por uma modalidade de remanejamento. Nos oferecemos um conjunto de modalidades para que a família ou a pessoa tenha condições de escolher entre essas modalidades. Em relação ao modelo, eu acredito que o modelo, ele tem que tá muito atrelado ao perfil da pessoa que vai ser remanejada, e isso, você tem que conhecer bem para orientar. (...) Em termos de modalidade, eu diria assim, não vejo que um é melhor que o outro, eu acho que um é mais adequado a uma parcela de pessoas, e outro é mais adequado a outra. O que é importante é exatamente isso: é traçar o perfil dessa pessoa e saber o que ela tem de expectativa, o que ela tem de perfil. Ela tem perfil pra morar numa área coletiva? Ela quer ter um relacionamento numa área comunitária? Ou ela prefere ficar no cantinho dela lá, do lado dos parentes, do lado das famílias e administrar a propriedade dela? Então acho que tá muito atrelado a isso (RIBEIRO, 2013. Grifo nosso).

Como responsável direto da hidrelétrica, o representante pelos consórcios de Barra Grande e Campos Novos, afirma que há uma divulgação

sobre as modalidades de remanejamento e que não há nenhuma preferência das hidrelétricas para que o atingido escolha determinado tipo de modalidade de remanejamento. Porém, esse argumento é rebatido pelo movimento social que representa os atingidos, o MAB, e pelos próprios atingidos, como pode ser visto nos relatos a seguir:

(...) Três aspectos assim que precisa ser levado em consideração: primeiro, a empresa faz, assim, ela faz uma prática de incentivo que as famílias peguem dinheiro (...). Ela faz toda uma campanha no sentido de que a família receba uma indenização em dinheiro. Pra nós [opinião do MAB] isso é um grande problema, porque o que parece as vezes ser um bom dinheiro, ele [atingido] acaba sumindo e se você for ver a grande maioria das famílias que pegaram talvez o que parece ser um bom dinheiro, hoje tão em péssimas situações nas cidades, né? Vieram engrossar os bolsões de pobreza... Se eu te levar aqui, nós trabalhamos nos bairros né? Se eu te levar nos bairros mais pobres de Erechim, você vai encontrar muito atingido pela barragem de Itá, de Machadinho, de Campos Novos né? E que pegaram naquela época o que se chamava de “uma boa indenização”. Segundo, um grande incentivo da empresa, é o que eles chamam de carta de crédito. Para nós, também uma política extremamente prejudicial, porque a carta de crédito funciona com o seguinte: tu tem a possibilidade de escolher uma outra pequena terra, e se estiver dentro dos critérios e dentro do valor da empresa, ela compra aquela terra. Mas ao comprar aquela terra, ao mesmo tempo que você tá mantendo alguém na terra, você tá tirando, porque quem não tá vendendo, tá saindo da terra. Então de cada duas famílias, uma vai permanecer na terra e outra vai sair. Segundo, onde você for morar você vai ser de certa forma, estranho. Você não ajudou a construir a comunidade, quer dizer, a tua inserção naquela comunidade onde você comprou a terra, geralmente é mais difícil, né. Não é um processo de construir, de você não... então você acaba tendo dificuldade ali na, né? Você não tem assistência técnica, você, né... então os sucessos também das, do que chama de carta de crédito, os estudos que a gente tem, né, é que a maioria acaba em pouco tempo vendendo, perdendo a terra e coisa. E a terceira opção que a gente tenta é os reassentamentos, que são o que a gente tenta incentivar, porque a gente acredita que as famílias teriam que manter-se na terra, trabalhando, produzindo, pois é isso que elas sabem fazer. Nós entendemos reassentamentos como uma forma legal de tu recompor a comunidade né. Essas famílias, elas tem uma cultura de viver em torno de comunidades, né, aquela questão de comunidade não só no espaço físico, digamos os laços de amizade, de parentesco. Então ao comprar uma grande terra, o esforço nosso é tentar transferir essa comunidade pra uma terra. É, e a gente tenta recompor lá os laços de vizinhança, de parentesco, de religião, então, mas só que a empresa, então, não incentiva isso porque ela começou a notar que esses espaços de reassentamento, a gente mantém a organização e eles mantêm vínculo com a empresa, cobrando coisas que eles acham que é direito deles, né? (TRIERVEILER, 2013).

Por se tratar de um projeto de grande porte, quando da instalação de uma hidrelétrica as opiniões acerca de sua instalação não são consensuais. O processo de remanejamento das famílias das áreas atingidas pelas barragens

está longe de ser tranquilo e pacífico, fato creditado a resistência das famílias em saírem do local de onde viveram, às vezes, a vida toda construindo suas relações sociais e econômicas. Além disso, soma-se a esse panorama o fato de o empreendedor não conseguir esclarecer à população atingida de que forma será o processo de adaptação e acompanhamento no novo local de moradia e/ou os próprios atingidos não se sentirem contemplados pelas opções apresentadas pelo empreendedor.

O argumento usado pelo coordenador do MAB vai ao encontro dos relatos dos atingidos. Para os atingidos, tanto da hidrelétrica de Barra Grande quanto da hidrelétrica de Campos Novos, não houve uma divulgação imparcial das modalidades de remanejamento, sendo pressionados a aceitar determinada modalidade e/ou não tiveram acesso sobre todas as informações pertinentes ao seu remanejamento.

“É... eu na verdade vendi a minha [casa], vendi mal porque a empresa botava esse tal de intermediário lá e diz que se eu não aceitasse o preço deles, eles iam bota no juiz, né? Aí eu tinha que acertar com o juiz. E eu fiquei com medo... (SANTOS, 2013).

(...) Nós somos atingidos direto, nosso terreno foi atingido direto. Então, eles pagaram assim, o que quiseram (...). Não teve negociação. Eles vieram um dia, assim: “Ó, é esse o preço que nós vamos pagar” (...). Na outra semana eles estavam na judicial. E daí lá, o que eles quiseram dar, deram e se quisesse pegar, pegasse. Foi assim! (FRISCK, 2013).

Se a gente soubesse o que a gente tinha direito, a gente tava melhor. Mas daí eles não falaram nada [sobre os direitos]... *Nós não tinha* conhecimento assim, quais os nossos direitos a respeito da reforma, qual era o direito a respeito da propriedade que a gente ia receber aqui... (MENEGAZ, 2013).

A população atingida pelas hidrelétricas da bacia do rio Uruguai, na sua maioria, é composta por pequenos agricultores, posseiros e colonos e a sua relação com a terra é para a cultura de subsistência (ROCHA, 2013). Quando questionada sobre a atual condição da terra para que foi remanejada a atingida explica:

Eu depois que vim pra cá [para a aterra que foi remanejada], não dá tempo de terminar um problema e começa outro e as condições da gente como tu sabe... A gente saiu de lá [da barranca do rio onde morava], ganhou uma terra, uma casa, mas não é o suficiente. (...) Que na costa do rio nos vivia lá... Mas você não tinha esse negócio de veneno, adubo, *enchessão* de saco, você ia lá, roçava uma capoeira, plantava, colhia e pronto! (SVENKO, 2013).

Para Marco Antônio Trierveiler a diferença no trato da terra muitas vezes piora a situação do atingido após o remanejamento.

(...) Eles saem de uma região de subsistência e as vezes são colocadas (...) em terras no meio de fazendeiros, que a agricultura é totalmente diferente. [Nesses locais] já tem uma agricultura mais industrializada, assim, exemplos bem simples, aqui eles não usavam adubo, lá eles tem que usar altas doses, aqui eles plantavam para subsistência, lá é uma agricultura muito mais comercial e coisa... (TRIERVEILER, 2013)

Todo o processo de desenvolvimento socioeconômico exerce impacto direto sobre o meio ambiente com conseqüências muitas vezes negativas para determinados grupos sociais. Portanto, embora sejam planejados para benefício direto da sociedade, os projetos de infraestrutura hidrelétricos também causam impactos negativos significativos sobre o meio ambiente e às populações próximas aos empreendimentos.

Nas palavras do senhor Paulo César Ribeiro, os impactos causados pela instalação das hidrelétricas já foram mitigados e o papel da empresa hoje vai muito além das mitigações dos impactos, ela fomenta desenvolvimento na região atingida.

Primeiro assim: hoje eu não considero que você tenha mais algum impacto nesse sentido [da construção das hidrelétricas]. Eu acredito que aqueles impactos que foram causados pela implementação do empreendimento, eles já foram mitigados. O que você tá fazendo hoje, são contribuições para a melhoria de uma determinada situação que é uma conjuntura econômica, ou social, da região. Então acredito que você não vai, com essas ações, você não vai resolver 100% daquelas ações que são conjunturais, ou seja, elas já existiam antes do empreendimento chegar, né? E elas vão continuar existindo, muitas delas em níveis menores né? Mas vão continuar existindo, mas eu acho que assim: as ações que o empreendedor desenvolve, elas realmente tem um impacto muito mais no cunho de crescimento, desenvolvimento, do que mitigação do impacto. Agora vou ter que frisar: eu não acredito que hoje existam impactos negativos a serem mitigados. Eu entendo que esses impactos negativos já foram mitigados, suplantados, e hoje, o que a empresa tem é um conjunto de contribuições para o desenvolvimento da região (RIBEIRO, 2013).

No Brasil, a partir da década de 1970 se intensificaram os processos de produção de energia através das usinas hidrelétricas para se constituir como insumos à produção industrial. Essa política de infraestrutura acaba por causar sérios impactos socioambientais que vão desde modificações ambientais e culturais locais, passando por deslocamento compulsório das populações ribeirinhas e aumento do êxodo rural e conseqüente inchaço das periferias dos grandes centros.

“As usinas hidrelétricas construídas até hoje no Brasil resultaram em mais de 34.000 km² de terras inundadas para a formação dos reservatórios e na expulsão – ou, ‘deslocamento compulsório’ - de cerca de 200 mil famílias, todas elas populações ribeirinhas diretamente atingidas” (BERMANN, 2007, p.142).

Para os integrantes dos movimentos sociais e atingidos, o interesse do setor elétrico brasileiro em mitigar os impactos socioambientais causados pelos empreendimentos hidrelétricos está diretamente relacionado com a pressão popular em tornar público o real processo de instalação das hidrelétricas e tencionar para que os aspectos sociais e ambientais não sejam negligenciados.

Com certeza foi organizado [o movimento para pressionar o empreendedor] (...) alguém se organizou ali com o prefeito, pessoal da educação. E outra coisa é que aqui é um reassentamento, então eles têm, querendo ou não, ficaram num compromisso no reassentamento, ele é coletivo [o reassentamento], eles tem muito medo do povo, né? Hoje nas ruas o que tão conseguindo o pessoal, né? Baderna tem certo, mas também consegue muita coisa (ALBINO, 2013).

Embora não possa ser totalmente creditado aos movimentos sociais a mudança de postura do empresariado, mas o fato é que nos últimos anos tem havido uma aproximação do setor elétrico às noções de desenvolvimento sustentável (que requer uma explicação mais detalhada).

O Brasil é um país privilegiado pela abundância natural de recursos hídricos. No entanto, não se pode usar esse fator natural como prerrogativa para a instalação sem critério de hidrelétricas. Segundo Bermann (2007) as hidrelétricas se constituem como uma alternativa⁴¹ de obtenção de energia a partir do aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho de um rio. Entre as fontes de geração de energia, a energia hidrelétrica é apresentada como “limpa e renovável”, ou seja, em termos gerais são divulgadas como fonte de recursos energéticos não poluentes e inesgotáveis (ANEEL, 2014).

A suposta vocação brasileira para a hidreletricidade baseada na abundância natural é verdadeira tendo em vista as outras formas de energia consolidadas no atual estágio tecnológico. Porém, isto não pode ser tomado como prerrogativa para a instalação indiscriminada de hidrelétricas, pois, o aumento na disponibilidade de energia precisa ser buscado através da racionalização da matriz energética

⁴¹ No Brasil, além da obtenção de energia a partir do potencial hidráulico, a energia pode ser gerada a partir de energia nuclear, termelétricas, energia eólica e a partir de combustíveis tais como biomassa e combustível fóssil (ANEEL, 2014).

(repotencializando usinas, melhorando o sistema de transmissão e distribuição, evitando desperdícios), além do aprofundamento de pesquisas em fontes alternativas. Além disso, é preciso relativizar o paradigma de hidrelétrica como fonte de energia “limpa e barata”. Em comparação a outras fontes de energia como a termoelétrica, por exemplo, esta realmente mostra-se mais limpa e barata, porém, uma análise mais detalhada sobre casos específicos demonstra que estas podem não serem tão “limpas”, se considerarmos a emissão de gases decorrentes da vegetação submersa, além de não ser tão “baratas”, se considerarmos o preço final da energia elétrica residencial no Brasil, bem como o tratamento muito aquém do necessário que é dispensado às populações atingidas (ROCHA, 2013, p. 327).

Tomando por base a definição de Vasconcelos e Garcia (1998), considera-se o desenvolvimento como o crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida. De modo que “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

As disputas pela hegemonia do modelo de desenvolvimento econômico a ser seguido foram acirradas após a 2ª Guerra Mundial tendo como momento crítico a Guerra Fria. Embora houvesse uma disputa da orientação a serem seguidos, os dois modelos de desenvolvimento⁴² privilegiavam o crescimento econômico. Para além dos controversos, e inesgotáveis, debates sobre desenvolvimento⁴³ o fato é que a partir das últimas décadas do século XX percebeu-se a necessidade de englobar ao conceito de desenvolvimento, além da variável econômica, as variáveis ambientais e sociais.

Oliveira (2002) faz coro à definição de desenvolvimento cunhada por Vasconcelos e Garcia (1998) e, afirma:

⁴²O bloco capitalista representado pelos Estados Unidos e o bloco socialista representado pela extinta União das Repúblicas Soviéticas.

⁴³ As principais correntes debatem o desenvolvimento a partir de duas orientações ideológicas. Na tradição clássica e neoclássica entende-se o desenvolvimento como uma variável quantitativa medida através de indicadores de renda, ou seja, crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento. Já a tradição marxista entende o desenvolvimento como a possibilidade de mudança qualitativa a partir do que pode proporcionar o fator econômico, a exemplo, Celso Furtado

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p.40).

O processo de mudanças sociais e políticas da sociedade ensejaram a redefinição dos papéis dos agentes sociais. Ao passo que a sociedade tomou para si a discussão sobre os problemas ambientais oriundos de uma prática econômica sem critério, ao que se refere ao empresariado, à conscientização sobre as suas responsabilidades perante a sociedade ensejou atitudes mais ligadas aos preceitos do desenvolvimento sustentável. Por isso, a mudança de postura do empresariado, assim como o apoio à formulação dos discursos que os justifiquem, está dentre as mais importantes ações empreendidas pelo setor nos últimos anos (BRONZ, 2011).

Da década de 1980 para hoje, a responsabilidade social não é mais vista como uma obrigação. Ela é vista como um papel das empresas, nesse contexto do setor elétrico (...). Então isso começa a dar uma certa credibilidade, porque as pessoas começam a ver que do discurso à prática, realmente está acontecendo. Outro aspecto é que essa própria evolução da responsabilidade social, que as empresas têm, também tirou muito da desconfiança [das pessoas dos municípios atingidos] de que a partir do momento que a usina tá pronta, a empresa vai operar e pronto. Ela não vai mais ficar lá participando das ações da comunidade, como, aliás, muitas empresas de outros setores fazem (...). Então, eu vejo que as empresas do setor elétrico, elas estão abertas, muito, exatamente para isso: para a comunidade perceber que ela tá ali, para participar da comunidade. Então, essa quebra da barreira, entre aquilo que era desconfiança e aquilo que as comunidades acreditam, ela [a responsabilidade social] hoje pra mim, é fundamental para o sucesso que esses empreendimentos têm (RIBEIRO, 2013).

Considerando todo o debate teórico feito no capítulo I, em última instância o papel último da empresa é gerar lucro. Mesmo assumindo uma nova postura sobre o seu papel na sociedade, sem ter lucro à empresa não se mantém no mercado competitivo. Assim, a fórmula usada pelo setor empresarial para aliar crescimento econômico a práticas sustentáveis partem do princípio de *triple bottom line*.

O modelo *triple bottom line* tem por princípio que para ser sustentável uma empresa deve ser financeiramente viável, socialmente justa e ambientalmente responsável. Dito de outro modo necessita produzir lucro, contribuir para o bem estar social de seus trabalhadores e da sociedade e

assegurar que seus processos produtivos não produzam efeitos irreversíveis ao meio ambiente, garantindo às futuras gerações o usufruto dos recursos necessários à subsistência (ELKINGTON, 1997). Esse é o corolário da sustentabilidade das empresas considerando que não há empresa hoje que não incorpore a ideia de *triple bottom line* em seus planejamentos.

No entanto, mesmo os atingidos não se sentem privilegiados pelo discurso de sustentabilidade da empresa. No que diz respeito ao aspecto social, a hidrelétrica não conseguiu manter um acompanhamento dos atingidos. Para a atingida pela hidrelétrica de Campos Novos, a senhora Isabel Fabrício Frisck, a hidrelétrica tem muito retorno financeiro e, além de prejudicar o meio ambiente, não dá a devida assistência para o atingido.

“Mas *nóis*, que fumo atingido por coisa social, assim, só deram um cantinho pra gente e ‘ó, se arrendem! ’ Foi meio isso pra nós.” (...) Por que a hidrelétrica, ela faz o interesse dela. E daí o governo deixa ela fazer o que ela quiser (...). Eu entendo assim, eu vejo assim. Só porque também, na verdade, a hidrelétrica se ela tá tirando benefício, ela tinha que repor alguma coisa social (...). Mas o certo, é meio atropelado as pessoas do local e elas dizem que cumprem tudo certinho, mas não. Eu acho que elas ganham assim, daí ali tem o IBAMA, não sei mais o quê. Tudo apoia, ali é licenciado pelo... [órgão fiscalizador do meio ambiente, no caso o IBAMA]. Então, acho que aquilo é uma negociação lá, entre os grandão e daí vem aqui (FRISCK, 2013).

A conscientização dos papéis e responsabilidades das empresas através de um modelo de gestão que prioriza os princípios do tripé da sustentabilidade incentiva à adoção de um posicionamento responsável frente aos impactos decorrentes de sua atuação, ainda que essa atuação acabe por se tornar um diferencial no mercado competitivo.

Carroll (1979) prevê a responsabilidade social a partir de um modelo que engloba quatro principais obrigações, são elas: econômica, legal, ética e voluntária. A responsabilidade econômica é o principal tipo de responsabilidade social encontrado nas empresas, pois o lucro é a maior razão pela qual as empresas existem. A responsabilidade legal se refere ao que a sociedade considera importante com respeito ao comportamento adequado da empresa; espera-se, no mínimo, que as empresas respeitem as leis. A responsabilidade ética inclui comportamento ou atividade que a sociedade espera das empresas, mas que não necessariamente são codificados pela lei. E, por fim, a

responsabilidade voluntária, como o próprio nome diz, é puramente voluntária, e está ligada ao desejo da empresa em contribuir socialmente.

A partir da conceituação de Carroll (1979) sobre as quatro principais obrigações da responsabilidade social, a definição de responsabilidade social adotada pelos entrevistados de diferentes esferas da sociedade (atingidos, gestores públicos, integrantes de sindicatos e movimentos sociais e empreendedor) está intimamente ligada ao cumprimento das obrigações legais como podem ser visualizados nos relatos a seguir:

Responsabilidade social é não deixar ninguém... Como é que eu posso te explicar isso daí? Não deixar ninguém assim... Responsabilidade social é cumprir os acordos. Uma responsabilidade social seria tudo o que tá escrito no acordo e cumprir junto a população, junto ao município (NEZ, Jeoldenir de. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Celso Ramos).

Responsabilidade social, acho, que seria assim, esse compromisso que os órgãos, que as entidades têm com a comunidade, com a sociedade de fazer a sua parte, de dar aquela parcela, né? (...) Vamos citar como exemplo no município, eles exploram, né? A água geram energia, tem a sua renda, claro que eles retribuem ao município com o pagamento da compensação financeira, mas também, por outro lado, eles acabaram mexendo muito com a vida das pessoas no município e isso gera uma obrigação de as empresas participarem de alguma forma para tentar minimizar esses impactos que eles causaram no município com a instalação das obras. Porque mexe muito com a vida das pessoas, não só com os ribeirinhos, né? Que tiveram que sair de lá, mas praticamente toda comunidade. Então, eu acredito que seja uma forma de minimizar os impactos ali e da parte da gente como administrador, né? O compromisso, a responsabilidade de melhorar as condições da comunidade (SILVA, Ivonir Fernandes da. Prefeito de Anita Garibaldi)

(...) Responsabilidade social é quando um empreendimento de ordem financeira e econômica explora o potencial de uma região e ele traz retorno e devolve para aquela região um pouco do que ele tirou. Essa é a responsabilidade social na minha avaliação, ou seja, ele veio, teve que desalojar pessoas, teve que utilizar estruturas e depois quando começou a gerar efetivamente lucro, ele começa também a devolver parte desse lucro para essa comunidade atingida (SALMÓRIA, Lucimar. Prefeito de Abdom Batista).

Mas assim, o que nos entendemos que seja, pra nós, responsabilidade social: é exatamente a gente se ver num contexto de uma região, onde pra nós sermos uma boa empresa, nós também temos que ser bons vizinhos, sobre vários aspectos: sobre o aspecto de relacionamento, né, eu não posso fazer as coisas ao revés da comunidade, eu preciso saber o que a comunidade realmente espera da empresa, e ao mesmo tempo, eu não posso desenvolver as minhas ações substituindo o poder público, porque nós temos lá um poder formal instituído, que possui um conjunto de obrigações para com a comunidade e eu tenho que me inserir nesse contexto, desenvolver ações que contribuam, vamos dizer assim, para o

desenvolvimento, para que essa comunidade se desenvolva social, econômica e ambientalmente bem, mas sem interferir e sem criar um vínculo com a minha empresa. Então, na verdade, a gente entende que a responsabilidade social, ela tá muito atrelada à própria sustentabilidade da empresa como instituição e da sustentabilidade com aquele famoso tripé, né?! O social, o ambiental e o econômico, ou seja, tem que andar junto, que eu diria que é um grande desafio (RIBEIRO, Paulo César. Representante dos consórcios BAESA e ENERCAN).

Responsabilidade social faz parte da... O fato delas [as hidrelétricas] terem deslocado o pessoal, faz parte do fato de eles terem ocupado... o manancial hídrico. Então a responsabilidade social faz parte deles manterem esses acordos. Isso aí faz parte do acordo deles! (MENEZES, Maria Francisca Rosa. Atingida pela hidrelétrica de Campos Novos).

Eu acho assim, e isso não temos nenhuma dúvida, né? Conforme a força da população, e é com relação de força em qualquer barragem. Se tu pegar os dados ali, mais indenização, mais reassentamento, é conforme a força que a população se organizou, então ali, como se organizou, digamos, ampliou inclusive para a sociedade, conseguiu colocar na sociedade, a empresa tem que ceder mais. Mas a regra é “eu cedo quando tem que ceder”, e isso não vira política, entende? (TRIERVEILER, Marco Antônio. Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragem).

Como dito anteriormente, a partir dos anos 1990, momento de ebulição do projeto de responsabilidade social, frente à incapacidade fiscal e financeira do Estado brasileiro para a manutenção das políticas públicas sociais, abriu-se espaço para a ascensão de novos atores no cenário social e político do Brasil, dentre eles o empresariado.

Tenório (2004, p.33) afirma que são várias as justificativas para as empresas adotarem uma postura mais responsável na área social, dentre elas o autor destaca as pressões externas e a instrumentalidade.

As pressões externas são inerentes às imposições postas pelos consumidores, pelos reclamos das comunidades impactadas pela ação empresarial e pelos códigos de conduta internacional que coíbem a atuação irresponsável das empresas. No que diz respeito à instrumentalidade do comportamento socialmente responsável, as empresas são beneficiadas pelo retorno de *marketing* e isenções fiscais concedidas pelo governo pelo desenvolvimento de projetos sociais nas comunidades, por este viés, o principal motivador para a ação social advém do interesse econômico para a garantia de competitividade no mercado (TENÓRIO, 2004).

É neste contexto que destacamos a incidência dos impactos socioambientais provocados pelas hidrelétricas na vida das pessoas em especial, dos ribeirinhos. Os atingidos, na sua maioria, residem em áreas rurais e, por este motivo, mantêm uma relação muito estreita com a terra. São usuários dos recursos naturais, devido principalmente a sua condição de cidadão alijado de políticas públicas.

A experiência na bacia do rio Uruguai demonstra que obras do porte de uma hidrelétrica são praticamente inevitáveis sob a justificativa da “necessidade de energia” para o desenvolvimento (seja ele qual for). Por causa disso, de maneira geral, a opinião pública⁴⁴ tende a concordar com essas obras ainda que haja dissenso sobre a instalação do empreendimento, principalmente entre os atingidos diretamente pela obra, ou seja, os ribeirinhos.

Como bem ponderou Scherer-Warren (2005) ainda que a instalação da hidrelétrica esteja legalmente amparada⁴⁵, por si só, não permite que o projeto avance. Por se tratar de um empreendimento de grandes proporções às opiniões distintas sobre as vantagens da obra são naturais. Portanto, a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos deve estar apoiada pela legitimidade daqueles diretamente atingidos para seguir adiante, ou seja, a legalidade sobre a qual o projeto se baseia paralelo à legitimidade em relação às populações locais atingidas diretamente pelo projeto (SCHERER-WARREN, 2005 p. 84).

(...) A legitimidade [é] buscada no momento da inserção deste no lugar de destino. Esta inserção se faz em primeiro momento através do campo ambiental, sendo que o EIA-RIMA e as Audiências Públicas são os aspectos de maior preponderância. Sobre os primeiros, confirmamos a hipótese de pouco aprofundamento da discussão no processo de licenciamento prévio, ao ponto de resgatarmos a ideia de Rothman (2008) quando o autor entende este documento apenas como um instrumento de legitimação do processo decidido *a priori*. Depois, quanto à sua forma e conteúdo, podemos dizer que mesmo com a contestação de órgãos técnicos competentes como o IPPUR-UFRJ, o referido estudo prevaleceu sem nenhum ajuste. Sobre as audiências, a confirmação das mesas diretoras, o

⁴⁴ Nesse momento atribui-se como componentes da opinião pública o consumidor de energia, ou seja, não atingido diretamente pelo empreendimento (ainda que, de maneira ampla, todos são atingidos quando há um grande impacto ambiental).

⁴⁵ Como discutido anteriormente, os órgãos reguladores do meio ambiente determinam uma série de obrigações a serem cumpridas para que o processo de licenciamento seja deferido.

pouco tempo para discussão, o formato expositivo e não deliberativo, além das falas apresentadas, apontam para a mesma linha do EIA-RIMA, no sentido de que se trata muito mais de uma etapa do processo de licenciamento a ser superada do que propriamente um debate com a população atingida (ROCHA, 2013, p.189-190).

Pelo que foi dito anteriormente, a responsabilidade social foi incorporada à administração das empresas como uma estratégia organizacional eficaz na construção de imagem favorável, tornando a empresa legitimada como socialmente responsável. Porém, não se pode desconsiderar a existência de uma sociedade globalizada em que é natural que haja discordâncias acerca da definição do que seja um comportamento socialmente responsável das empresas. Por este motivo, a RS tem como pressuposto básico a legitimidade uma vez que,

“(...) as relações entre sociedade e empresas baseiam-se num contrato que vai evoluindo conforme as mudanças sociais e as consequentes expectativas da sociedade. Nesse contrato a sociedade legitima a existência da empresa, reconhecendo suas atividades e obrigações bem como estabelecendo limites legais para a sua atuação” (BORGER, 2001, p. 37).

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004, p. 675) legitimidade consiste num grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força e, por esta razão, que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo. Assim, outro conceito relacionado à legitimidade é a definição de poder.

Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos. (...) Se entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceitual pode ir desde a capacidade geral de agir, até a capacidade do homem de determinar comportamento do homem (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2004, p. 933).

Assim, a legitimidade da empresa está no poder que ela tem de mudar a imagem negativa que a empresa causa no início das obras e até mesmo no momento de remanejamento populacional. Conforme a atingida pela hidrelétrica Barra Grande, a imagem que a empresa deixa no local de sua inserção é de destruição. “É uma imagem de destruição, né? Que só destruíram o que tinha, né? Matas... destruíram. Tiraram as pessoas do lugar, né? Pega onde a pessoa nasceu. Se criou ali. Tão tudo debaixo d’água, né?”

Que a gente conversa com as pessoas e chora ainda” (LAGER, 2013). Porém, essa percepção muda com o passar no tempo.

O que se tem percebido é que através das ações de responsabilidade social as empresas ganham a confiança dos atingidos, mais que isso, conseguem legitimar a empresa perante os mesmo como pode ser visto nos relatos a seguir.

[Com as ações de responsabilidade social] ela ganha mídia, ela ganha uma... A conscientização de... Ela ganha assim a consciência de muitas pessoas de que ela tá ajudando o povo. Ela [a empresa] tá fazendo a coisa social, na mente [das pessoas] né? (NEZ, 2013).

Com relação ao retorno que a empresa teria, primeiro, eu acho que ela estaria se sentindo satisfeita por estar cumprindo com o pacto da responsabilidade social que causou em decorrência do empreendimento hidrelétrico. Então, socialmente, nós vemos por esse lado, (...), mas por outro lado também, nós vemos que eles estão assim, de maneira contínua, sempre buscando alguma maneira de compensar os municípios atingidos pelo impacto causado (...) [ainda que] existam coisas que são imensuráveis, você não tem como mensurar o valor que você tem aquela casa onde você morou a vida toda. Então, as coisas que nós podemos avaliar patrimonialmente é uma situação, agora emocionalmente é outra (SALMÓRIA, 2013).

[A empresa ganha com as ações de responsabilidade social] porque eles... Financeiramente e também socialmente, porque eles são... daí eles são avaliados pelos grandes órgãos lá da Presidência, sei lá. Por exemplo, a ISSO, a ISSO 2001, ISSO 9001. Eles ganham, já vi a ENERCAN... o pessoal da ENERCAN já vi serem agraciados com honrarias porque tão cumprindo os projetos sociais, porque tão cumprindo com os projetos ambientais, que tão fazendo não sei o quê, que tão fazendo não sei o quê mais. Então, eles levam os louros da vitória (MENEGAZ, 2013).

Quando da construção de obras que causem grandes impactos, como é o caso de uma hidrelétrica, uma série de condicionantes é imposta para que as licenças ambientais sejam liberadas⁴⁶. Entre as condicionantes está a questão da responsabilidade social que, no caso das hidrelétricas, é usada como estratégia de sobrevivência da empresa para mudar a percepção dos atingidos sobre a imagem da empresa.

⁴⁶ Condicionantes são recomendações definidas pelo Órgão Ambiental e que o empreendedor deverá atender, pois fazem parte da licença ambiental. As condicionantes vão desde recomendações de proteção ambiental até recomendações de caráter social. Caso o empreendedor não atenda qualquer condicionante da licença, esta poderá ser suspensa, não ser concedida nas etapas sucessivas ou não ser renovada.

A partir do que Ducker (1984) preconizou o que se tem percebido é uma conversão das obrigações legais da empresa com a função social em oportunidade de negócios através de uma estratégia bem sucedida de marketing para legitimar a empresa frente aos atingidos. Assim, as obrigações com a questão social, ou usando de um jargão comum na literatura do setor elétrico, as condicionantes impostas com relação à questão social são cumpridas, porém sob uma roupagem de voluntariedade da empresa.

Sim. Eles têm cumprido sempre [as ações de responsabilidade social], até porque é uma condicionante, né? Pra eles conseguirem, porque a concessão é renovada anualmente, então eles têm que apresentar esses dados aí pra ANEEL, pra conseguirem renovar as concessões e eles têm feito a sua parte, têm participado, têm colaborado com os municípios (SILVA, 2013).

Entendo estratégia como um mecanismo para alcançar determinado objetivo, Bourdieu (2012) chama atenção para o fato de que as estratégias são produto de um senso prático típico de um jogo, um *habitus*⁴⁷, um jogo incorporado na sociedade, um domínio adquirido com a experiência. Deslocando o olhar para o caso das hidrelétricas, a hipótese principal se confirma como pode ser visto na tabela 02. Diante dos dados obtidos e olhando para o panorama de acionistas o fato é que as empresas acionistas dos consórcios que constroem as hidrelétricas na bacia do rio Uruguai são as mesmas e que, por esse motivo elas detém o conhecimento de como desmobilizar movimentos contrários à instalação da hidrelétrica, além de ter a *expertise* de converter as responsabilidades sociais em um elemento de diferenciação da empresa.

Ao que se refere à desmobilização de grupos contrários à instalação da hidrelétrica, o advogado que esteve presente na maior parte das disputas judiciais envolvendo às hidrelétrica afirma: “O pessoal tentou se mobilizar,

⁴⁷ Sistema de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais (nas dimensões culturais, econômicas, sociais, materiais, entre outras). O *habitus* diz respeito às estruturas relacionais nas quais o indivíduo está inserido, possibilitando a compreensão tanto de sua posição num campo quanto seu conjunto de capitais (para Bourdieu capital é todo recurso ou poder transmitidos nas relações sociais). Assim, o *habitus* se refere aos estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos das pessoas.

tentaram se aglutinar, né? De repente formaram-se grupos, eles trabalharam dentro dessa subdivisão desses grupos, são *experts* até nesse ponto de dividir, eles começaram a negociar separadamente com os atingidos” (BRANDÃO, 2013).

Ou seja, a estratégia utilizada faz parte de um jogo que leva as empresas a escolherem a melhor forma de atuação dentre as opções dispostas no jogo. Neste estudo, poderíamos dizer que o jogo o qual se refere Bourdieu são as ações de responsabilidade social que a empresa tem que assumir⁴⁸.

Este trabalho buscou compreender as diferentes percepções acerca da responsabilidade social pelos diversos envolvidos/atingidos. Em resumo as principais percepções estão listadas na tabela 3:

Tabela 3: Resumo das percepções dos entrevistados.

Variáveis Itens	Percepção dos atingidos	Percepção dos gestores públicos	Percepção dos empreendedores
Sobre a responsabilidade social	A empresa pratica a responsabilidade social porque é obrigatória.	A empresa pratica a responsabilidade social porque está usando de uma riqueza natural do município e precisa retribuir.	A responsabilidade social faz parte de um conjunto de valores em que a empresa acredita.

⁴⁸Seja qual for a justificativa para assumir as responsabilidade sociais. Seja pela sua postura ética ou por estar inserida num contexto de desenvolvimento sustentável ou ainda porque a responsabilidade social é item indispensável para a sua atuação.

A responsabilidade social resolveu os impactos causados?	A vida melhorou economicamente, mas a responsabilidade social não conseguiu resolver os impactos ambientais e culturais.	A vida melhorou economicamente, mas a responsabilidade social não conseguiu resolver os impactos ambientais e culturais.	Todos os impactos decorrentes da instalação da hidrelétrica já foram resolvidos
A vida melhorou depois da instalação da hidrelétrica?	A vida melhorou economicamente, mas preferia estar na terra onde havia laços culturais forte, junto aos parentes e vizinhos.	Com a hidrelétrica o município melhorou. Tem mais possibilidade de investimentos em áreas carentes.	A situação dos atingidos e municípios melhorou significativamente.
A empresa ganha algo com as ações de responsabilidade social?	A empresa ganha legitimidade	A empresa ganha legitimidade	Ganha o reconhecimento de que faz parte da comunidade local.

Fonte: Dados da pesquisa.

E a hipótese de que as ações de responsabilidade social legitimam os empreendimentos hidrelétricos foi confirmada através do estudo das percepções dos envolvidos na instalação dessas hidrelétricas, pois ante a inevitabilidade da instalação da hidrelétrica as ações de responsabilidade social são entendidas como alternativas àqueles atingidos que, muitas vezes, são alijados de qualquer política pública. Por outro lado, a pesquisa não conseguiu dados suficientes para comprovar a influência determinante dos movimentos sociais nas ações de responsabilidade social das empresas e, por este motivo a segunda hipótese não pode ser verificada.

Considerações Finais

O esforço aqui direcionado foi no sentido de rastrear as diferentes percepções dos envolvidos nas ações de responsabilidade social no setor elétrico. Para tanto, recorri à metodologia de entrevista semi-estruturada além da busca do referencial teórico através de revisão bibliográfica.

Importa destacar que no processo de instalação de hidrelétricas, no Brasil, por não ter uma legislação específica ao que se refere a mitigação dos impactos e trato com a questão social, muitos aspectos são herdados de empreendimentos anteriores. No caso em questão, a bacia do Rio Uruguai possui uma quantidade considerável de hidrelétricas em funcionamentos e outras tantas em processo de licenciamento ambiental. Este fato se deve à “vocação” hidrelétrica da bacia.

Os casos estudados foram às hidrelétricas de Barra Grande e Campos Novos, ambas instaladas num momento político que permitia a parceria público-privada. O estudo das percepções dos envolvidos na instalação dessas hidrelétricas permitiu concluir que as ações de responsabilidade social legitimam o empreendimento hidrelétrico, pois ante a inevitabilidade da instalação da hidrelétrica as ações de responsabilidade social são entendidas como alternativas àqueles atingidos que, muitas vezes, são alijados de qualquer política pública.

Observou-se também a importância da mobilização para a garantia de direitos. Como a questão da instalação das hidrelétricas ainda não possui legislação adequada é constante o tencionamento para conseguir vantagens. Pelo lado do empreendedor, em última instância, é notável a sua posição para redução de gastos. Já o atingido pressiona para que as conquistas adquiridas em uma mobilização se estendam para outros empreendimentos hidrelétricos. Por outro lado, os gestores municipais percebem a instalação da hidrelétrica como uma possibilidade de ganhos para o município.

Assim, observa-se que os atores envolvidos no processo de instalação da usina que vão desde os atingidos, os trabalhadores que usavam as terras, os comerciantes locais, os representantes do legislativo, os integrantes de movimentos sociais, os participantes de sindicatos e a empresa

envolvida na construção das hidrelétricas, em geral, têm diferentes percepções sobre o empreendimento.

Do ponto de vista dos municípios atingidos, a instalação da hidrelétrica traz ganhos, pois a empresa responsável pela construção repassa recursos ao município, além de apoiar projetos no município que podem ajudar na melhoria da infraestrutura e na qualidade de vida de seus moradores. Na visão da empresa ela está atendendo o que a lei determina e agindo de maneira a mitigar o impacto da implantação do empreendimento e, mais que isso, proporcionando desenvolvimento local. E pela ótica dos atingidos sentem-se tratados como peça de um jogo onde eles não têm vez e nem voz. Perdem os laços afetivos com a terra e com os vizinhos, não se sentem inseridos no processo de instalação da hidrelétrica.

Sob a justificativa de desenvolvimento, grandes obras de infraestrutura são promovidas a fim de garantir a melhoria dos processos produtivos. Considerando a convergência de interesses do governo e de parcelas importantes do setor privado a construção de hidrelétricas tornou-se um fator determinante para o crescimento econômico do país.

A desestruturação das comunidades impactadas pela obra e os impactos ambientais decorrentes da instalação da hidrelétrica são mitigados a partir de ações de responsabilidade social previstas em lei. Porém, o que se tem percebido é que as ações empreendidas pelas empresas são condicionantes para o andamento da obra. Ou seja, em nada tem a ver com conduta moralmente responsável, com ações movidas pelo valor ético da empresa, mas sim são realizadas ações obrigatórias sob uma roupagem voluntária através de técnicas de marketing.

Neste trabalho observou-se que embora os atingidos tenham ressalvas ao processo de instalação das hidrelétricas, sobretudo referente à forma como foram conduzidas as negociações com a empresa e sobre a perda das relações de vizinhança e o deslocamento da terra natal, o fato é que são populações alijadas de políticas públicas e veem na instalação da hidrelétrica uma maneira de mudar de vida. Então, num segundo momento há uma tendência à acomodação e aceitação, por parte dos atingidos da nova situação a que estão submetidos.

As conclusões desse estudo são específicas ao caso das hidrelétricas de Barra Grande e Campos Novos, mas também apresentam argumentos que podem ser percebidos em outras hidrelétricas da bacia do rio Uruguai.

Desse modo, compreendendo as hidrelétricas a partir de um projeto maior, que extrapola os limites do local de instalação podemos afirmar que uma vez projetadas às hidrelétricas saem do papel apesar das resistências ambientais e/ou sociais. Neste trabalho percebeu-se que a inevitabilidade dessas obras encontra respaldo na necessidade de energia para o desenvolvimento do país, além da *expertise* adquirida pelos empreendedores para driblar situações adversas.

Neste sentido, pode-se comprovar a hipótese de que as ações de responsabilidade social legitimam os empreendimentos hidrelétricos, pois através do estudo das percepções dos envolvidos na instalação dessas hidrelétricas, a inevitabilidade da instalação da hidrelétrica as ações de responsabilidade social são entendidas como alternativas àqueles atingidos que, muitas vezes, são alijados de qualquer política pública. Por outro lado, a pesquisa não conseguiu dados suficientes para comprovar a influência determinante dos movimentos sociais nas ações de responsabilidade social das empresas e, por este motivo a segunda hipótese não pode ser verificada.

Foram muitas às limitações encontradas para a confecção desse trabalho, desde a ida ao campo até a dificuldade de relacionar o tema responsabilidade social, tão comum em áreas em outras áreas do conhecimento como a administração, o marketing e a publicidade, com a ciência política. Os resultados alcançados nessa pesquisa demonstram o quanto são necessárias pesquisas sobre a responsabilidade social e a sua relação com a legitimidade de empreendimentos hidrelétricos. Reconhecidas as limitações, esse trabalho encorajou estudos mais denso sobre o tema que será abordado numa pesquisa com maior fôlego.

Referencial bibliográfico

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA)
<<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/uruguai.aspx>> Acessado em:
11 de setembro de 2013 às 16:59.

AMARAL, Roberto Galassi e COSAC, Claudia M^a Daher. O terceiro setor e o desenvolvimento sustentável. Revista Serviço Social & Realidade. V. 18, Nº 2, P. 81-106, 2009.

ANEEL. Atlas da Energia Elétrica no Brasil. Agência Nacional de Energia Elétrica. Brasília, 2008. Acessado em 23 de Julho de 2012. Disponível em:
<http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf>

ASHLEY, Patrícia Almeida (coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo/SP: Saraiva, 2003.

Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas, AECA (2006). La Semántica de la Responsabilidad Social Corporativa. Madrid.

BAQUERO, Marcello. A fragmentação social na América Latina: formas alternativas para sair da crise. In: BAQUERO, Marcello (org). Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello. Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2007.

BEGHIN, Nathalie. A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito. São Paulo. Editora Cortez, 2005.

BEGHIN, Nathalie. A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito. São Paulo. Editora Cortez, 2005.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, v.1 e 2. 2000.

BOAMAR, Paulo Fernando de Azambuja. A implantação de empreendimentos hidroelétricos: O caso de Machadinho. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós graduação em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política volume 2. Brasília. Editora da UnB, 2004.

BORGER, Fernanda Gabriela. Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial (tese de doutorado). Universidade de São Paulo, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). Bertrand Brasil 16^a edição. Rio de Janeiro, 2012.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, 1997 (Cadernos Maré, 1).

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Reforma do Estado para a cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, Editora 34, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Reforma do Estado para a cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, Editora 34, 1998.

CARROLL, Archie B. A three-dimensional conceptual modelo f corporate social performance. *Academy of management Review*. V. 4, Nº. 4, p. 497-505, 1979. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/view/257850>>. Acessado em: 12 de julho de 2013.

CARROLL, Archie B. Corporate social responsibility: evolution of a definition constructo. *Business and Society*, V.38, Nº. 3, P.268-295, 1999.

COBRA, Marcos. Marketing essencial. São Paulo. Editora Atlas, 1986.

CREDIDIO, Fernando. Triple Bottom Line: o tripé da sustentabilidade. *Revista Filantropia*, Edição nº 37, 01 de novembro de 2008. Disponível em: < <http://www.revistafilantropia.com/secoes/sustentabilidade/item/1607-triple-bottom-line-o-tripe-da-sustentabilidade> > Acessado em 28 de novembro de 2013.

DELGADO FERRAZ, Francisco Antº. V. G. La formación socialmente responsable y su imapcto en el desenpeño empresarial: Um analisis Del sector turístico Português (tese de doutorado). Universidad de Extremadura, 2012.

DIAS, Reinaldo. Responsabilidade social: fundamentos e gestão. São Paulo/SP: Atlas, 2012.

DINIZ, Eli. A busca de um novo modelo econômico: padrões alternativos de articulação público-privado. *Revista de Sociologia e Política* nº 14. Curitiba, jun/2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n14/a01n14.pdf> > Acessado em 11 de novembro de 2013.

DINIZ, Eli. Crise, governabilidade e reforma do Estado: em busca de um novo paradigma. In: GERSCHMAN, S., and VIANNA, MLW., (orgs). *A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.

DRAIBE, Sonia. A experiência brasileira recente de reforma dos programas sociais. *Socialis*, volume 5, 2001.

FALCONER, Andres Pablo. A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu espaço de

gestão. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de São Paulo, 1999.

FERRAREZI, Elisabete Roseli. A reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil: A criação d alei das OSCIP (lei 9.790/99). Tese de doutorado em sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/pr_educacaoAcademica/Tese_ElisabeteFerrarezi.pdf> Acessado em 25 de novembro de 2013.

FILGUEIRAS, Luiz. Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica. Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. 2005.

FREY, K. Dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. Revista Ambiente & Sociedade, Nº 09. Campinas, jul/dez, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16878.pdf>> Acessado em: 28 de janeiro de 2014.

FRIEDMAN, Milton. The social responsibility of business is to increase its profits. The New York Times, 13 de setembro de 1970. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>>. Acessado em: 11 de julho de 2013.

FURTADO, André Tosi. Energia, Economia e Mercado. Comciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Nº 61. Campinas/SP. Dez., 2004. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2004/12/16.shtml>> Acessado em 29 de janeiro de 2014.

GARCIA, Joana. *A Filantropia Empresarial ou de como transformar o negócio em social*. Revista Praia Vermelha, V. 1. UFRJ, 1997.

GARCIA, Joana. O negócio do social. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Ed., 2004.

GONÇALVES, Dorival Junior. “Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A disputa pelas ‘Fontes’ e o Controle de excedentes”. São Paulo/SP, 2007. Tese (doutorado) Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia da Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, Dorival Junior. “Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A disputa pelas ‘Fontes’ e o Controle de excedentes”. São Paulo/SP, 2007. Tese (doutorado) Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia da Universidade de São Paulo.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; PASE, Hemerson Luiz. Estado e Desenvolvimento no Brasil. In.: PASE, H.L.; BAQUERO, M. (orgs). Estado, Democracia e Hidrelétricas no Brasil. Pelotas. Editora Universitária/UFPel, 2012.

GÖRGEN, Frei Sérgio. O vazamento da barragem de Campos Novos. Movimento dos Atingidos por Barragem, 2006. Disponível em: <

<http://www.mabnacional.org.br/artigo/vazamento-da-barragem-campos-novos> >
Acessado em:15/01/2014 às 19:30.

IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise, nº 06. Brasília, 2003.
Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_06.pdf
> Acessado em: 12 de novembro de 2013.

KOTLER, P. e ZALTMAN, G., Social Marketing: An Approach to Planned Social Change, Journal of Marketing, julho de 1971, p. 3-12;

KOTLER, Philip. Administração de Marketing: a edição do novo milênio. São Paulo: P. Hall, 2004.

LOCATELLI, Carlos. Comunicação e Barragens: O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). 2011. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) Programa da Pós- Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MELO NETO, J. P. de; FROES, C. Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro. Revista FAE, Curitiba, V. 5, Nº 02, maio/ago 2002.

MENDES, Luiz Carlos Abreu. Estado e terceiro setor: uma análise de aproximação. In: Revista do Serviço Público. Ano 50, Nº 3, Jul/Set, 1999.

MONTAÑO, C. Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. O processo de tomada de decisão dos cidadãos atingidos por usinas hidrelétricas. Dissertação (mestrado) Programa de Pós Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pelotas, 2013.

NETTO, José Paulo. *FHC e a política social: um desastre para as massas de trabalhadoras*. In: LESPAPIN, Ivo. (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PASE, H.L.; MULLER, M.; MATOS, I.O.B.; As implicações das políticas de remanejamento de atingidos por hidrelétricas. 37º encontro anual da ANPOCS. Águas de Lindóia/SP, 2013. Disponível em: <
http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_detail&s&gid=8404&Itemid=429 > Acessado em: 29 de janeiro de 2014.

PASE, Hemerson Luiz. Et. All. (2010). Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Avaliação dos resultados e proposição de modelo de elaboração de programas de remanejamento da população atingida por empreendimentos hidrelétricos.

Pelotas: UFPel / NEPPU. Disponível em: <http://neppuufpel.blogspot.com.br/p/projeto_11.html>. Acesso em: 03 de agosto de 2013 às 15:00.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros; BEGHIN, Nathalie; NETO, Valdemar de Oliveira. Philantropy and Equity: the case of Brazil. Global Equity Initiative. Havard University. Brasil, 2002. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/zanran_storage/www.fas.harvard.edu/ContentPage/s/6238259.pdf> Acessado em: 12 de novembro de 2013.

REIS, Elisa. Percepções da elite sobre a pobreza e desigualdade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 15, Nº 42, fev/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1742.pdf>> Acessado em: 11 de novembro de 2013.

REIS, Maria José. O movimento dos atingidos por barragens: atores, estratégias de lutas e conquistas. Anais do II seminário nacional movimentos sociais participação e democracia. Florianópolis, 2007 Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/maria_jose_reis.pdf>. Acessado em 13 de setembro de 2013 às 12:00.

ROCHA, Humberto José da. Relações de poder na instalação de hidrelétricas. Passo Fundo Ed. Universidade de Passo Fundo, 2013.

ROUSSEF, D; Apresentação de Cartilha sobre: O Novo Modelo do Setor Elétrico; Ministério de Minas Energia; Março de 2004; Brasil; Fonte: http://ucel.eln.gov.br/gse_doc/cartilha.novo%20modelo.pdf Acessado em 17 de fevereiro de 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A reinvenção solidária e participativa do Estado. Oficina do CES nº 134. Jan, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

Scherer, A. y Palazzo, G. (2011). "The new Political Role of Business in a Globalized World: A review of a New Perspective on CSR and its Implications for the Firm, Governance and Democracy". *Journal of Management Studies*, 48(4): 899-931.

Short History and Statement of Aims. Mont Pelerin Society. Disponível em: <https://www.montpelerin.org/montpelerin/index.html> . Acessado em: 28 de janeiro de 2014

SOARES, L.T.R. *Política Social em situações de crise e de ajuste neoliberal na América Latina*. In: *Ajuste Neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SOARES, L.T.R. *Política Social em situações de crise e de ajuste neoliberal na América Latina*. In: *Ajuste Neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. Administração. 5 ed. Rio de Janeiro/RJ: LTC, 1999.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Janice. Ações coletivas de luta pela terra e de defesa de modos de vida: índios, comunidades negras e colonos no norte do RS: um histórico de conflitos. In: TEDESCO; KUJAWA. Conflitos Agrários no norte gaúcho: índios, negros e colonos. Passo Fundo: IMED: Porto Alegre: Letras & Vida, 2013.

TENÓRIO, F.G (org.); FARES, J. et AL (colaborador). Responsabilidade social empresarial: teoria e prática. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

THEODORO, Mário. O Estado e os diferentes enfoques sobre o informal. Texto para discussão nº 919. Brasília, IPEA, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0919.pdf> Acessado em: 12 de novembro de 2013.

VALLE, Raul Silva Teles do. O caso de Barra Grande: lições sobre o (não) funcionamento do Estado de direito no Brasil. In: PROCHNOW, Miriam (org). Barra Grande: a hidrelétrica que não viu a floresta. Rio do Sul/SC. Apremavi, 2005.

WORLD CONSERVATION STRATEGY, 1980. Disponível em: <<http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/WCS-004.pdf>> Acessado em: 21 de novembro de 2013.

ZENONE, Luiz Cláudio. Marketing Social. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

Glossário

A

Ação social da empresa – Conjunto de atividades não lucrativas promovidas por iniciativa própria da empresa que contribuem para melhorar a qualidade e vida das comunidades nas quais atua através de projetos sociais, culturais ou ambientais.

ANA - Agência Nacional de Águas. Instituída em junho de 2000, a agência é uma autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. É responsável pela implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos e por aplicar a Lei das Águas (1997), que disciplina o uso dos recursos hídricos no país

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Autarquia em regime especial, vinculada ao MME, criada em dezembro de 1996. A agência regula e fiscaliza as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Também media conflitos entre consumidores e agentes do mercado e entre os próprios agentes; concede, permite e autoriza instalações e serviços de energia; homologa reajustes tarifários; assegura a universalização e a qualidade adequada dos serviços prestados, e estimula investimentos e a competição entre os agentes do setor.

Área do reservatório - Área da planta à montante do barramento, delimitada pelo nível d'água máximo normal de montante.

Autoprodutor - Concessionário ou agente autorizado pela ANEEL que gera energia para consumo próprio. Essa energia pode substituir ou complementar o volume adquirido da distribuidora.

Avaliação do impacto ambiental - Análise dos impactos sobre o meio ambiente, diretos ou indiretos, presentes e futuros, que possa originar um projeto ou operação empresarial.

Avaliação do impacto social - Análise sistemática do impacto direto ou indireto, presente ou futuro, de um projeto ou operação empresarial sobre a situação social e cultural das comunidades afetadas.

B

Barragem - Construção que retém água para controlar o nível e a vazão de rios.

C

Conflito de interesses - Situação caracterizada quando uma pessoa está em posição de confiança que requer o exercício de julgamentos em nome de outras - pessoas ou instituições - com as quais tem interesses, direitos, obrigações ou relações que podem interferir no julgamento.

Consumidor responsável – Pessoa consciente de que por trás de cada ato de consumo que se realiza é colocada em marcha uma complexa engrenagem e que, em muitos casos, esse ato de consumir pode estar contribuindo para manter determinadas desigualdades.

D

Desenvolvimento sustentável - Significa adotar estratégias comerciais e operar atividades de forma a cumprir com as necessidades da empresa e de seus públicos interessados no presente, ao mesmo tempo em que se protegem e desenvolvem os talentos humanos e recursos naturais que serão necessários no futuro. Este conceito de desenvolvimento implica instrumentos que proporcionam a atividade empresarial transcendência, para além de seu fim comercial e econômico. A sustentabilidade se conquista através da responsabilidade pela prevenção do impacto da sua atividade, tanto no meio ambiente, como nos seus talentos humanos, preservando por um lado à fonte dos recursos naturais da que se nutre à empresa e a comunidade, e por outro, a sua inteligência, a força de trabalho e gestão, cuidando da prevenção planejada dos riscos do trabalho e a promoção de hábitos de vida saudáveis. Isto, por sua vez, transcende os próprios colaboradores, que desenvolvendo uma

cultura de prevenção e respeito, repercutem estes valores na comunidade em geral.

Desenvolvimento da comunidade - É a operação harmônica da empresa com a sociedade civil organizada através de objetivos de bem comum. Pode se conceber como um instrumento pelo qual, mediante organização e educação das coletividades, se promove a participação consciente da população no planejamento e execução de programas de benefício coletivo, cumprindo um importante papel no campo da motivação, para produzir mudanças de atitude favoráveis ao progresso, permitindo acelerar a integração de forças que intervêm no desenvolvimento geral.

E

Ecoeficiência – Conceito definido pelo *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)* como a criação de mais bens e serviços utilizando menos recursos e gerando menos resíduos e contaminação. A aplicação permite, em última instância, oferecer os produtos ao menor impacto ambiental.

Eficiência – Atingir os objetivos com menor custo possível.

Eletrobrás - Criada em 1961, a Centrais Elétricas Brasileiras S/A é uma empresa pública, vinculada ao MME. Holding das concessionárias federais de geração e transmissão de energia elétrica, a Eletrobrás tem como subsidiárias a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). Possui metade do capital de Itaipu Binacional. Congrega, ainda, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e opera os programas do governo na área de energia como o Procel, Luz no Campo e Reluz.

Energia Eólica - Energia gerada a partir da força dos ventos. A energia cinética do vento é transformada, pelas turbinas, em energia mecânica que, por sua vez, se transforma em energia elétrica.

Energia Hidrelétrica - Energia elétrica produzida pelo aproveitamento do potencial hidráulico de um rio. A água gira a turbina, transformando energia hidráulica em energia mecânica que, por sua vez, se transforma em energia

elétrica.

Energia Limpa - Energia que não produz resíduos poluentes, como a solar e a eólica.

Energia Solar - Energia produzida por meio do aproveitamento da luz do sol. Existem dois aproveitamentos: o térmico e o fotovoltaico. No aproveitamento térmico, a luz do sol é usada apenas como fonte de calor para sistemas de aquecimento. No fotovoltaico, a luz do sol se transforma em energia elétrica.

Energia Térmica – A energia térmica ou calorífica é resultado da combustão de diversos materiais, como carvão, petróleo e gás natural. Ela pode ser convertida em energia mecânica por meio de equipamentos como a máquina a vapor, motores de combustão ou turbinas a gás.

Ética Empresarial- Estudo e aplicação da moral ao mundo da empresa. Compreende o conjunto de valores e normas que vinculam seus membros na forma de ideais e obrigações compartilhadas, em torno do que é bom ou mal, ao que é correto e incorreto. É a aplicação dos princípios gerais da ética a um campo específico da ação humana: a empresa. Alguns desses valores são: a transparência, a honestidade, a confiança, o respeito, a justiça, a solidariedade, a diversidade, entre outros.

F

Filantropia empresarial - Descreve as contribuições das empresas em causas de caridade, instituições educativas e outras organizações sem fins lucrativos. Incluem contribuições monetárias, oferecimento de voluntariado, experiência de gestão, bolsas e recursos tecnológicos, fora de uma visão integrada do papel transformador da empresa, e como consequência da decisão de algum ou alguns de seus acionistas, através da própria empresa ou fundações ou institutos criados a tal fim.

Fontes Renováveis de Energia (Fontes Alternativas) - Recursos naturais e renováveis que podem ser aproveitadas para geração de energia elétrica como os ventos, a força das marés, a biomassa e a luz solar. Por serem naturais, o

processo de geração de energia é menos poluente que o das fontes tradicionais, como os combustíveis.

G

Gás Natural - Mistura de hidrocarbonetos, com destaque para o metano, inodoro e sem cor. É o mais limpo dos combustíveis fósseis e permite ampla utilização para aquecimento, esfriamento, produção de energia elétrica e outros usos industriais. A construção do Gasoduto Brasil-Bolívia está permitindo o incremento da geração de energia elétrica por meio da termoeletricidade no país, alvo do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT).

Gestão da responsabilidade social – Reconhecimento e integração na gestão e nas operações da organização das preocupações sociais, trabalhistas, ambientais e de respeito aos direitos humanos, que geram políticas, estratégias e procedimentos que satisfaçam essas preocupações e configurem as suas relações com seus interlocutores. Implantar a responsabilidade social implica, além do que foi indicado, os seguintes compromissos: exercer o seu trabalho contribuindo para o desenvolvimento humano integral e assumir as repercussões sociais, trabalhistas, ambientais e éticas que se originam do conjunto de suas ações.

M

Marketing Social - É um processo no qual uma empresa adota suas decisões marketing com um tríplice objetivo: interesse empresarial, satisfação do consumidor e o bem estar deste e da sociedade no seu conjunto. São ações que desenvolve a empresa para conseguir o compromisso dos consumidores com um determinado comportamento de interesse social e que favorece, ao mesmo tempo, a posição, imagem ou identidade da empresa nos seus mercados, como consequência da sua ação, e não como motivação originária da mesma.

N

Norma ISSO 9001 – Norma internacional certificável. Serve de base para a implementação de um sistema de gestão de qualidade, com foco na satisfação do cliente.

P

Parcerias estratégicas - Acordos, colaborações básicas ou mais elaboradas, que permitam ações coordenadas de empresas, organizações, entidades, instituições, pessoas físicas, com ou sem intervenção do poder público, visando definir sinergias que melhore a utilização de recursos comuns. Serão possíveis de realizar quando a relação das partes se baseia em interesses complementares ou coincidentes; implica uma relação de negociação de interesses comuns.

Políticas Públicas – Conjunto de diretrizes garantidas por lei, que possibilitam a promoção e a garantia dos direitos dos cidadãos. Numa sociedade democrática, a sociedade civil participa ativamente da definição e, principalmente, no acompanhamento da implementação das políticas públicas.

R

Reservatórios - Local para armazenamento da água necessária à movimentação das turbinas de uma usina hidrelétrica para geração de energia elétrica. [Resolução ANEEL n. 652, de 9 de dezembro de 2003 \(Diário Oficial, de 10 dez. 2003, seção 1, p. 90\)](#)

Responsabilidade Social - É um processo, e como tal, integrado na visão estratégica da empresa, por meio do qual esta tem consciência e assume as responsabilidades de sua gestão, nos campos econômico, social e ambiental, na cadeia completa de suas atividades, mantendo um permanente diálogo com todos os interessados.

S

Seguimento, acompanhamento - Processo de recopilação periódica de informação em base a parâmetros quantitativos, para controlar e avaliar os resultados e compará-los com determinados critérios esperados, gerando ações corretivas ou de continuidade.

Sistema Interligado Nacional (SIN) - Instalações responsáveis pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões eletricamente interligadas. É formado pelas empresas geradoras do Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte, com potência instalada de 67.987 MW. Até o final do ano de 2000, a rede de transmissão era formada por 70 mil quilômetros de linhas de transmissão, de acordo com dados do ONS. Isso permite a integração eletroenergética entre os sistemas de produção e a transmissão para o suprimento do mercado consumidor.

Stakeholders (públicos, agentes ou partes interessadas na vida da empresa) - Grupo ou individuo que pode afetar ou ser afetado pelo acionar de uma organização. Em sentido amplo, inclui fornecedores, clientes, acionistas e investidores, colaboradores internos, empregados, meio ambiente, grupos da comunidade, poder público, meios de comunicação e todos aqueles sobre os quais a atividade de um ente tem influencia direta ou indireta.

Sustentável - Que pode manter-se a si mesmo, como o faz, por exemplo, um desenvolvimento econômico sem ajuda exterior e sem diminuir os recursos existentes.

T

Tripé da sustentabilidade – Avaliação do funcionamento geral de uma empresa que leva em consideração sua contribuição integral à prosperidade econômica, a qualidade do meio ambiente e o capital.

U

Usina Hidrelétrica (UHE) - Central que utiliza a energia mecânica da água para girar as turbinas e gerar energia elétrica.

V

Vantagens competitivas – Podem ser definidas como as características ou atributos que possui um produto ou um processo produtivo que conferem a uma empresa certa superioridade sobre os concorrentes e permite-lhe obter vantagens competitivas (ser mais barato que a concorrência) e diferenciação (distinguir-se da concorrência através do serviço, confiabilidade, do prestígio, da marca, da reputação, etc.).

Voluntariado - O voluntariado corporativo é uma das múltiplas expressões da organização social através da qual se desenvolve a ação voluntária. Nas questões relacionadas com o respeito ao bem comum, uma empresa pode atuar em três níveis: o macro político, o micro político e o corporativo interno. A atuação macro política ocorre quando a organização se compromete com questões de grande porte, promovendo e defendendo determinados pontos de vista e interesses sociais e corporativos a nível municipal, estadual ou nacional. A atuação micro política se dá quando a empresa opta por atuar no entorno sócio comunitário em que se desenvolvem normalmente suas unidades. A atuação corporativa interna tem como característica desenvolver este tipo de ação exclusivamente no interior das fronteiras da organização. Em todas estas vertentes a empresa aceitará a participação voluntária de suas equipes.

W

World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) – Estabelecido em 1991, é uma organização que tem por missão proporcionar liderança empresarial como catalisadora para a mudança rumo a um

desenvolvimento sustentável e promover a ecoeficiência, a inovação e a responsabilidade social. Engloba numerosas empresas internacionais pertencentes a vários países e aos maiores setores industriais.

Anexos

ANEXO 1: Roteiro de entrevista semiestruturada

Perguntas de filtro:

1) O/A Senhor (a) conhece a realidade das pessoas que foram impactadas pelo empreendimento?

2) Existe algum mecanismo de acompanhamento desses segmentos populacionais pelo empreendimento? Quais são esses mecanismos? Como são operacionalizados/ como são feitos esses mecanismos?

1. Nome, endereço, profissão, atuação, idade (credenciais).
2. Qual a sua relação com o setor elétrico (atingido, agente público ou empreendedor?)
3. O que o senhor (a) entende por política social? E em sua opinião quem é responsável por fazer as políticas sociais?
4. O que o senhor (a) entende por responsabilidade social (explicar se não souber)?
5. Quem deve fazer as ações de responsabilidade social (o governo ou o empreendedor)?
6. O governo (prefeitura, Estado ou União) funciona bem (gasta bem o dinheiro, executa as obras no tempo adequado, faz as coisas no momento certo)?
7. A UHE cumpre ações de responsabilidade social que prometeu?
8. Essas ações de responsabilidade social são bem feitas, rápidas, eficientes, eficazes?
9. Em sua opinião, por que a A UHE promete e executa essas ações de responsabilidade social (é obrigatória, discricionárias, benesse da empresa)?
10. A gente sabe que a construção de uma grande obra causa muitos impactos negativos. O senhor (a) acha que as ações de responsabilidade social da empresa são capazes de resolver esses impactos?
11. As empresas ganham alguma coisa em troca com a responsabilidade social?
12. A imagem da empresa perante a opinião pública melhora depois de ações de responsabilidade social?
13. Como a comunidade avalia a empresa? (boa, ruim, responsável, preocupada).
14. Caso a empresa não fizesse ações de responsabilidade social qual seria essa avaliação?
15. O que o senhor entende por uma melhor qualidade de vida?
16. Qual sua avaliação das modalidades de remanejamento? (carta de crédito, indenização, reassentamento, outros).
17. A vida dos atingidos piora ou melhora após a construção das UHEs? (empreendedor).
18. Na nossa pesquisa anterior constatamos que os atingidos estão satisfeitos economicamente pós-remanejamento. Em sua opinião, a situação econômica basta para ter uma melhor uma melhor qualidade de

vida? Se não, quais são as outras variáveis que abrangem o conceito de qualidade de vida?

Pergunta de Filtro: 3) Na nossa pesquisa anterior constatamos que os atingidos não depositam muita confiança nos empreendedores, porque se sentem desamparados, como o/a senhor (a) vê essa situação?

ANEXO 2: Lista de entrevistados

ALBINO, Francisco de Cândido. 62 anos. Atingido pela hidrelétrica de Machadinho. Reassentamento 01. Barracão, 04 de julho de 2013.

BRANDÃO, Almo Jorge. Advogado e consultor de Empresas. Machadinho, 04 de julho de 2013.

COSTA, Lucas Cândido da. 64 anos. Agricultor. Atingido pela hidrelétrica de Barra Grande.

FRISCK, Isabel Fabrício. 46 anos. Agricultora. Atingida pela hidrelétrica de Campos Novos. Comunidade Barro Preto/SC, 03 de julho de 2013.

HERMES, João Batista. Professor aposentado, atual secretário de turismo e cultura de Abdon Batista (2013-2016). Abdon Batista/SC, 02 de julho de 2013.

JAGUSZEWSKI, Delmar Antônio. Vice-prefeito de Pinhal da Serra (2013-2016). Pinhal da Serra/RS, 05 de julho de 2013.

LAGER, Roselane de Souza. 46 anos. Agricultora. Atingida pela hidrelétrica de Barra Grande. Comunidade Carichos/SC, 03 de julho de 2013.

LIMA, Ivonildo Cunha. 51 anos. Agricultor. Atingido pela hidrelétrica Barra Grande. Reassentamento 15 de fevereiro/SC, 03 de julho de 2013.

MATTOS, Jovelino. Membro da Associação Pastore Meio Ambiente (APAM). Celso Ramos/SC, 04 de julho de 2013.

MELO, Terezinha Solene Alexandre. 52 ANOS. Atingida pela hidrelétrica Barra Grande. Linha São Francisco/SC, 04 de julho de 2013.

MENEGAZ, Maria Francisca Rosa. Professora aposentada. Atingida pela hidrelétrica de Campos Novos. Estrada Geral Santa Ângela/SC, 03 de julho de 2013.

MENEGAZZO, Julcimar. 40 anos. Atingido pela hidrelétrica Campos Novos. Reassentamento 15 de fevereiro/SC, 02 de julho de 2013.

NEZ, Joldenir de. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Celso Ramos. Integrante do MAB. Atingido pela hidrelétrica de Campos Novos. Celso Ramos/SC, 04 de julho de 2013.

RIBEIRO, Paulo César. Responsável pelo setor de sustentabilidade e responsabilidade social dos consórcios BAESA e ENERCAN. Florianópolis/SC, 01 de julho de 2013.

SALMORE, Aldete Terezinha Varel. 59 anos. Agricultora. Atingida pela hidrelétrica de Campos Novos. Comunidade Santa Ana/SC.

SALMÓRIA, Lucimar Antônio. Prefeito de Abdon Batista (2013-2016). Abdon Batista/SC, 02 de julho de 2013

SANTOS, Antônio Alves dos. Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhal da Serra. Atingido pela hidrelétrica de Barra Grande. Pinhal da Serra/RS, 05 de julho de 2013.

SANTOS, Maria Elvira Pereira da Silva. 62 anos. Agricultora. Atingida pela hidrelétrica de Campos Novos.

SANTOS, Marisete de Fátima Alves dos. Atingida pela hidrelétrica Barra Grande. Comunidade Nossa Senhora da Conceição/SC.

SILVA, Itamar Maciel. Agricultor. Atingido pela hidrelétrica de Campos Novos.

SILVA, Ivonir Fernandes da. Prefeito de Anita Garibaldi (2013-2016). Anita Garibaldi/SC, 02 de julho de 2013.

SVENKO, Nadir de Souza. 50 anos. Atingida pela hidrelétrica de Machadinho. Atuou no MAB. Reassentamento Santa Bárbara/RS, 04 de julho de 2013.

TRIERVEILER, Marco Antônio. Agrônomo formado na Universidade Federal de Pelotas. Coordenador do Movimento de Atingidos por Barragem. Erechim, 06 de julho de 2013.